

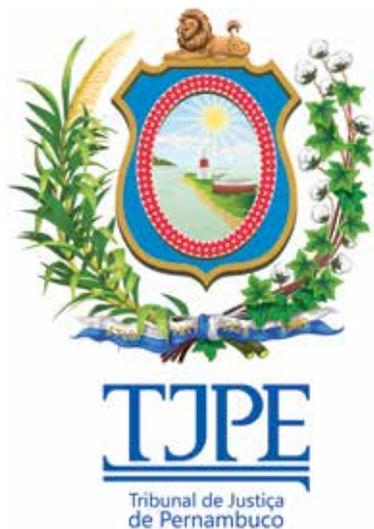


A JUSTIÇA DE PERNAMBUCO E SEU PALÁCIO:
INVENTÁRIO DO
ACERVO MUSEOLÓGICO
DOS BENS MÓVEIS

A JUSTIÇA DE PERNAMBUCO E SEU PALÁCIO:
INVENTÁRIO DO ACERVO MUSEOLÓGICO DOS BENS MÓVEIS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



A JUSTIÇA DE PERNAMBUCO E SEU PALÁCIO:
**INVENTÁRIO DO
ACERVO MUSEOLÓGICO
DOS BENS MÓVEIS**

1ª edição atualizada

Organizadores

Mônica Maria Pádua Cunha

Rosa Miranda

Silas Costa e Silva

Recife

2016

APOIO



T112j Tribunal de Justiça de Pernambuco

A Justiça de Pernambuco e seu palácio: inventário do acervo museológico dos bens móveis / Tribunal de Justiça de Pernambuco.
Memorial da Justiça. – 1º. ed. rev. e atual. – Recife: TJPE, Gabinete da Presidência, 2016.

—p; il.

ISBN 978-85-88892-05-7

1.Poder Judiciário de Pernambuco. 2. Bens móveis. I. Título.



PALÁCIO DA JUSTIÇA







DESEMBARGADORES DO TJPE - 2016



Prefácio à edição de 2011

O Palácio da Justiça é um dos símbolos mais marcantes do Judiciário em Pernambuco. Foi construído e mobiliado no início do século XX, tornando-se tema de livros que detalharam a edificação. Porém, havia uma lacuna quanto à história do prédio. Um estudo completo sobre o mobiliário contido nele, parte importante da história estadual, ainda não havia sido publicado.

Na intenção de registrar tamanha riqueza, o Tribunal de Justiça de Pernambuco apresenta este inventário, que consiste na identificação e no registro dos bens móveis, por meio de pesquisa e levantamento de características e particularidades. Para sua execução, foram adotados critérios técnicos objetivos, fundamentados em base antropológica, arquitetônica, artística, histórica, museológica e sociológica.

Complementando a intenção do Tribunal em divulgar o seu acervo, a Constituição Federal do Brasil (artigo 216, § 1º) dispõe que o inventário é um dos instrumentos adequados para a preservação do patrimônio cultural. Essa categoria abrange bens de naturezas diversas, tais como os bens móveis constantes no Palácio da Justiça, pois, são reconhecidos, neste documento, como parte importante da cultura local.

Na primeira parte da publicação, é feita uma breve passagem pela história do Recife e de Pernambuco nos períodos anteriores à construção do prédio próprio da Justiça. Em seguida, descreve-se o momento da construção do Palácio dentro do contexto histórico local.

A sequência do trabalho traz o detalhamento do mobiliário de forma técnica, com ampla divulgação de imagens. É o inventário em seu formato museológico, mas com um toque bem particular: o leitor é integrado ao ambiente descrito. Por fim, todo o roteiro utilizado para elaboração desta pesquisa especializada é descrita, com o intuito de colaborar para instrumentos similares a serem construídos no futuro.

Por acreditar que o patrimônio cultural tem como sujeito de interesse toda a sociedade, o Poder Judiciário de Pernambuco oferece este trabalho ao público. Agradecemos a ajuda de todos e desejamos que a divulgação desta obra leve a beleza desta casa a todos os cantos do mundo.

Desembargador José Fernandes de Lemos

Presidente do TJPE - Biênio 2010/2011



Prefácio à edição de 2016

Uma obra capaz de reunir toda a diversidade – em aspectos técnicos e históricos – das peças que ornamentam o Palácio-sede do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), erguido no bairro de Santo Antônio, no Recife. Com esse objetivo, em 2011, foi lançada a primeira edição de *A Justiça de Pernambuco e seu Palácio: inventário do acervo museológico dos bens móveis*. Cinco anos depois, reapresentamos este livro à sociedade como uma forma de reafirmarmos o papel do Judiciário estadual para além dos julgamentos e das decisões.

O livro é resultado de incansável pesquisa realizada por historiadores e inventariantes, sob a coordenação do Memorial da Justiça, do Cerimonial e da Assessoria de Comunicação Social do Judiciário pernambucano, contando, nesta segunda edição, com o apoio da Esmape - Escola Judicial. Nele estão reunidas informações, por meio de textos e imagens, de um acervo composto por 371 peças – entre pinturas, esculturas, vitrais, ilustrações, vasos, placas, fotografias e mobiliário – distribuídas pelo Palácio da Justiça.

No prédio projetado pelos arquitetos Giacomo Palumbo e Evaristo Sá e construído por dezenas de trabalhadores na primeira metade do século XX, dividem espaço com os cidadãos obras de Murilo La Greca, Heinrich Moser, Bibiano Antão Silva, Marianne Peretti, Maurice Edmond Armand Nozières, Armando Romanelli, Daltro Neves, Maria Salete Amaral, Silvio Pinto e Tânia Carneiro Leão. Nesse contexto, o Palácio da Justiça é cenário para importantes decisões judiciais, mas também se transforma em museu, galeria e cartão-postal da cidade, do estado.

O formato do livro permanece com um breve histórico do Recife e de Pernambuco antes da existência do prédio próprio da Justiça estadual. Na sequência, a efervescência em torno da construção e o impacto diante da modernização da Capital são lembrados. Nos capítulos seguintes, o inventário em formato museológico é apresentado através de uma “visita guiada” ao Salão Nobre, ao Salão dos Passos Perdidos, às salas do Tribunal Pleno, da Sessão Cível, dos Desembargadores, da Sessão Criminal e da Presidência, entre outros ambientes. Nesse ponto, cada bem móvel é descrito ricamente ao leitor. Ao final, os detalhes especializados da pesquisa são expostos com o intuito de contribuir com estudos futuros.

Por meio desta nova edição de *A Justiça de Pernambuco e seu Palácio: inventário do acervo museológico dos bens móveis*, nós acreditamos que a história precisa ir além das memórias e dos acervos pessoais, precisa fazer parte de um universo documental passível de consulta, análise e vivência. A população só pode se conhecer, se conhecer a própria história. Que, através deste livro ou de visitas ao Palácio da Justiça de Pernambuco, cada pessoa se sinta parte integrante da história do Judiciário.

Ótima leitura,

Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo

Presidente do TJPE - Biênio 2016/2017



SUMÁRIO





O Recife antes do Palácio	12
O Palácio da Justiça	22
Conhecer para preservar	30
Salão Nobre	32
Vitrais - Escadaria Principal	56
Passos Perdidos	62
Oratório	80
Biblioteca	94
Sala do Tribunal Pleno	120
Sala da Sessão Cível	162
Sala dos Desembargadores	192
Sala de Sessão Criminal	222
Sala da Presidência	264
Anexos	304





O RECIFE ANTES DO PALÁCIO

O Recife antes do Palácio

Carlos Alberto Vilarinho Amaral

Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha

A estruturação do Poder Judiciário no Brasil é fruto de um longo processo que teve seu início na implantação do sistema de capitanias hereditárias, criado em 1534 por Dom João III. Da mesma forma como era concedido ao rei o poder de fazer justiça, conforme as Ordenações Manuelinas e Filipinas, também lhe era permitido o “repasse da competência régia de fazer justiça” (ASSIS; ACIOLI, 2006, p. 69). Assim, na capitania de Pernambuco o poder judiciário foi inicialmente delegado ao capitão donatário, Duarte Coelho, cuja jurisdição tinha o seguinte alcance, conforme a respectiva carta de doação:

Outrossim lhe faço doação e mercê de juro e de herdade para sempre para ele e seus descendentes e sucessores no modo sobredito da jurisdição cível e crime da dita terra da qual ele dito Duarte Coelho (...), e ele porá ouvidor que poderá conhecer de ações novas a dez léguas de onde estiver e de apelações e agravos conhecerá em toda a dita capitania e governança e os ditos juízes darão apelação para o dito seu ouvidor julgar assim por ação nova como por apelação e agravo sendo em causas cíveis não haverá apelação nem agravo até a quantia de cem mil reais e daí para cima darão apelação à parte que quiser apelar. (ASSIS; ACIOLI, 2006, p. 69-70).

Virginia Assis e Vera Acioli ressaltam ainda que muitos poderes eram concedidos aos donatários, tais como:

Nomear ouvidor [representante judicial do donatário];
Disponer meirinho ao serviço do ouvidor, assim como escrivão e quaisquer outros oficiais necessários ao exercício da função, desde que similares aos que de costume atuavam no reino;
Criar e dar Tabelionato – tanto das Notas como Judiciais;
Presidir eleição de juiz ordinário, fazendo as respectivas pautas, e, igualmente, passar as cartas de confirmação destes juízes e oficiais, os quais, bem como os tabeliães, seriam nomeados pelo donatário. (ASSIS; ACIOLI, 2006, p. 70).

Vê-se, então, que o donatário a princípio tinha o direito de nomear os membros que comporiam o judiciário. No entanto, ao que parece, esse direito foi sendo limitado e se extinguiu “à medida [...] que foi se intensificando o esforço da Coroa para centralizar o poder”, passando tais cargos “a ser ocupados por provisão régia, devendo seus postulantes ter formação jurídica” (ASSIS; ACIOLI, 2006, p. 71).

Por outro lado, pode-se considerar que a implantação do sistema de Governos-Gerais, em 1549, que teve Tomé de Sousa como seu primeiro representante, veio a ser “o marco inicial da estruturação do Judiciário brasileiro, uma vez que trouxe consigo o desembargador Pero Borges para desempenhar a função de ouvidor-geral, encarregando-se da administração da Justiça” (MARTINS FILHO, 2000, p. 55).

Nesse momento, no entanto, as funções judiciais se misturavam às de

caráter administrativo e policial, cabendo também aos chanceleres, contadores e vereadores a execução de atividades jurisdicionais. Com a gradativa ampliação da colonização, elementos da justiça portuguesa – como os cargos de corregedores, provedores, juizes ordinários e juizes de fora – foram sendo adotados também no Brasil (MARTINS FILHO, 2000).

Os juizes da terra (ou juizes ordinários) tinham alçada “bastante abrangente, indo desde a superintendência administrativa e fiscal dos órgãos locais até a manutenção da lei e da ordem dentro da cidade”, podendo ser eleitos pela população, conforme previsto nas Ordenações (ASSIS; ACIOLI, 2006, p. 74). Quanto aos juizes de fora, cujo cargo somente foi instituído no Brasil em 1696, suas atribuições seriam as mesmas dos juizes ordinários, com diferenças em seus regimes, pois aqueles deviam ser formados em Direito. Para se diferencia-

Figura 1 – Desembargadores do Tribunal da Relação



Fonte: Rugendas, [18--].

rem junto à população, os juizes da terra usavam varas brancas, enquanto os de fora portavam varas vermelhas (ASSIS; ACIOLI, 2006).

Antes da implantação dos Tribunais da Relação no Brasil, podia-se recorrer ao ouvidor-geral quando as decisões dos juizes e dos ouvidores não satisfizessem em suas respectivas comarcas. Assim, o poder dos ouvidores era muito grande no Brasil, o que levou Felipe II, rei de Portugal e Espanha, a instituir a Relação da Bahia – criada em 1587, mas somente instalada em 1609 (MARTINS FILHO, 2000). Acerca disso, acrescenta Martins Filho:

Como a nova forma de administração colegiada da Justiça feria os interesses dos governadores-gerais, que tinham maior controle sobre os ouvidores, conseguiram estes a supressão da Relação em 1626. No entanto, a colegialidade já era uma

conquista irreversível como elemento de segurança do jurisdicionado na revisão dos julgados singulares. Assim, em 1652 é reinstalada a Relação da Bahia, como Corte Superior Brasileira. (MARTINS FILHO, 2000).

Como se vê, a Relação da Bahia passou trinta e seis anos sem funcionar, no período em que o Nordeste esteve sob o domínio holandês, somente voltando a existir após a expulsão dos invasores e com o fim da União Ibérica, no reinado de D. João IV (VALLE, 2005). Após a instalação do Tribunal da Relação da Bahia (1609), seguiram-se as criações/instalações da Relação do Rio de Janeiro (1752), da Relação do Maranhão (1812) e da Relação de Pernambuco (1822).

Durante o período colonial, a estrutura judiciária brasileira apresentava a seguinte composição: na 1ª instância, os juízes de vintena, os juízes ordinários e os juízes de fora; na 2ª instância, os Tribunais da Relação (da Bahia, do Rio de Janeiro e do Maranhão); e na 3ª instância, a Casa da Suplicação (em Lisboa, para uniformizar interpretação do direito português), o Desembargo do Paço (a partir de 1521, para pedidos de clemência quanto a penas de morte, entre outros casos) e a Mesa da Consciência e das Ordens (questões sobre ordens religiosas e relacionadas à consciência do rei) (MARTINS FILHO, 2000). Assim, do final desse período até o advento da independência, a justiça em Pernambuco limitava-se à primeira instância, o que obrigava as partes inconformadas com as decisões dos juízes a ter que se deslocar para a Bahia, o Maranhão ou, ainda, para o Rio de Janeiro.

Criado mediante Alvará régio de 06/02/1821, o Tribunal da Relação de Pernambuco só viria a ser instalado quase um ano e meio depois. Segundo o referido documento, muitas eram as dificuldades sentidas pelos que desejassem recorrer à instância superior, em face da “grande distancia de uma a outra Província”: além de terem que gastar “avultadas despesas”, precisariam se afastar de suas famílias e interromper os “trabalhos de que tiram a sua subsistência”, o que acabava levando muitas partes “a deixarem sem ultima decisão os seus pleitos, preferindo antes perdê-los do que sujeitarem-se a tão graves incommodos” (BRASIL, 1821).

Assim, dias antes de ser proclamada a independência do Brasil, foi instalado em Pernambuco o seu primeiro Tribunal de segunda instância. O Tribunal da Relação, criado em 1821 e instalado em 1822, nasceu no Recife em um momento de ebulição social e política. Um dos motivos para tanta agitação na cidade foi o descontentamento com o governo. Até mesmo um grupo, na sua maioria formado por militares portugueses, organizou uma sedição, que foi desbaratada a tempo pelas forças governantes.

Não somente Pernambuco, mas todo o Império português experimentava profundas e céleres transformações políticas. Durante a crise do Antigo Regime português, os habitantes das províncias brasileiras acumularam um aprendizado político que expressaram no final de 1820 e início de 1821. Com as notícias sobre a Revolução Constitucionalista e os sucessos revolucionários no Reino de Portugal (1820), tendo como base as ideias liberais, as alternativas políticas foram dinamizadas, desembocando no fim do governo absoluto no Brasil (SOUZA FILHO, 2008).

O decreto de 1º de outubro de 1821 estabeleceu a criação das Juntas Provisórias nas Províncias do Brasil. Em Pernambuco, o capitão-general Luís do Rego tratou de convocar eleição, realizada na Câmara, e se elegeu presidente da Junta Provisória, mesmo havendo uma reação contrária da maioria da população a sua permanência à frente da província. E, ao tomar conhecimento de complô contra seu governo, mandou prender vários acusados.

Nesses dias conturbados, acabou por sofrer um atentado na Ponte da Boa Vista. Ficou somente ferido, mas seu substituto temporário prendeu mais de duzentas pessoas acusadas de planejar a sua morte. Prisioneiros foram deportados para Portugal. Cientes do ocorrido, deputados pernambucanos denunciaram ilegalidades nas prisões, que foram relaxadas pela Casa de Suplicação em poucos dias. O fato foi tão comentado que um jornal publicou notícia sobre o assunto, intitulada “O português constitucional regenerado”, com cópia da sentença, exaltando “beneméritos encarregados públicos, que por primeira vez nos mostram que coisa seja a celeridade da Justiça” (CABRAL, 2005, p. 74).

Logo depois, em reação a esse ato, a Câmara de Goiana instalou Governo Constitucional Temporário para expulsar Luís do Rego. Mais tarde foi assinado acordo de paz pelas duas juntas, denominado Convenção de Beberibe. Ainda em 1821 Gervásio Pires Ferreira assumiu a Presidência da Junta Governativa, depois da saída de Luís do Rego. Somente após mais de um ano foi instalado o Tribunal da Relação no Estado.

No dia 13 de agosto de 1822, no prédio do Colégio dos Jesuítas, anexo à igreja de Nossa Senhora do Ó, no Pátio do Colégio, hoje Praça 17, no Recife, finalmente é instalado o Tribunal da Relação de Pernambuco. Era um edifício construído no local daquelas “duas moradas de casa de sobrado, fabricadas por Flamengos com suas lojas, ao entrar da porta de Santo Antônio” (LEITE, 1945, p. 461 apud VALLE, 2005, p. 62). A construção, que anteriormente serviu para abrigar o Colégio da Companhia de Jesus, depois de expulsa a Ordem em 1760, passou a ser usada como residência dos governantes. Foi então, nessa data, destinada ao Tribunal, pois a Junta Governativa estava ocupando o Erário Régio (VALLE, 2005).

Figura 2 - Colégio de Jesus do Recife



Fonte: Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

Pereira da Costa considera que o primeiro local ocupado pelo Tribunal foi o Erário Régio, prédio que também era utilizado pela Junta Governativa, conforme citado anteriormente. Somente depois de algum tempo é que os desembargadores da Relação seguiram para o edifício utilizado pelo Colégio dos Jesuítas (ASSIS; ACIOLI, 2006).

O Recife no período da instalação da Relação tinha, como todas as cidades, sua própria arquitetura e organização. Com base no Diário de Maria Graham (1956), Valle (2005, p. 65) destaca “(...) os sobradões caiados de três ou quatro andares, o térreo para negócios, escravos, cavalariças (...), a brisa constante amenizando a temperatura, por fim, o tétrico espetáculo do mercado de escravos.”

Também Darwin, de passagem pelo local em 1836, a bordo do Beagle, observou alguns problemas com o olhar de um europeu que visitava um país colonizado, mas que nos dá uma imagem do lugar naquele momento:

(...) a cidade é por toda parte detestável, as ruas estreitas, mal calçadas e imundas; as casas, altas e lúgubres. A estação das chuvas acaba apenas de findar-se, de maneira que a região adjacente, com quase não se achar acima do nível do mar, apresentava-se completamente alagada, pelo que não logrei fazer passeios distantes. (DARWIN, 1871 apud SANTOS, 2009, p. 44).

Quanto à organização interna do prédio ocupado pela Relação e sobre as rotinas do órgão, Valle relata que as decisões relacionadas aos feitos eram tomadas na sala dos despachos, hoje chamada de sala de sessões. Nela, ficava uma mesa grande coberta com toalha de seda sobre a qual havia tinteiro, campainha

de prata e relógio. Ao seu redor, cadeiras de encosto. Diferente das outras, somente a cadeira do chanceler possuía espalmar em pau-marfim com desenho de nuvens na parte superior. De uma dessas nuvens, saía a figura de um braço que sustentava o fiel da balança “equilibrando pratos por uma espada pousada sobre eles”. Na parte inferior, desenhos de “sacos, um fechado outro aberto, derramando patações, como advertindo não poder a balança da Justiça ser inclinada pela venalidade, conveniência e fraquezas humanas” (VALLE, 2005, p. 69).

O salão ainda contava com pequenas mesas forradas com toalhas em lã, em cima tinteiros, poeiras e campainhas, algumas com volumes de livros com as Ordenações do Reino e seus Repertórios, Leis Extravagantes, dos Assentos da Casa da Suplicação e Corpo de Direito Romano. No interior da sala ainda se via dossel franjado em ouro e o retrato de D. Pedro. Um guarda-mor ficava à porta fazendo vigilância do local onde despachavam os desembargadores (VALLE, 2005).

O Tribunal também passa a administrar uma cadeia. Segundo Valle (2005, p. 88), baseado em Pereira da Costa (1953), a cadeia da Vila, localizada na atual Rua do Imperador, antiga Rua da Cadeia, no bairro de Santo Antônio, prédio com “dois pavimentos, reservado à Câmara o superior, restando o térreo para instalação

Figura 3 - Tesouro do Estado, antigo Erário Régio



Fonte: Álbum de Pernambuco, 1913, p. 62.

das prisões”, passa a chamar-se Cadeia da Relação e a fazer parte do complexo da Justiça da província. Mas, em 1833, conta Valle que alguns presos passaram para o Oratório, situado em frente à cadeia, devido ao seu precário estado de conservação. Esse problema somente foi resolvido mais tarde, em 1855, depois de construída a Casa de Detenção (VALLE, 2005).

A época da proclamação da Confederação do Equador foi bastante tumultuada para a Relação em Pernambuco, pois os desembargadores respondiam ao imperador. Mas, com a vitória das tropas imperiais contra os revolucionários, o órgão volta a funcionar normalmente, época em que Frei Caneca foi condenado pelo Tribunal e executado. Os desembargadores mudaram-se para o Palácio Velho, que estava servindo para a Junta Governativa. A nova casa da Justiça encontrava-se em estado deplorável. É possível que essa trasladação tenha ocorrido para que o Colégio ficasse à disposição do presidente interino da província, Brigadeiro Lima e Silva (VALLE, 2005).

Anos depois, a Relação passou a ocupar novamente o prédio do antigo Colégio dos Jesuítas, naquele momento chamado de Palácio Presidencial, mas somente são destinadas ao Tribunal uma sala grande e mais três anexas. Em 1838, o órgão judicial mudou-se para a Igreja de Nossa Senhora do Ó, ao lado do edifício do Colégio. E, mais tarde, após a construção do novo Palácio Presidencial da Província, ocupou todo o lado do prédio, antes destinado à Tesouraria Provincial (VALLE, 2005).

Em 1856, tendo a Irmandade do Divino Espírito Santo requerido a posse da Igreja Nossa Senhora do Ó para restaurá-la e colocá-la novamente em funcionamento como templo, o Tribunal deslocou-se para a Cadeia da Relação, que estava desocupada devido ao encaminhamento dos presos para a nova Penitenciária (VALLE, 2005).

A república foi proclamada em 15 de novembro de 1889, mas a mudança dos tribunais da relação foi lenta e gradual. Os tribunais dos estados variavam quanto a suas denominações: corte de justiça, corte de apelação, tribunal da relação, superior tribunal de justiça. Esta última, ao final, iria prevalecer dentro desse processo. No caso de Pernambuco, a dissolução do Tribunal da Relação e a sua substituição pelo Superior Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco somente se implantaria no início do ano de 1892, como consequência direta do julgamento de habeas-corpus em favor de pessoas acusadas de apoiarem o “golpe de estado” tentado por Deodoro da Fonseca e que foram presas após Floriano Peixoto haver assumido a Presidência da República (VALLE, 2005).

A questão dos habeas-corpus deveu-se à decisão de Deodoro da Fonseca

Figura 4 - Antiga Cadeia da Vila, atual sede do Arquivo Público Estadual (APEJE)



Fonte: Acervo do Museu do Estado de Pernambuco/Fundarpe.

Figura 5 - Parte do Colégio dos Jesuítas à esquerda da Igreja do Espírito Santo



Fonte: Acervo do Museu do Estado de Pernambuco/Fundarpe.

de dissolver o Congresso Nacional em 23 de novembro de 1891, no que fora apoiado pela maioria absoluta dos governadores dos estados – entre eles o de Pernambuco –, mas que foi alvo de forte oposição por todo o país. Foram tantas as pressões que Deodoro resolveu renunciar ao cargo de presidente, passando-o ao vice Floriano Peixoto. Floriano iniciou seu governo usando as forças federais para incentivar as deposições dos governadores que apoiaram o “golpe” de Deodoro (VALLE, 2005).

Em Pernambuco, uma junta governativa foi empossada após o governador Barão de Contendas ser deposto à força em 18 de dezembro daquele ano. Essa junta, composta pelo general Joaquim Mendes Ouriques Jacques, o Dr. Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti e o Dr. José Vicente Meira de Vasconcelos, em pouco tempo implantou um clima de perseguição e prisão de cidadãos ditos “deodoristas” e daqueles que teriam resistido à deposição do ex-governante do estado. Nesse ambiente, o Congresso Estadual e os Conselhos Municipais seriam dissolvidos (VALLE, 2005).

Essa situação de tensão levaria a um confronto entre a Junta de Governo e alguns desembargadores da Relação de Pernambuco. Diversas pessoas, entre as quais muitos professores de Direito, decidiram impetrar habeas-corpus em favor de cidadãos envolvidos nos conflitos do dia dezoito. Para os presos Ricardo José Correia Lima e Francisco de Paula Mafra, ex-comandantes dos batalhões da brigada policial, foi preparado um HC liberatório, para suas solturas; enquanto para os “foragidos” José Maria de Albuquerque Melo e Francisco Gonçalves Torres o HC era preventivo, pois seria pública e notória a iminência de suas prisões (VALLE, 2005).

Seguindo os trâmites legais, a Relação encaminhou ofícios pedindo informações à Junta de Governo acerca das prisões e ordens de prisão respectivas, tendo esta argumentado, entre outras coisas, que se tratava de “um caso de salvação pública que em um meio revolucionário não pode obedecer aos princípios da lei comum, aos olhos da qual a própria revolução poderia ser considerada um crime” (VALLE, 2005, p. 248).

Ao final, em decisões não unânimes, a Relação decidiu conceder as ordens de habeas-corpus, determinando as solturas dos pacientes presos e mantendo a liberdade dos ditos “foragidos”. A Junta acusou o Tribunal de procurar “entorpecer e embaraçar mesmo a marcha do atual governo” (PERNAMBUCO, 1891 apud VALLE, 2005, p. 251) e decidiu descumprir as decisões, a fim de “não ficar tolhida em sua liberdade de ação e não concorrer até para a anarquia em que se pretende lançar a sociedade pernambucana” (PERNAMBUCO, 1891 apud VALLE, 2005, p. 252).

Em seguida, a Junta baixaria um ato administrativo dissolvendo o Tribunal da Relação de Pernambuco e criando o Superior Tribunal de Justiça do Estado, nomeando novos membros – dentre os quais não constariam os desembargadores que votaram a favor dos habeas-corpus. Nas palavras de Valle: era o ocaso da Relação (VALLE, 2005).

Com a criação do novo tribunal, procurou-se uma nova sede para a 2ª instância do estado. A solução foi um majestoso prédio situado na esquina da Rua

São Francisco - atual Rua do Imperador - que fora construído pelo engenheiro José Mamede Alves Ferreira a pedido do médico português José Joaquim de Morais Sarmiento. Nessa área, atualmente, encontra-se a Secretaria da Fazenda do Estado (MENEZES; REINAUX, 2002).

A partir de 1910, proliferou-se em todo o país uma tendência de modernização da estrutura portuária e renovação urbana. O Recife seguiu essa tendência, investindo em reformas na cidade a partir da necessidade de melhorar as condições operacionais do comércio exportador/importador, consequência das transformações econômicas, políticas e sociais do período, associadas à transformação dos engenhos em usinas, levando em conta também as ideias sanitaristas da época (LEITE, 2006). E é nesse cenário que foi construído o primeiro prédio destinado à Justiça em Pernambuco: o Palácio da Justiça.

Figura 6 - Prédio construído para o médico José Joaquim de Morais Sarmiento



Fonte: Acervo do Museu do Estado de Pernambuco/Fundarpe.

REFERÊNCIAS

ANTIGA Cadeia da Vila, atual sede do Arquivo Público Estadual (APEJE). [18-- ou 19--]. 1 fotografia, p&b. Foto pertencente ao acervo do Museu do Estado de Pernambuco – Fundarpe.

ASSIS, Virgínia Maria Almoedo de; ACIOLI, Vera Lúcia. Governo, Direito e Justiça nos tempos da colônia. In: ALBUQUERQUE, Francisco Sales de (Coord.); ASSIS, Virgínia Maria Almoedo de (Org.); ACIOLI, Vera Lúcia (Org.). **A face revelada dos promotores de justiça: o Ministério Público de Pernambuco na visão dos historiadores**. Recife: MPPE, 2006. p. 67-92.

BRASIL. Congresso. Senado. Subsecretaria de Informações. **Alvará régio, de 6 de fevereiro de 1821**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=84384&tipoDocumento=ALV&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

CABRAL, Flávio. Vozes públicas: as ruas e os embates políticos em Pernambuco na crise do antigo regime português (1820-1821). **Saeculum**: Revista de História, João Pessoa, n. 13, p. 63-77, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum13_art05_cabral.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2011.

COLÉGIO de Jesus do Recife. [18--]. 1 gravura, color. Gravura pertencente ao acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

DARWIN, Charles. **Diário das investigações sobre história natural e geologia dos países visitados durante a viagem ao redor do mundo pelo navio de sua majestade “Beagle” sob o comando do Capt. Fitz Roy**. [S.l.]: Nova Edição, 1871.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e uma estada nesse país durante os anos de 1821, 1822 e 1823**. Tradução Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

IGREJA do Espírito Santo com parte do Colégio dos Jesuítas à esquerda. [18-- ou 19--]. 1 fotografia, p&b. Foto pertencente ao acervo do Museu do Estado de Pernambuco – Fundarpe.

LEITE, Rogério Proença. Patrimônio e enobrecimento no Bairro do Recife. **Revista CPC**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 17-30, maio/out. 2006. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n2/a03n2.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2011.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**: da Baía ao Nordeste: estabelecimentos e assuntos locais: séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. 5.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **O sistema legal e judiciário brasileiro**. São Paulo: LTR, 2000.

MENEZES, José Luiz da Mota; REINAUX, Marcílio. **O Palácio da Justiça**. 3. ed. rev. e aum. Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2002.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais pernambucanos 1701-1739**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. v. 5.

PERNAMBUCO. Tribunal da Relação. **Habeas-corpus liberatório**. Habeas-corpus em favor de Ricardo José Corrêa Lima e Francisco de Paula Mafra, presos por ordem da Junta Governativa de Pernambuco, no início do Governo de Floriano Peixoto. O Tribunal da Relação concedeu a soltura dos pacientes. Impetrante: Gaspar de Drumond e outros. Relator: Gervásio Campelo Pires Ferreira. Recife, 24 de dezembro de 1891.

PRÉDIO construído para o médico José Joaquim de Moraes Sarmento. [18-- ou 19--]. 1 fotografia, p&b. Foto pertencente ao acervo do Museu do Estado de Pernambuco – Fundarpe.

RUGENDAS, Johann-Moritz. Desembargadores do Tribunal da Relação. [18--]. 1 pintura, color. In: ASSIS, Virgínia Maria Almoedo de; ACIOLI, Vera Lúcia.

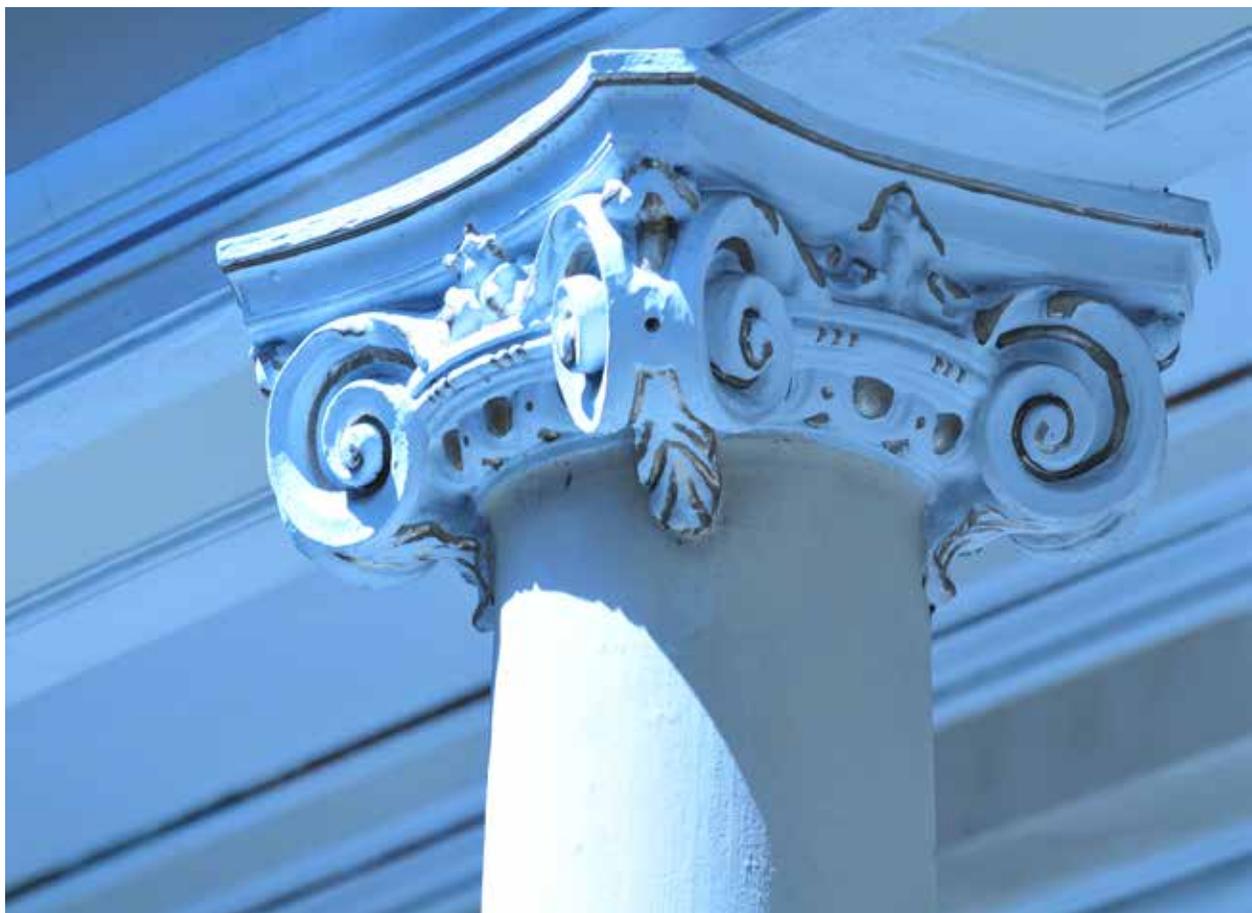
Governo, Direito e Justiça nos tempos da colônia. p. 77. In: ALBUQUERQUE, Francisco Sales de (Coord.); ASSIS, Virgínia Maria Almoedo de (Org.); ACIOLI, Vera Lúcia (Org.). **A face revelada dos promotores de justiça:** o Ministério Público de Pernambuco na visão dos historiadores. Recife: MPPE, 2006. p. 67-92.

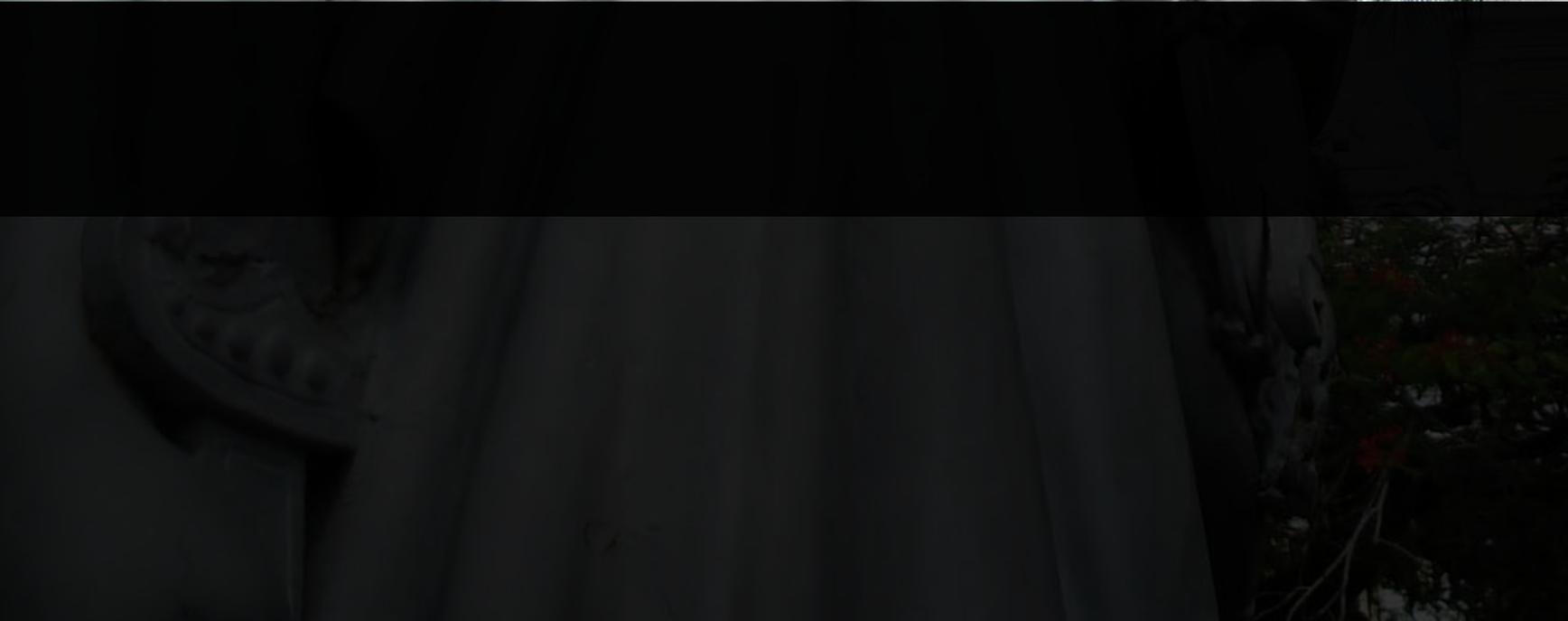
SANTOS, Manuela. **Recife:** entre a sujeira e a falta de (com)postura 1831-1845. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional)-Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2009. Disponível em: <<http://www.pgh.ufrpe.br/dissertacoes/MANUELA%20ARRUDA%20DOS%20SANTOS%20PDF.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

SOUZA FILHO, Argemiro de. Projetos políticos na revolução constitucionalista na Bahia (1821-1822). **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 7, p. 102-108, maio 2008. Disponível em: <http://revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1808-81392008000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 mar. 2011.

TESOURO do Estado, antigo Erário Régio. [19--?]. 1 fotografia, p&b. In: **ÁLBUM de Pernambuco**. Lisboa: Anuario Commercial, 1913. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn000057.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

VALLE, José Ferraz Ribeiro do. **Uma corte de justiça do Império:** o Tribunal da Relação de Pernambuco. 2. ed. Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2005.







O PALÁCIO DA JUSTIÇA



Histórias de uma construção

Maria de Lourdes Bezerra Cordeiro

Dirceu Marroquim

O Cenário

O Recife se modernizava. O significativo aumento das indústrias urbanas despontava na cidade. O trabalho pioneiro dos irmãos Vita (Fratelli Vita) para a criação das primeiras indústrias de bebidas, utilizando frutas e sabores locais. As primeiras experiências dos Brennand para se lançarem com a indústria de cerâmica e azulejo apareceram como novos investimentos para além do comércio do açúcar e das fábricas de tecidos (BARROS, 1985).

O universo das sociabilidades também havia sido ampliado. A chegada da luz elétrica, por exemplo, fez com que os recifenses dessem um novo sentido ao espaço público durante a noite. O Café Continental (Lafayette) e tantos outros cafés que aglutinavam desde intelectuais até engraxates, gazeteiros, agiotas, vendedores de loteria e ambulantes (COUCEIRO, 2007).

E se de um lado essas novidades alcançavam os habitantes do Recife, do outro havia uma agudização dos problemas sociais. Simultaneamente ao crescimento da indústria urbana, aumentavam as insatisfações operárias. Era uma época em que o trabalho era sinônimo de exaustão, já que não havia uma legislação trabalhista eficaz. Restando, assim, uma jornada de cerca de dez a doze horas diárias, segundo o pesquisador Manuel de Souza Barros (BARROS, 1985, p. 87). O resultado dessas queixas foi a resposta do movimento operário por meio de greves e uma repressão estatal contra os que protestavam e contra os comunistas.

Junto a este complexo cenário, despontava a construção de prédios que ainda hoje marcam a paisagem da cidade. Além das casas residenciais, como na antiga Rua do Crespo, atual 1º de Março, os prédios em modelo eclético datam, em sua maior parte, do início do século XX. Os prédios públicos, como o Palácio da Justiça e a Escola de Medicina, por exemplo, aparecem como prédios significativos na fisionomia urbana da cidade. São edifícios que já nascem como monumentos.

Os projetistas e os projetos do Palácio

No ano de 1917, o arquiteto Heitor Melo apresentou um projeto para as novas instalações do palácio. Porém, sua investida não foi aceita. Anos depois, em 1923, o italiano Giacomo Palumbo apresentou o seu projeto em estilo

¹O estilo Luís XVI desenvolveu-se na França, na segunda metade do século XVIII. Neste período, as curvas e os motivos florais, típicos do Rococó, perdem a força e são substituídos por uma decoração mais simples, porém sem perder o conforto. Deste modo, preservam-se os modelos estofados e as cadeiras e poltronas do período anterior. As mudanças, no entanto, são perceptíveis nas formas gerais dos móveis, que se tornam mais contidas, com linhas mais simples e geométricas. As poltronas típicas do estilo possuem encosto em formato oval, pernas retas ou direitas, chamadas à gainé. Disponível em: <<http://historiadomobiliario.blogspot.com/2010/03/estilo-luis-xvi.html>>.

renascentista Luiz XVI¹, que, por sua vez, também não foi aprovado. No ano seguinte, ele apresentou um novo prospecto, desta vez com apoio do arquiteto Evaristo Sá. Foi aprovado e logo os trabalhos foram iniciados.

Giacomo Palumbo (1891-1966) nasceu em Tebas, na Grécia, mas possuía nacionalidade italiana. Seu pai era engenheiro e trabalhou na construção do Canal de Suez. Estudou na Escola de Belas Artes de Paris e veio para o Brasil com vinte e sete anos. Prestou diversos serviços em várias cidades do Nordeste brasileiro. João Pessoa, Recife e Natal figuram como as áreas de maior atuação do arquiteto.

Em João Pessoa, Palumbo fez algumas residências e desenhou alguns prédios públicos. No Recife, além de residências, ele projetou o Palácio da Justiça, a Escola de Medicina e o Hospital Centenário. Porém, foi em Natal que sua obra foi mais efetiva, tendo desenhado um plano urbanístico para a cidade.

A construção

No ano de 1924, o governador Sergio Loreto escreveu no seu relatório anual ao Legislativo:

É com a maior satisfação que vos posso comunicar o início das obras do futuro Palácio da Justiça, tentamen que prometi a mim mesmo realizar, como uma das preocupações mais vivas do meu governo.

Para isso foi mister desocupar o edifício onde funcionava o Tribunal do Júri e estavam instalados os 2º e 3º corpos de polícia, aquele transferido para um dos salões do Ginásio, depois de feitas as necessárias adaptações, e estes para o quartel das Cinco Pontas, cedido pelo Governo Federal e ainda decretar a desapropriação de três prédios à rua João do Rego.

Estou convencido, porém, de que todos os sacrifícios se justificam, contanto que se dê à Justiça a instalação condigna que ela merece e que até hoje, inexplicavelmente, lhe tem faltado. (LORETO, 1924, p. 24).

O espaço em que o prédio fora edificado já possuía alguns monumentos. O Palácio do Governo, o Teatro de Santa Isabel e, à época, o prédio do Tesouro Provincial. Ao ser concluído, a região das referidas construções aglomeraria um importante centro administrativo do Estado, somando o Poder Executivo e o Poder Judiciário. A pedra fundamental do que viria a ser o Palácio da Justiça foi fincada no dia 2 de julho de 1924.

Fotografia 1 – Cerimônia do ato de lançamento da Pedra Fundamental do Palácio da Justiça



Fonte: Revista de Pernambuco, ago. 1924, p. 12.

Os trabalhos foram iniciados a todo fervor e a solenidade que marcou o começo das obras juntou uma quantidade razoável de pessoas. O governador Sérgio Loreto disse que era uma honra para o Estado de Pernambuco construir uma obra daquela magnitude. Porém houve alguns problemas no início da construção. Anteriormente, no local onde foi edificado o Palácio estava situado um quartel. Depois foi transferido para o então Mercado Público, construído por Delmiro Gouveia no bairro do Derby.

Os primeiros construtores preferiram alargar os alicerces, obtendo um trabalho conveniente ao terreno.

Fizeram-se sondagens em toda a superfície a construir, o que mostra que não agiram de afogadilho.

Calculada a superfície de distribuição de pressão para cada parede, lançou-se uma placa de cimento armado e sobre esta iniciou-se a construção em alvenaria de pedra, elevando-se até quatro metros, que é a altura do porão.

Na parte central, onde está a cúpula, as fundações foram reforçadas.

Aí tiveram origem quatorze pilastrões de cimento armado, com largas sapatas e um sistema de vigas de ancoragem entrecruzadas, formando malhas. (COIMBRA, 1930, p. 90).

Fotografia 2 – Edificação das bases do Palácio da Justiça



Fonte: Revista de Pernambuco, mar. 1925, p. 57.

Podemos observar a partir desse trecho a preocupação dos construtores com o suporte do solo. Isso fica explícito na Fotografia 2, retirada da Revista de Pernambuco de março de 1925, que mostra a elevação dos porões. A fundação do palácio é bem constituída e com pedras espessas. Na imagem ainda podemos perceber os traços das demolições que foram necessárias para a construção do edifício. No canto direito inferior da foto, é interessante fazer um comparativo entre o tamanho do trabalhador e o tamanho da base que está sendo edificada.

Ainda refletindo a respeito da fotografia, é preciso pensar como eram transportados esses materiais para a construção. Ora, as pedras e os demais materiais de construção são deveras substanciosos para serem trazidos de qualquer forma. A instituição responsável por levantar o prédio era o Departamento das Obras Públicas do Estado, que tomou “todas as providências e aparelhou-se convenientemente para atender à aquisição e transporte dos materiais que, na sua maior parte, alcançam as proximidades do local da construção por via fluvial” (REVISTA DE PERNAMBUCO, 1924, p. 30). As pedras eram procedentes da Pedreira de Comportas, que ficava situada em Jaboatão dos Guararapes.

Os materiais eram conduzidos em batelões que eram rebocados até o cais da Rua do Sol. Os pesados blocos desembarcavam no fundo desses batelões, direto para os trollys (eram carros descobertos que andavam sobre trilhos), e iam para o local da construção. Para facilitar o serviço de atracação e descarga, era utilizado um trapiche armado no extremo com uma linha de ferro e um guindaste para alimentar os carros nos trilhos.

Na Fotografia 3, é possível visualizar o descarregamento dos batelões. Analisemos a quantidade de pessoas que estão envolvidas no processo. Se ampliarmos a imagem, veremos que estão quase todas observando a pedra sendo levada da embarcação, indo alimentar o carro sobre o trilho que está a espera na beira do cais. É nessas horas que convém lembrar-se do poema de Bertold Brecht, *Perguntas de um trabalhador que lê*: “Para onde foram os pedreiros na noite em que a Muralha da China ficou pronta?” (BRECHT, 1986, p. 167).

Porém, não foi apenas o terreno que apresentou problemas. A obra era bastante onerosa e por vezes teve de ser paralisada por falta de recursos. No relatório apresentado pelo Boletim da Secretaria de Agricultura, Indústria e Viação, da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, consta que por motivos de ordem econômica a obra teve de ser paralisada nos últimos meses de 1927. E continuou paralisada durante todo o ano de 1928, tendo sido retomada no ano posterior.

A construção funcionava a toda brida. Primeiro porque os magistrados precisavam de um espaço que fosse “digno” de suas atividades. E essa construção servia para publicizar os feitos do Estado. Por exemplo, na Revista de Pernambuco de setembro de 1925 foi apresentada como capa do periódico. Enquanto em outras publicações pouco ou nada se referia às construções feitas pelo Estado². Mesmo com todos os entraves, a edificação foi concluída em 1930. E, segundo Menezes e Reinaux (1991), o prédio é, talvez, um marco para a arquitetura oficial em Pernambuco.

Modificações e Mobiliário

Ao inaugurar a edificação, o então governador Estácio Coimbra, na sua mensagem anual, indicou que as obras deveriam ser contínuas mesmo depois da inauguração (COIMBRA, 1930). Os detalhes internos e o mobiliário estavam em plena organização. O mobiliário inicial fora projetado pelo arquiteto M. Nozières, que foi contratado por meio de concorrência pública. E as peças foram construídas pelas casas Leandro Martins e Cia., do Rio de Janeiro.

As modificações iniciais na estrutura do prédio referem-se à abertura para a Rua do Imperador, visto que fora criada uma saída alternativa. Com a Revolução de 30, Carlos de Lima Cavalcanti assumiu as rédeas do Estado e em 1934 foram feitos os acabamentos finais³ (MENEZES; REINAUX, 1991). Outras mudanças ocorreram. A cor do prédio, por exemplo, deixou de ter uma tonalidade cinza para assumir o amarelo e branco que possui. Porém, recentemente outras modificações estruturais foram realizadas. Já em fins da segunda metade do século XX, na cúpula do Palácio, foi construído mais um andar para sediar a presidência.

Fotografia 3 – Abastecimento de materiais para a construção do Palácio da Justiça



Fonte: Revista de Pernambuco, ago. 1924, p. 30.

²Analisamos os periódicos “Revista da Cidade”, “Para Você” e a “Revista de Pernambuco”. Os dois primeiros não apresentam notícias a respeito da referida obra. Enquanto no terceiro, por ser publicado pelo Estado, apareciam constantemente notícias referentes à Justiça e à construção do Palácio.

³Não encontramos quais os acabamentos referidos pelo autor.

REFERÊNCIAS

- ABASTECIMENTO de materiais para a construção do Palácio da Justiça. [192-]. 1 fotografia, p&b. **Revista de Pernambuco**, Recife: Imprensa Oficial, ano 1, n. 2, p. 30, ago. 1924. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn001377.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2011.
- BARROS, Manoel de Souza. **A década de 20 em Pernambuco**. Recife: FCCR, 1985.
- BRECHT, Bertold. **Poemas**. Tradução Paulo Cesar Souza. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CERIMÔNIA do ato de lançamento da Pedra Fundamental do Palácio da Justiça. 1924. 1 fotografia, p&b. **Revista de Pernambuco**, Recife: Imprensa Oficial, ano 1, n. 2, p. 12, ago. 1924. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn001377.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2011
- COIMBRA, Estácio de Albuquerque. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 3ª sessão da 13ª legislatura, pelo Governador do Estado, Dr. Estacio de Albuquerque Coimbra**. Recife: Imprensa Oficial, 1930. (Acervo impresso do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE).
- COUCEIRO, Sylvia. A sedução da noite nos cafés do Recife nos anos 1920: entre prazeres e transgressões. In: Simpósio Nacional de História, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais...** São Leopoldo: ANPUH, 2007. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Sylvia%20Costa%20Couceiro.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2011.
- CRESTO, Lindsay. **Site sobre história do mobiliário**. Disponível em: <<http://historiadomobiliario.blogspot.com/2010/03/estilo-luis-xvi.html>>. Acesso em: 12 fev. 2011.
- EDIFICAÇÃO das bases do Palácio da Justiça. 1925. 1 fotografia, p&b. **Revista de Pernambuco**, Recife: Imprensa Oficial, ano 2, n. 9, p. 57, mar. 1925. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn001400.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2011.
- LORETO, Sergio T. Lins de B. **Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Sergio T. Lins de B. Loreto, Governador do Estado, lida ao instalar-se a 3ª sessão da 11ª legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco, aos 6 de março de 1924**. Recife: Oficinas Gráficas da Penitenciária do Recife, 1924. (Acervo impresso do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE).
- MARROQUIM, Dirceu. **Entrevista realizada com a artista plástica Marianne Peretti**. Novembro de 2010.
- MENEZES, José Luiz da Mota; REINAUX, Marcílio. **O Palácio da Justiça**. Recife: Tribunal de Justiça de Pernambuco, 1991.
- REVISTA DE PERNAMBUCO. Recife: Imprensa Oficial, ano 1, n. 2, ago. 1924. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn001377.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2011.
- REVISTA DE PERNAMBUCO. Recife: Imprensa Oficial, ano 2, n. 15, set. 1925. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn001405.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2011.



Conhecer para Preservar

Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha

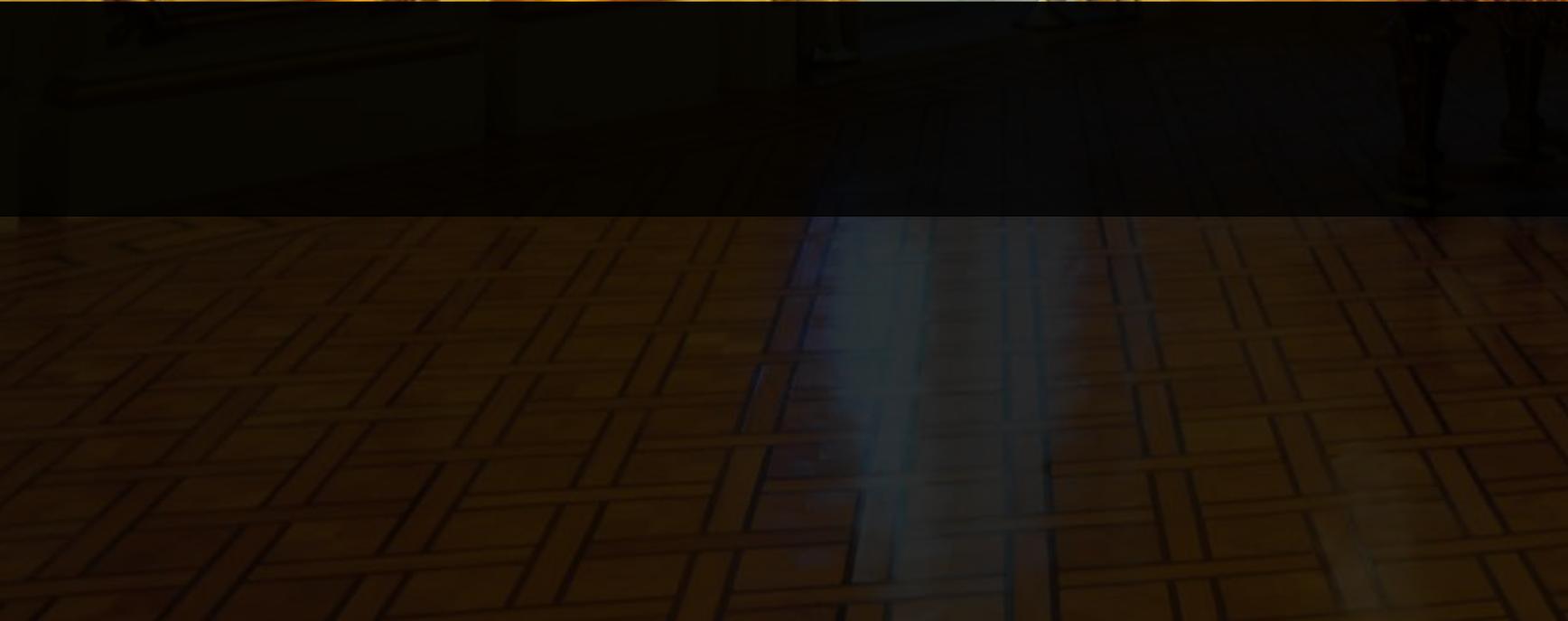
A partir de uma identificação especializada, os detalhes sobre cada peça do conjunto de móveis do Palácio da Justiça de Pernambuco foram organizados para serem conhecidos pela sociedade por meio de um instrumento de busca, o inventário.

Desde sempre, o homem tem a ideia de organizar as informações sobre seu mundo e tem realizado isso das formas mais variadas possíveis. Na maioria das vezes, esse desejo surge devido a uma necessidade de se comunicar com alguém ou de conhecer algo com mais profundidade. A base para essa organização é criada em volta do contexto em que vive o ser humano, inclusive porque ele tenta resolver os problemas que se originam de sua vivência e, para que isso seja possível, é necessário saber mais sobre o entorno onde habita.

Para entender a história da Justiça em Pernambuco, não poderia ser diferente. Quando imaginamos o prédio em que ocorrem e ocorreram muitas sessões judiciais e julgamentos, vem logo a nossa mente a imagem de uma sala com todo o seu mobiliário, com as personagens daquela história atuando. Muitos dos bens móveis que compõem o Palácio foram adquiridos no período da construção do edifício, sendo conservados até os dias atuais. Cadeiras e mesas da primeira metade do século XIX ainda são usadas pelos magistrados e servidores. Lustres do mesmo período iluminam salas onde se realizam a prestação jurisdicional pernambucana. Poucas peças antigas servem só para contemplação, como o marquesão e o aparador Luís XVI que ficam no Salão Nobre. Pinturas de Murilo La Greca e de Henrique Moser compõem ambientes em que circulam as partes e os advogados.

A rotina diária normalmente nos leva a deixar passar despercebidos detalhes interessantes do nosso meio. Às vezes precisamos nos afastar desse ambiente conhecido para compreendermos o quanto ele tem de informação interessante para a nossa história. Olhamos e não vemos. Mas esse trabalho também servirá para isso: evidenciar os bens móveis do Palácio da Justiça, que trazem informações relevantes sobre parte da história do Judiciário pernambucano, para possibilitar a sua transformação em conhecimento.







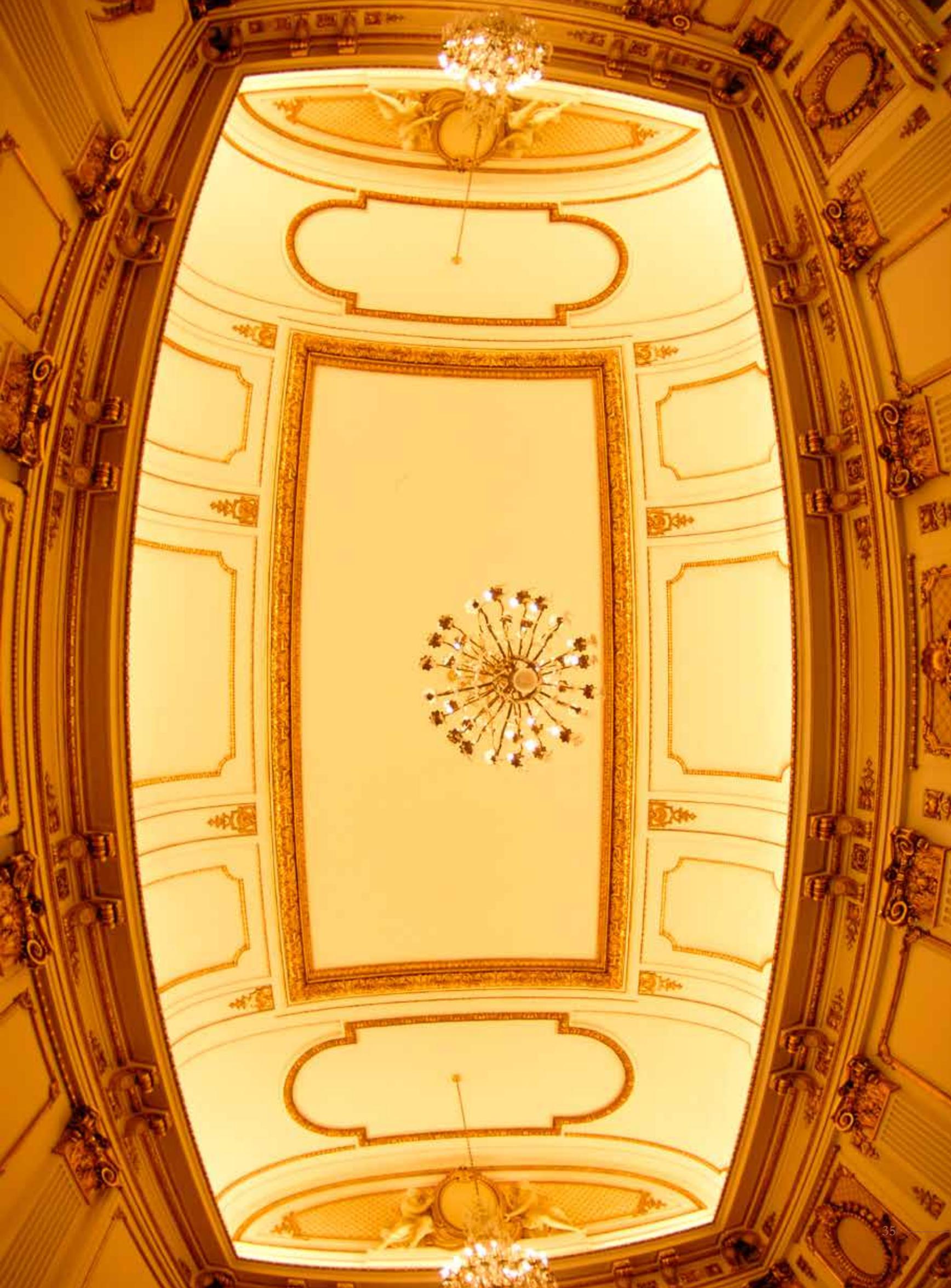
SALÃO NOBRE



No início, o Salão Nobre era conhecido como Sala de Casar, onde se realizavam os casamentos civis. Hoje, o salão, que está localizado no segundo andar do Palácio da Justiça, é o espaço onde o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) recebe chefes de Estado, dentre outras autoridades. O ambiente é decorado em arquitetura de estilo eclético, com traços de hibridismo. Além dos móveis em jacarandá e objetos de louça e cristal, a sala possui um conjunto de bens integrado.

Entra-se no Salão Nobre por uma das três portas constituídas de vidro e madeira, situadas na parte lateral esquerda, todas com umbrais adornados em estilo fitoformes. Neste ponto, avistam-se três janelas que se encontram do lado oposto e são feitas do mesmo material das portas. Todas formadas por nichos abobadados, decorados com cortinas em veludo, dropel e corpo de cores vermelha e amarela, respectivamente. Os adornos que acompanham as janelas possuem motivos fitoformes (ao lado) e conchas (acima, ao centro). Dezesseis colunas dóricas compõem a decoração das paredes, assim como alguns detalhes, também em motivos fitoformes.

Acima das portas, o teto é anteposto por um arremate, que dá a impressão de suporte para o mesmo. Este suporte, por sua vez, é abobadado com ornamentos em estilo eclético, tendo ainda em cada lateral figuras humanas segurando uma moldura ogival. Ainda nas paredes, encontram-se três nichos com base dourada em motivos fitoformes e que abrigam as luminárias. O Salão Nobre detém um mobiliário muito rico, ao gosto da corte francesa de Luis XVI. Os três lustres são constituídos de cristal baccará. Ao fundo na cabeceira do teto, duas figuras humanas em estilo neoclássico seguram uma moldura ogival, com bordas em dourado.





Cadeira Luís XVI

Número de registro: 02

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch e Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira/entalhe, encaixe, douramento, veludo, estofamento

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

120,5 x 64,5 x 60,5 cm

Cadeira híbrida, com assento, espaldar e braços acolchoados, cobertos com veludo vermelho. Espaldar retangular e braços apresentam entalhes em forma de volutas e folhas de acanto. Pernas com seções quadrangular e losangular, entalhes em forma de flores, tendo duas saias, uma lisa e uma com friso. A amarração em “H” parte do cubo na parte inferior das pernas, decorada, ao centro, com folhas de acanto.

Estilo francês Luis XVI, apresenta características rococó e neoclássica, tendo sido restauradas em 2003 pela empresa Jorge Passos, sendo modificado o veludo original francês. O projeto das cadeiras foi composto pelo diretor da empresa de decoração das mais importantes do Rio de Janeiro, Laubirsch-Hirth, no início do século XX.



Marquesão Luís XVI

Número de registro: 16

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch e Hirth (execução)

Primeira metade do século XX

Madeira/entalhe, encaixe, douramento, veludo, estofamento

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

120,5 x 64,5 x 60,5 cm

Cadeira híbrida, com assento, espaldar e braços acolchoados, cobertos com veludo vermelho. Espaldar retangular e braços apresentam entalhe em forma de volutas e folhas de acanto. Total de seis pernas com seções quadrangular e losangular, decoradas com entalhes em forma de folhas, apresenta duas saias, a primeira com friso e a segunda lisa. A amarração apresenta-se em par, com formato de "H", tendo ao centro de cada "H", decoração de folhas de acanto em voltas.

Estilo francês Luis XVI, apresentam características rococó e neoclássica, tendo sido restauradas em 2003 pela empresa Jorge Passos, onde foi trocado o veludo original francês. O projeto do marquesão foi feito pelo diretor da firma de decoração das mais importantes do Rio de Janeiro, Laubirsch-Hirth, no início do século XX.







Aparador Luís XVI

Número de registro: 18

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch e Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira/entalhe, encaixe, douramento, mármore

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

94,0 x 164,3 x 59,5 cm

Aparador híbrido com tampo de mármore. A moldura apresenta frisos e folhas de acanto, com aba recortada e o fundo lavrado em xadrez. Ao centro folhas e flores. Total de duas pernas com seções quadrangular e losangular decoradas com flores em auto relevo. Apresenta duas saias, a primeira com frisos com folhas de acanto em voluta aos lados e a segunda lisa. Armação curvada, decorada ao centro em encontro de volutas lavradas em folha de acanto.

Estilo francês Luis XVI, apresenta características rococó e neoclássica, tendo sido restauradas em 2003 pela empresa Jorge Passos. O projeto foi feito pelo diretor da firma de decoração das mais importantes do Rio de Janeiro, Laubirsch-Hirth, no início do século XX.



Mesa Luís XVI

Número de registro: 19

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch e Hirth (execução)

1ª metade do século XX

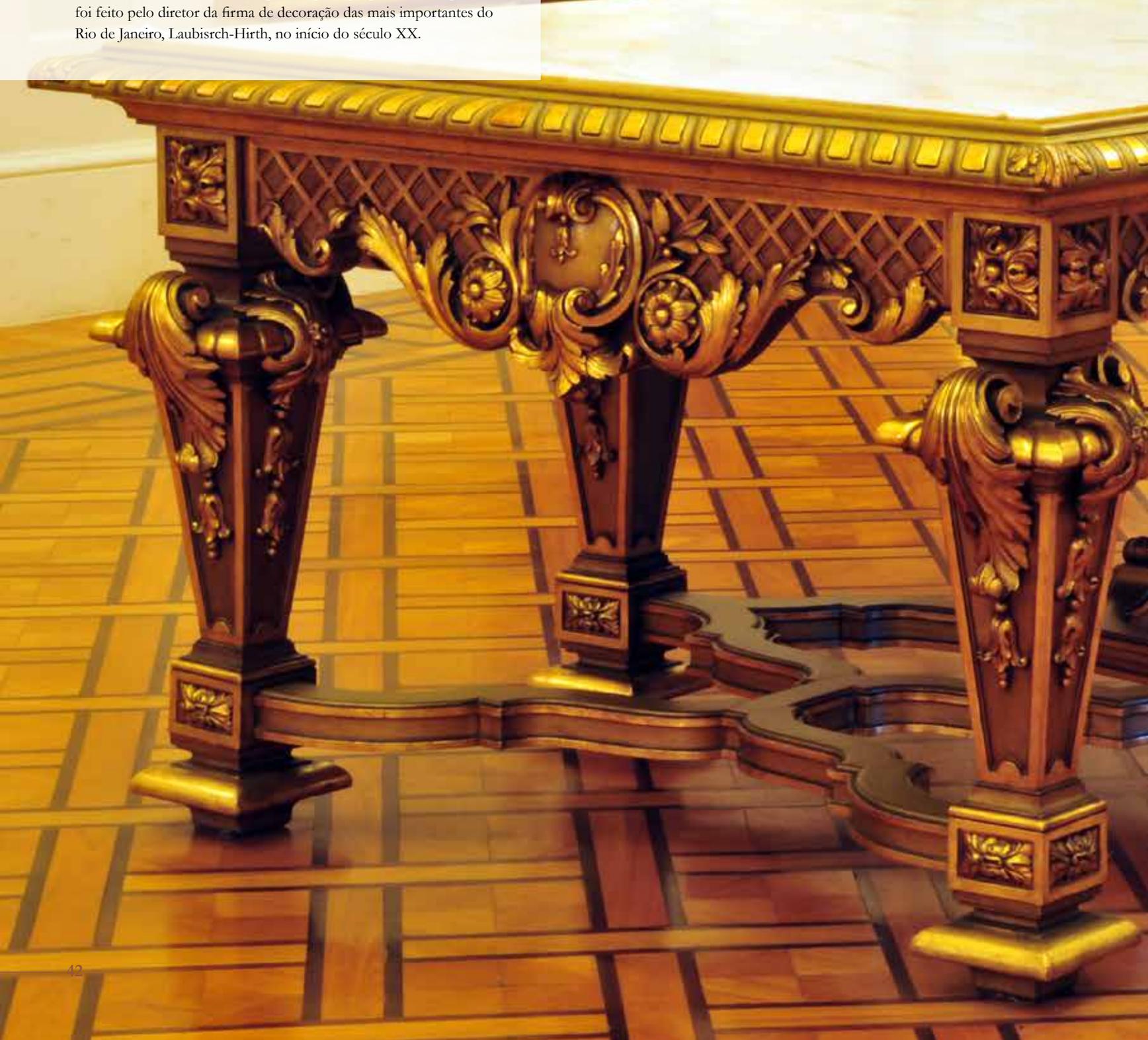
Madeira/entalhe, encaixe, douramento, mármore

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

84,5 x 290,0 x 130,0 cm

Mesa híbrida com tampo de mármore. Moldura apresenta frisos e folhas de acanto nas extremidades. Aba recortada com fundo lavrado em xadrez e decorada com folhas, flores e conchas. Total de oito pernas com seções quadrangular e losangular decoradas com flores em auto relevo. Amarração dividida em três partes em formato de “H”, ornado ao centro com flores.

Estilo francês Luis XVI, apresenta características rococó e neoclássica, tendo sido restaurada em 2003 pela empresa Jorge Passos. O projeto foi feito pelo diretor da firma de decoração das mais importantes do Rio de Janeiro, Laubirsch-Hirth, no início do século XX.









Mesa de apoio Luís XVI

Número de registro: 21

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch e Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira/entalhe, encaixe, douramento, mármore

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

79,0 x 80,5 cm (diâmetro)

Mesa híbrida com tampo de mármore. Formato circular com moldura lisa e aba simples decorada com folhas e flores. Pernas com seções quadrangular e losangular ornadas com flores e folhas. As pernas apresentam duas saias, a primeira com friso e a segunda lisa. Amarração em “X” decorada com folhas de acanto em voluta e uma espécie de flor ao centro.

Estilo francês Luis XVI, apresentam características rococó e neoclássica, tendo sido restauradas em 2003 pela empresa Jorge Passos. O projeto foi feito pelo diretor da firma de decoração das mais importantes do RJ Laubirsch-hirth, no início do séc XX.

Vaso

Número de registro: 24

2ª metade do século XIX

Porcelana/douramento, pintura

Paris, França

58,0 x. 17,7 x 29,5 cm

Peça na cor branca com bordas e detalhes dourados. Na parte superior flor dourada. Na frente, ao centro, pintura representando cena de um casal conversando entre plantas, o homem segura a mão da mulher. Acima da cena, flores em tons de rosa e azul. Atrás, flores em tons de vermelho, azul e verde.

Jarro de Paris do período entre 1840/1870. Doação do advogado Roque de Brito Alves, em 14 de outubro de 2008.



Vaso

Número de registro: 26

2ª metade do século XIX

Porcelana/douramento, pintura

Paris, França

44,0 x 13,0 x 18,5 cm

Vaso com alças e bordas superiores em estilo neo-barroco, decorado com pinturas em temas florais e extremidades em dourado. Na frente, flores em tons de vermelho, azul, amarelo e verde. Atrás, pintura em dourado.

Jarro de Paris do período entre 1840/1870. Doação do advogado Roque de Brito Alves, em 14 de outubro de 2008.





Tocheiro

Número de registro: 28

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch e Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, ferro, vidro/douramento

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

263,0 x 80,0 cm (diâmetro)

Luminária de pé com suportes para lâmpada imitando velas. Possui dezesseis hastes para lâmpadas decoradas com pingentes, com exceção do suporte mais alto.



Arandela

Número de registro: 32

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto) ; Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch e Hirth. (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, entalhe e douramento

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tipo de lustre fixado à parede. Possui cinco hastes: três na parte superior e duas na parte inferior.

Decorado com temas florais, arabescos e losangonais. Na parte inferior, três ramos de folhagem.

Luminária

Número de registro: 38

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch e Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, gesso, metal/douramento

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Luminária em forma de jarro com cinco hastes: três em baixo e duas no topo. Corpo largo e base estreita. Forma quadrada.



Lustre

Número de registro: 42

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch e Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Metal, vidro/douramento

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lustre com aproximadamente 50 hastes para lâmpadas dispostas em forma cônica, decorados com pingentes.





Tapete Persa

Número de registro: 43

2ª metade do século XX

Lã animal

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lã, 320,0 x 440,0 cm

Tapete estilo oriental. Possui desenhos de flores e árvores nas cores vermelho, azul, cinza, rosa e marrom. Franjas nas extremidades.



Cortina

Número de registro: 44

2ª metade do século XX

Veludo/costura à máquina

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

400,0 x 198,5 cm

Lisa na cor cinza com alças para fixação e adereços na parte superior na cor vinho.









VITRAIS - ESCADARIA PRINCIPAL

Vitral

Número de registro: 47

Abertura do primeiro parlamento Democrático da América (Triptico)

MOSER, Heinrich

1ª metade do século XX

Recife, PE, Brasil

700,0 x 138,0 cm

Cena do primeiro parlamento democrático. Apresenta uma parte da mesa principal com dois homens sentados e um soldado em pé no terceiro plano, com cortinas vermelhas na parte de cima. Frases em latim na parte inferior.



Vitral

Número de registro: 47

Abertura do primeiro Parlamento Democrático da América (Triptico)

MOSER, Heinrich

1ª metade do século XX

Recife, PE, Brasil

700,0 x 138,0 cm

Peça do meio com imagem de Maurício de Nassau lendo a ata de abertura do primeiro parlamento democrático. Data da abertura do parlamento "MDCXLI" na parte inferior.





Vitral

Número de registro: 47

Abertura do primeiro
Parlamento Democrático da
América (Triptico)

MOSER, Heinrich

1ª metade do século XX

Recife, PE, Brasil

700,0 x 138,0 cm

Cena apresenta os espec-
tadores da abertura do
Parlamento.



Lustre

Número de registro: 48

1ª metade do século XX

Cristal e ferro.

Recife, PE, Brasil

150,0 x 85,0 cm

Lustre montado em duas camadas, tendo cada uma oito braços com uma lâmpada em cada um, sendo a superior com diâmetro maior que a inferior. Dando o acabamento final, lâmpada central na parte inferior.



Lustre

Número de registro: 49

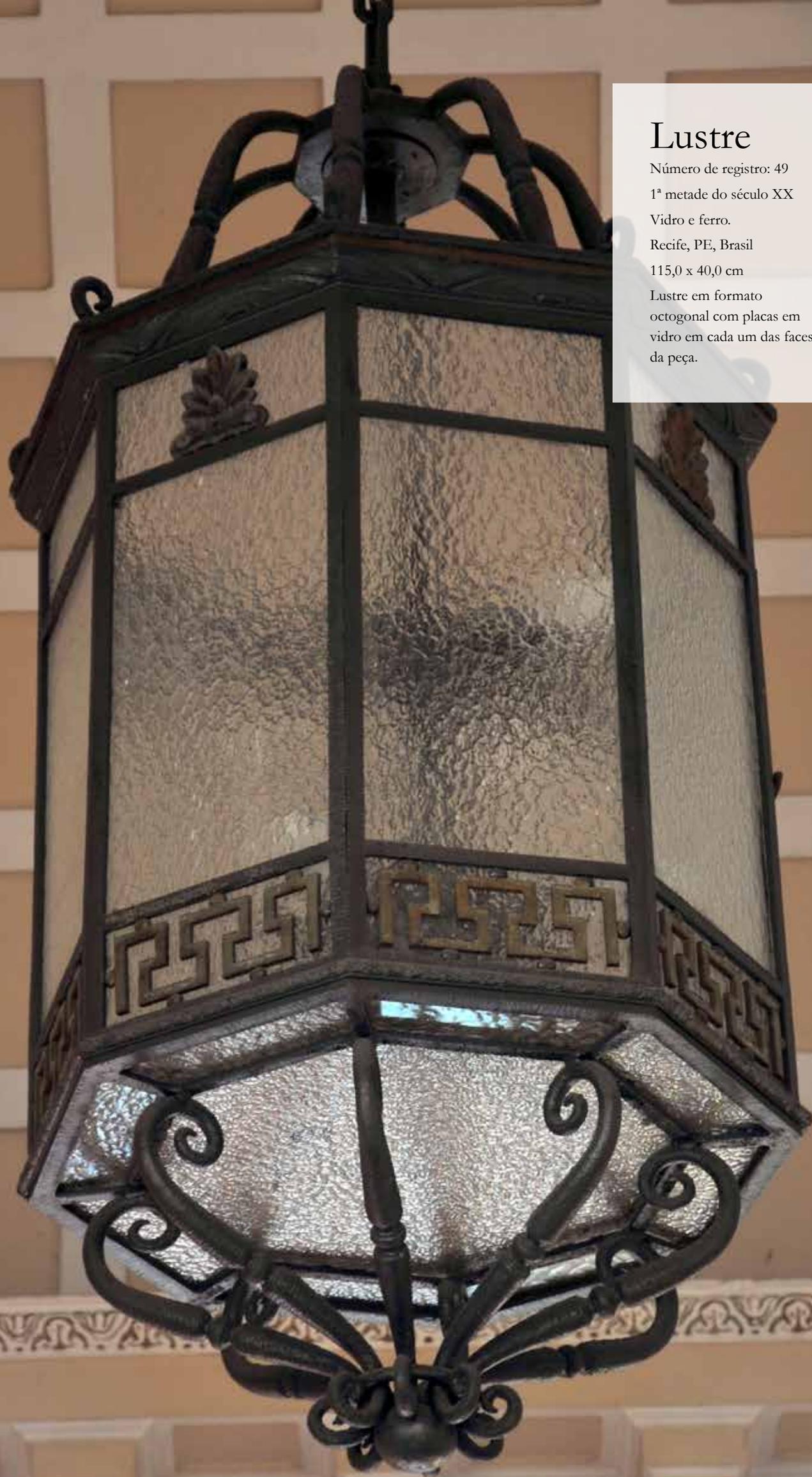
1ª metade do século XX

Vidro e ferro.

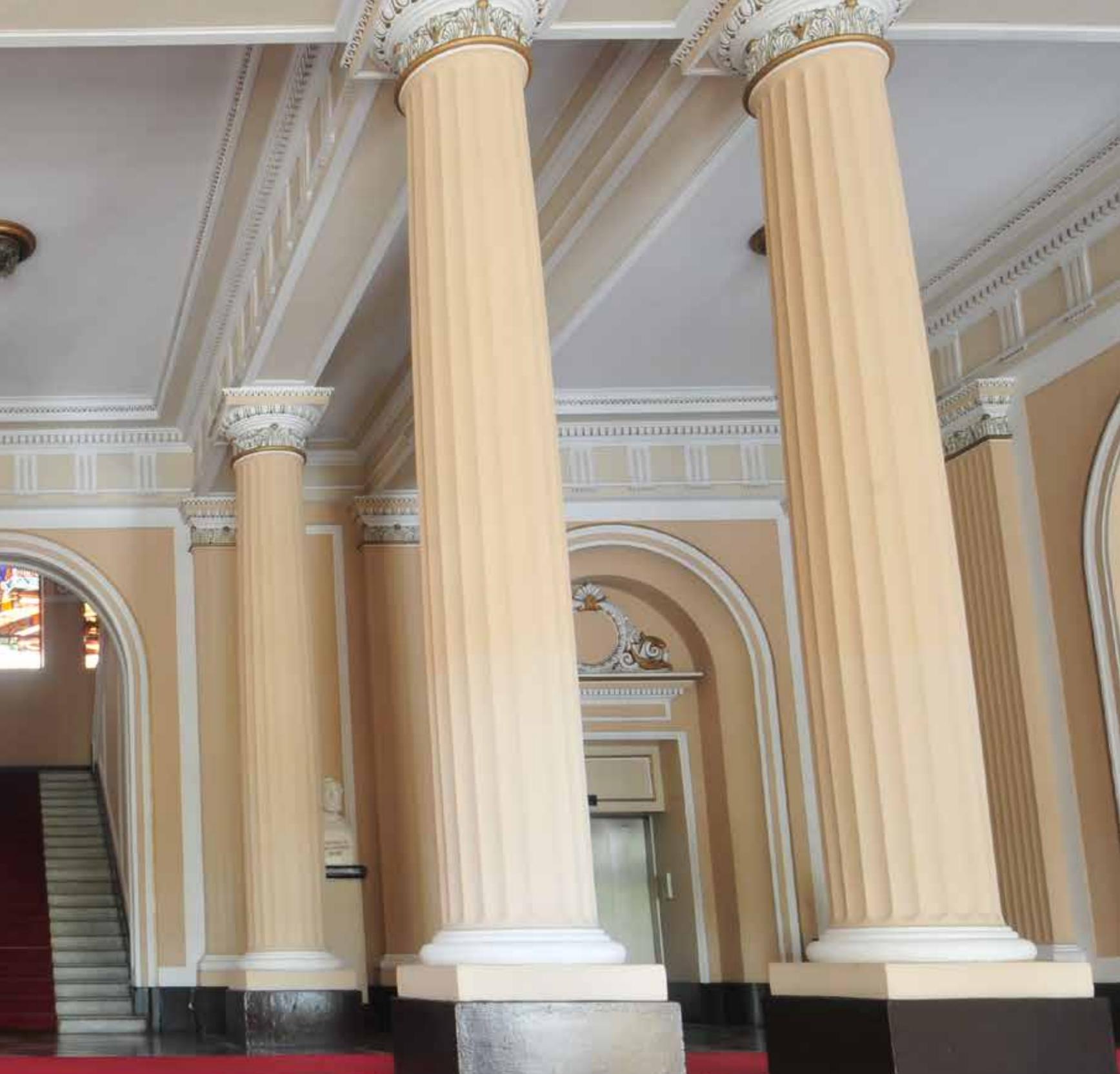
Recife, PE, Brasil

115,0 x 40,0 cm

Lustre em formato octogonal com placas em vidro em cada um das faces da peça.







PASSOS PERDIDOS

A referida sala serve de ligação para vários setores do Palácio da Justiça entre o primeiro e o segundo andar. O seu nome deve-se ao fato dela ter sido a recepção do Palácio, onde funcionavam varas, juizados e cartórios. Devido à amplitude e à diversidade de serviços do espaço, as pessoas ficavam perdidas, sem saberem para onde se dirigir. Hoje, o espaço costuma ser utilizado para exposições, solenidades e cerimônias religiosas.

No salão, junto à primeira escadaria, que fica em frente ao vitral de Heinrich Moser, estão dispostos os bustos de Estácio Coimbra e de dois grandes nomes da história jurídica de Pernambuco: Francisco de Paula Batista e Gervásio Pires, primeiro presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A escadaria externa, que dá acesso ao interior do salão e está voltada para a Praça da República, é de granito.

Os portões da entrada são de ferro fundido, adornados de motivos fitoformes, e possuem formas esféricas com douramento na parte externa. Ainda na parte externa, na porção superior dos três portões, estão as iniciais do Palácio da Justiça – PJ – margeadas por formas fitoformes, também com douramento.

As duas escadarias internas, que dão acesso ao Salão Nobre, no segundo andar, são de mármore preto e branco em formato xadrez, recurso utilizado nas construções do início do século XX, que tinham como modelo as formas neoclássicas. No segundo lance de escadas, perto do Salão Nobre e já no segundo andar, vamos encontrar corrimões com gradis de ferro, com lanças e arremates de pinhas em bronze, adornados com folhas de acanto.

No teto, os arremates são formados por desenhos losangulares, com imagens fitoformes e douramento ao centro, e por arremates em folhas de acanto acima e abaixo, também com douramento. Ainda no teto vamos encontrar um lustre em ferro. Mais adiante, no átrio que dá acesso ao Salão Nobre, decorando o teto, encontra-se um lustre em cristal bazará.



Escultura / busto

Número de registro: 50

“Gervásio Campelo Pires
Ferreira (1880 – 1893)”

SILVA, Antônio Bibiano

2ª metade do século XX

Cimento pintado

Recife, PE, Brasil

78,0 x 43,0 x 27,0 cm

Rosto masculino, posição frontal, cabelo e barba abundante, apresenta calvice. À frente do busto a inscrição com nome e data: Gervásio Campelo Pires Pereira (1830-1893). Busto se encontra sobre suporte também de cimento, com base superior e inferior em tom marrom e corpo em tonalidades bege, mesma cor das paredes da sala.

Bibiano Silva, renomado escultor vitoriense, que participou da formação da Escolas de Belas Artes de PE, sendo seu primeiro diretor. Produção do busto “Gervásio Pires”, homem de destaque na província de Pernambuco. Tendo assumido diversos cargos: conselheiro da província, conselheiro do governo, deputado à Assembléia Geral da legislatura de 1830 a 1833, e membro da Assembleia Legislativa provincial.



Escultura / busto

Número de registro: 51

“Francisco de Paula Batista
(1811- 1881)”

SILVA, Bibiano Antônio

2ª metade do século XX

Cimento pintado

Recife, PE, Brasil

78,0 x 43,0 x 27,0 cm

Rosto masculino, posição frontal, destaque para bigode. Com inscrição (modificada) em tom “ouro velho”, em suporte com base superior e inferior em marrom, e o centro em tom bege, consoante a cor das paredes da sala.

Bibiano Silva, renomado escultor vitoriense, que participou da formação da Escolas de Belas Artes de PE, sendo seu primeiro diretor. Esculpiu o busto de Paula Batista, jurista e político brasileiro, autor de duas obras: “Compêndio da teoria e prática do processo civil” (1855) e “Compêndio da hermenêutica jurídica” (1860). Professor da Faculdade de Direito de Pernambuco por quarenta e seis anos, sendo precursor da doutrinas modernas em Direito Processual.



Escultura / busto

Número de registro: 52

“Possível imagem de
Gervásio Pires”

2ª metade do século XX

Metal, madeira/fundição

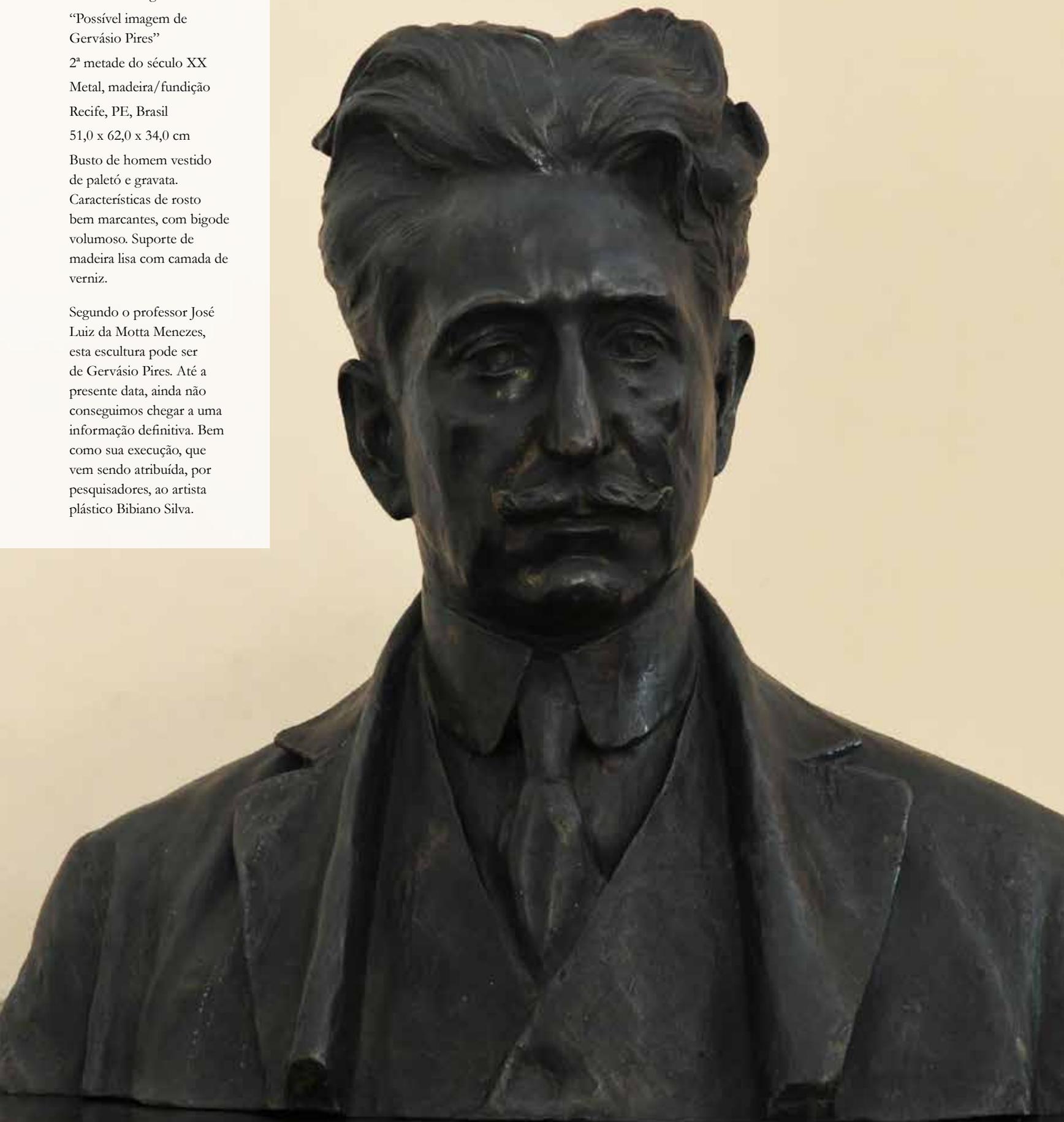
Recife, PE, Brasil

51,0 x 62,0 x 34,0 cm

Busto de homem vestido
de paletó e gravata.

Características de rosto
bem marcantes, com bigode
volumoso. Suporte de
madeira lisa com camada de
verniz.

Segundo o professor José
Luiz da Motta Menezes,
esta escultura pode ser
de Gervásio Pires. Até a
presente data, ainda não
conseguimos chegar a uma
informação definitiva. Bem
como sua execução, que
vem sendo atribuída, por
pesquisadores, ao artista
plástico Bibiano Silva.



Lustre

Número de registro: 57

2ª metade do século XX

Metal, vidro e madeira/entalhe e douramento

30,0 x 60,0 cm (diâmetro)

Formato meio círculo, tendo como estrutura um suporte central que prende ligas com pingentes à base fixada no teto. Tem moldura em madeira decorada em auto-relevo dourado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
150 ANOS SERVINDO À ORDEM E À LIBERDADE
Comemoração em 17 de Agosto de 2018

MEMORABILIDADE
1868 - 1869 - 1870 - 1871 - 1872 - 1873 - 1874 - 1875 - 1876 - 1877 - 1878 - 1879 - 1880 - 1881 - 1882 - 1883 - 1884 - 1885 - 1886 - 1887 - 1888 - 1889 - 1890 - 1891 - 1892 - 1893 - 1894 - 1895 - 1896 - 1897 - 1898 - 1899 - 1900 - 1901 - 1902 - 1903 - 1904 - 1905 - 1906 - 1907 - 1908 - 1909 - 1910 - 1911 - 1912 - 1913 - 1914 - 1915 - 1916 - 1917 - 1918 - 1919 - 1920 - 1921 - 1922 - 1923 - 1924 - 1925 - 1926 - 1927 - 1928 - 1929 - 1930 - 1931 - 1932 - 1933 - 1934 - 1935 - 1936 - 1937 - 1938 - 1939 - 1940 - 1941 - 1942 - 1943 - 1944 - 1945 - 1946 - 1947 - 1948 - 1949 - 1950 - 1951 - 1952 - 1953 - 1954 - 1955 - 1956 - 1957 - 1958 - 1959 - 1960 - 1961 - 1962 - 1963 - 1964 - 1965 - 1966 - 1967 - 1968 - 1969 - 1970 - 1971 - 1972 - 1973 - 1974 - 1975 - 1976 - 1977 - 1978 - 1979 - 1980 - 1981 - 1982 - 1983 - 1984 - 1985 - 1986 - 1987 - 1988 - 1989 - 1990 - 1991 - 1992 - 1993 - 1994 - 1995 - 1996 - 1997 - 1998 - 1999 - 2000 - 2001 - 2002 - 2003 - 2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2018



Balcão

Número de registro: 53

1ª metade do século XX

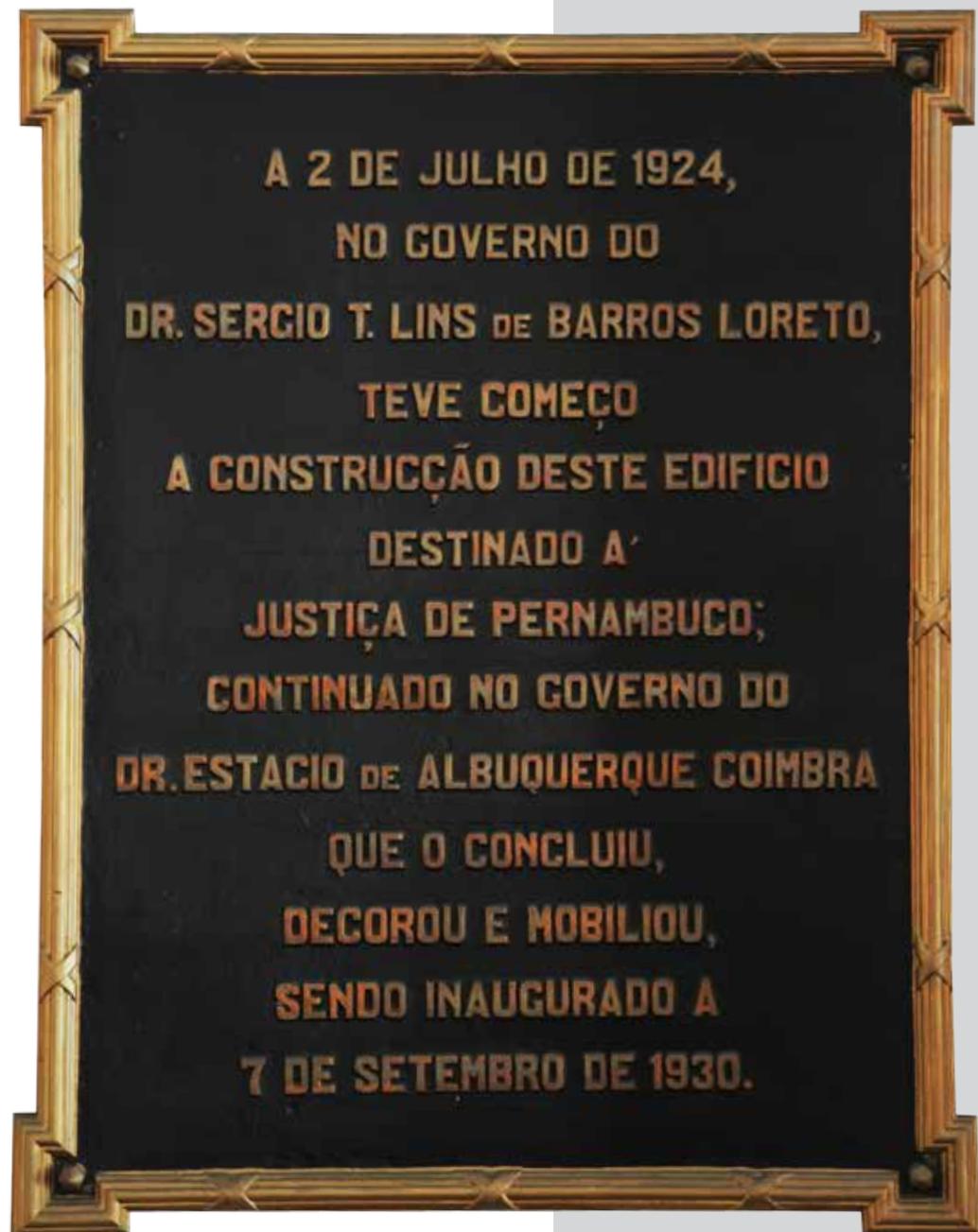
Madeira jacarandá/entalhe, encaixe

80,0 x 294,0 x 294,0 cm

Balcão em “U” com entrada lateral, posicionado sobre plataforma de cimento. Na parte interna possui prateleiras e portas. Por fora, o balcão possui cortes em almofadas com entalhes de colunas.

Originalmente esses balcões eram utilizados para recepção.





Insígnia/placa

Número de registro: 61

“Placa de inauguração do edifício”

1930

Metal/fundição, douramento, pintura em tinta acrílica

Recife, PE, Brasil

106,5 x 78,0 cm

Placa indicando data do início da construção do prédio e data da sua inauguração.



Insígnia/placa

Número de registro: 62

“Placa de Posse 2002”

2002

Metal/fundição, douramento, pintura em tinta acrílica

Recife, PE, Brasil

106,5 x 78,0 cm

Placa indicando a composição de desembargadores em treze de agosto de 2002.



Insígnia/placa

Número de registro: 63

“Placa de Posse 2007”

2007

Metal/fundição, douramento, pintura em tinta acrílica.

Recife, PE, Brasil

106,5 x 78,0 cm

Placa indicando a composição de desembargadores em treze de agosto de 2007.



Insígnia / placa

Número de registro: 64

“Placa de Posse 2008”

2008

Metal/fundição, douramento, pintura em tinta acrílica

Recife, PE, Brasil

106,5 x 78,0 cm

Placa indicando a composição de desembargadores em treze de agosto de 2008.



Insígnia / placa

Número de registro: 65

“Placa de Posse 1997”

1997

Metal/fundição, douramento, pintura em tinta acrílica

Recife, PE, Brasil

106,5 x 78,0 cm

Placa indicando a composição de desembargadores em treze de agosto de 1997.



Insígnia / placa

Número de registro: 66

“Placa de Posse 1982”

Casa das Placas

1982

Metal/fundição, douramento, pintura em tinta acrílica

Recife, PE, Brasil

106,5 x 78,0 cm

Placa indicando a composição de desembargadores em treze de agosto de 1982.



Insígnia / placa

Número de registro: 67

“Placa de Posse 1972”

Casa das Placas

1972

Metal/fundição, douramento, pintura em tinta acrílica

Recife, PE, Brasil

106,5 x 78,0 cm

Placa indicando a composição de desembargadores em treze de agosto de 1972.







ORATÓRIO





O Oratório está localizado no pavimento térreo do edifício, à esquerda de quem entra no Palácio da Justiça pela Rua do Imperador. Inaugurado em 29 de janeiro de 1988, o espaço foi idealizado pelas sócias da Associação dos Cônjuges dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Acmepe), com o intuito de levar magistrados e funcionários do Poder Judiciário a um momento de reflexão espiritual.

Ao entrarmos no oratório, encontramos um vitral confeccionado pela artista plástica Marianne Peretti. O vitral apresenta formas contemporâneas, nas cores carmim, vermelho e roxo, com divisórias em metal dourado. Foi confeccionado com materiais vindos da Europa, contrastando assim com o restante do acervo do palácio.

O ambiente possui as imagens de Nossa Senhora de Fátima e São José. No altar, encontram-se um crucifixo e, logo abaixo dele, uma urna onde podem ser depositados pedidos de oração e agradecimentos. A mesa de metal, que foi confeccionada para ser o altar, também é de autoria de Marianne Peretti. O piso é de mármore chapiscado nas cores branca, marrom, cinza e preta.



Cadeira

Número de registro: 68

NOZIÈRES, Maurice
Edmond Armand (projeto);
Casa Leandro Martins e
Casa Carlos Laubirsch –
Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal/
entalhe, recorte, encaixe e
fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

104,0 x 47,0 x 52,0 cm

Assento e estampa em
couro pirogravado. Pregaria
graúda. Espaldar retangular.
Pernas traseiras como
continuação do espaldar,
lisas, com leve curvatura
em formato quadrangular.
Pernas da frente em
formato quadrangular
retas, com frisos e pés tipo
bolacha. Apresenta armação
em “H”.

Estilo barroco de influência
oriental. O projeto foi feito
pelo diretor de uma das
empresas de decoração
mais importantes do Rio
de Janeiro no período
Laubirsch – Hirth.

Cadeira do Oratório faz
parte da coleção da Sala do
Pleno.





Escultura / imagem religiosa

Número de registro: 70

“Nossa Senhora de Fátima”

Casa Nova Roma Artigos Religiosos

2ª metade do século XX

Madeira e metal/policromia, douramento, fundição e encaixe

Recife, PE, Brasil

74,5 x 26,0 x 40,5 cm

Figura feminina de pé. Possui tez clara, feição delicada e olhos abertos. Corda dourada na cabeça. Braços flexionados na altura do peito com as mãos juntas. Veste túnica e manto brancos com detalhes dourados. Possui cordão com franja e um terço dourados. A base apresenta formato de nuvens, onde se encontram três pássaros.

A Casa Nova Roma foi fundada em 1920 pelos irmãos Schettini, funcionando por muitos anos na Rua Imperatriz. Em 1980 se tornou Shettini Laroça – Cia Nova Roma, funcionando na Rua Siqueira Campos, bairro de Santo Antônio, Recife.

Estado de conservação: Bom



Escultura / imagem religiosa

Número de registro: 71

“São José”

Casa Nova Roma – Artigos Religiosos

2ª metade do século XX

Gesso, policromia, douramento

Recife, PE, Brasil

72,0 x 26,5 x 19,0 cm

Figura masculina de pé segurando uma criança nos braços sobre uma bola dourada. O homem veste uma túnica branca por dentro e marrom por fora com detalhes dourados e a criança um camisolão azul claro com detalhes dourados.

Dados históricos: A casa Nova Roma foi fundada em 1920 pelos irmãos Schettini funcionando por muitos anos na Rua Imperatriz. Em 1980 se tornou Schettini Laroça – Cia Nova Roma, funcionando na Rua Siqueira Campos, bairro de Santo Antonio.



Gnuflexório

Número de registro: 73

Casa Nova Roma

2ª metade do século XX

Madeira e veludo/entalhe, encaixe e estofamento

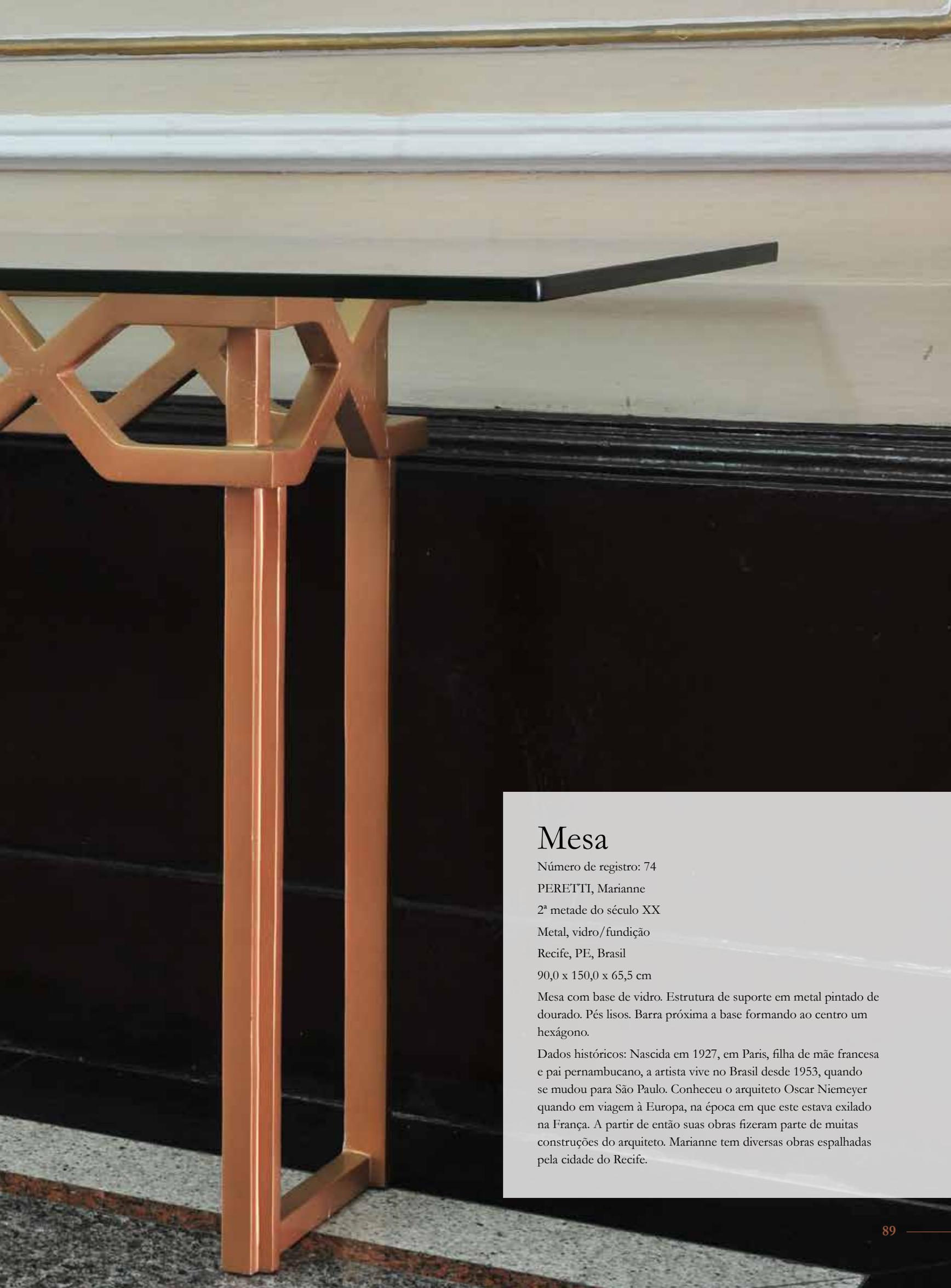
Recife, PE, Brasil

87,5 x 53,5 x 42,0 cm

Apoio para o braço e a parte inferior em estrado estofado e revestido por veludo vermelho. Pés traseiros lisos, levemente curvados para trás. Pés frontais com volutas. Parte frontal recortada e vazada, onde se fixa, ao centro, um elemento em cruz emoldurado por entalhes curvos e com folhas.

Dados históricos: A casa Nova Roma foi fundada em 1920 pelos irmãos Schettini funcionando por muitos anos na Rua Imperatriz. Em 1980 se tornou Schettini Laroça – Cia Nova Roma, funcionando na Rua Siqueira Campos, bairro de Santo Antonio.





Mesa

Número de registro: 74

PERETTI, Marianne

2ª metade do século XX

Metal, vidro/fundição

Recife, PE, Brasil

90,0 x 150,0 x 65,5 cm

Mesa com base de vidro. Estrutura de suporte em metal pintado de dourado. Pés lisos. Barra próxima a base formando ao centro um hexágono.

Dados históricos: Nascida em 1927, em Paris, filha de mãe francesa e pai pernambucano, a artista vive no Brasil desde 1953, quando se mudou para São Paulo. Conheceu o arquiteto Oscar Niemeyer quando em viagem à Europa, na época em que este estava exilado na França. A partir de então suas obras fizeram parte de muitas construções do arquiteto. Marianne tem diversas obras espalhadas pela cidade do Recife.

Suporte para Bíblia

Número de registro: 75

Metade do século XX

Metal/fundição, douramento

24,0 x 31,0 x 28,0 cm

Suporte dividido em três partes com encaixe na parte frontal para apoiar a Bíblia e outro na parte traseira como base de sustentação. Decoração em arabesco com ramos e folhas.





Crucifixo

Número de registro: 76

Casa Nova Roma

2ª metade do século XX

Madeira, gesso/encaixe, policromia

Recife, PE, Brasil

105,0 x 54,0 x 12,5 cm

Cruz de traves retas apresenta a inscrição “INRI” em cartela retangular. Imagem do Cristo, ao centro, em posição frontal com a cabeça levemente inclinada para direita, olhos fechados, cabelos e barba longos castanhos. Braços abertos com as mãos fechadas presas com cravos. Pé esquerdo sobre o direito preso com cravo. Veste pano branco nos quadris, preso por nó. Também apresenta manchas vermelhas pelo corpo e leva uma coroa de espinhos na cabeça.

A casa Nova Roma foi fundada em 1920 pelos irmãos Schettini funcionando por muitos anos na Rua Imperatriz. Em 1980 se tornou Schettini Laroça – Cia Nova Roma, funcionando na Rua Siqueira Campos, bairro de Santo Antonio.

Estado de conservação: Bom



Vitrail

Número de registro: 77

PERETTI, Marianne

2ª metade do século XX

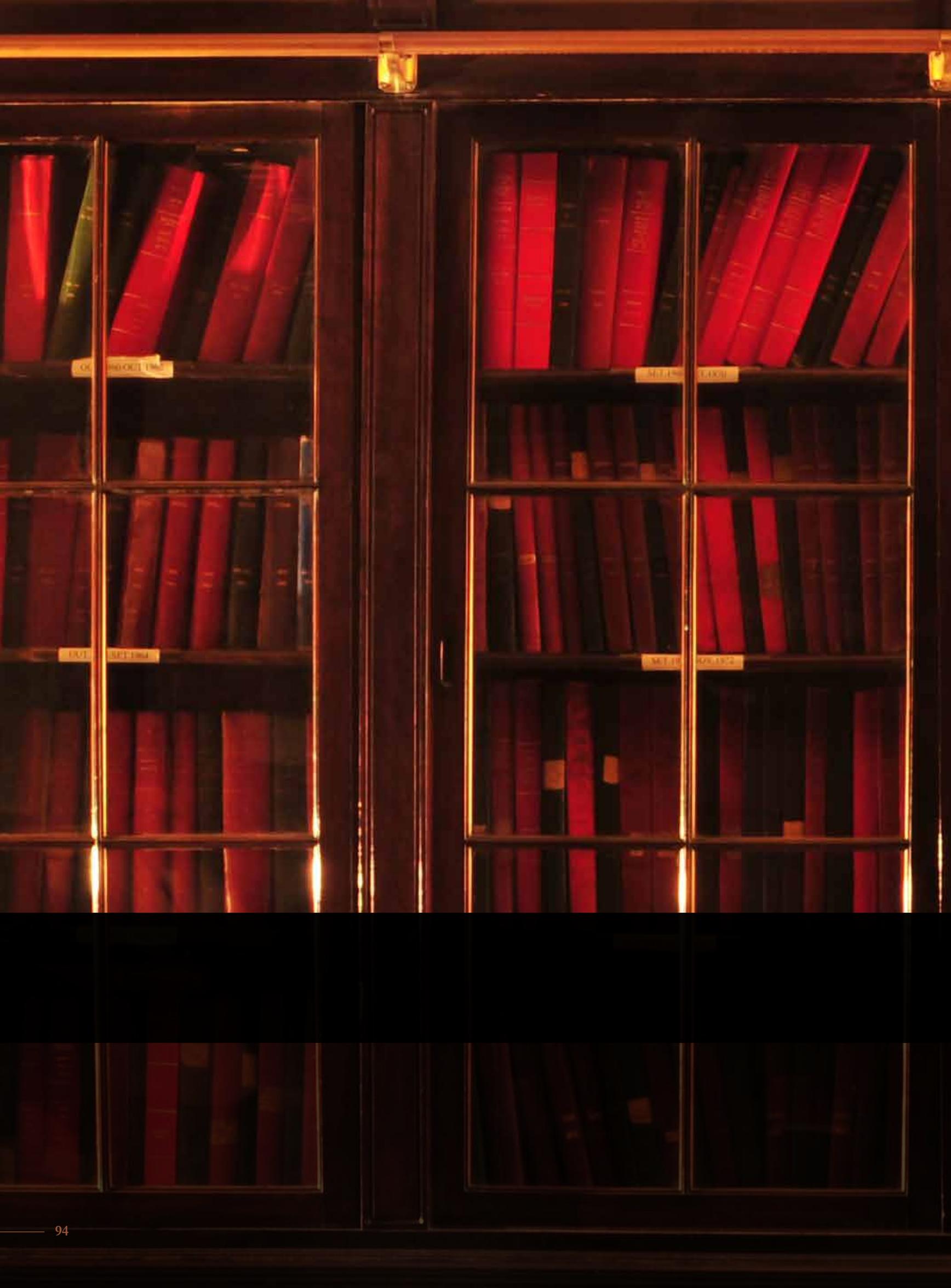
Recife, PE, Brasil

274,0 x 135,0 cm

Vitrail nos tons, carmim, vermelho e roxo, com divisórias em metal dourado. Ao centro uma estrutura hexagonal em dourado, com um símbolo de uma cruz. Nas laterais, colunas abauladas.

Dados históricos: Nascida em 1927, em Paris, filha de mãe francesa e pai pernambucano, a artista vive no Brasil desde 1953, quando se mudou para São Paulo. Conheceu o arquiteto Oscar Niemeyer quando em viagem à Europa, na época em que este estava exilado na França. A partir de então suas obras fizeram parte de muitas construções do arquiteto. Marianne tem diversas obras espalhadas pela cidade do Recife.







BIBLIOTECA

A biblioteca do Palácio da Justiça foi projetada em 1930, mas só teve o seu acervo organizado em 1960. Funciona no térreo desde 2004. Atualmente, possui mais de 49 mil exemplares relacionados à área jurídica, entre livros e periódicos, com destaque para a coleção de Diários Oficiais do Estado de Pernambuco (desde 1960) e a Revista dos Tribunais (a partir da primeira edição, publicada em 1912).

Nas paredes, encontram-se detalhes feitos em estuque, com motivos fitoformes, com frisos e figuras douradas nas quinas, envoltos em uma moldura quadrangular com frisos também dourados. O restante da sala está pintado em tons de bege e branco, com piso de mármore chapiscado nas cores branca, marrom, cinza e preta.

Aberto ao público em geral, o espaço funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h. Apenas magistrados e servidores do Tribunal podem tomar livros por empréstimo.



Estante de Biblioteca

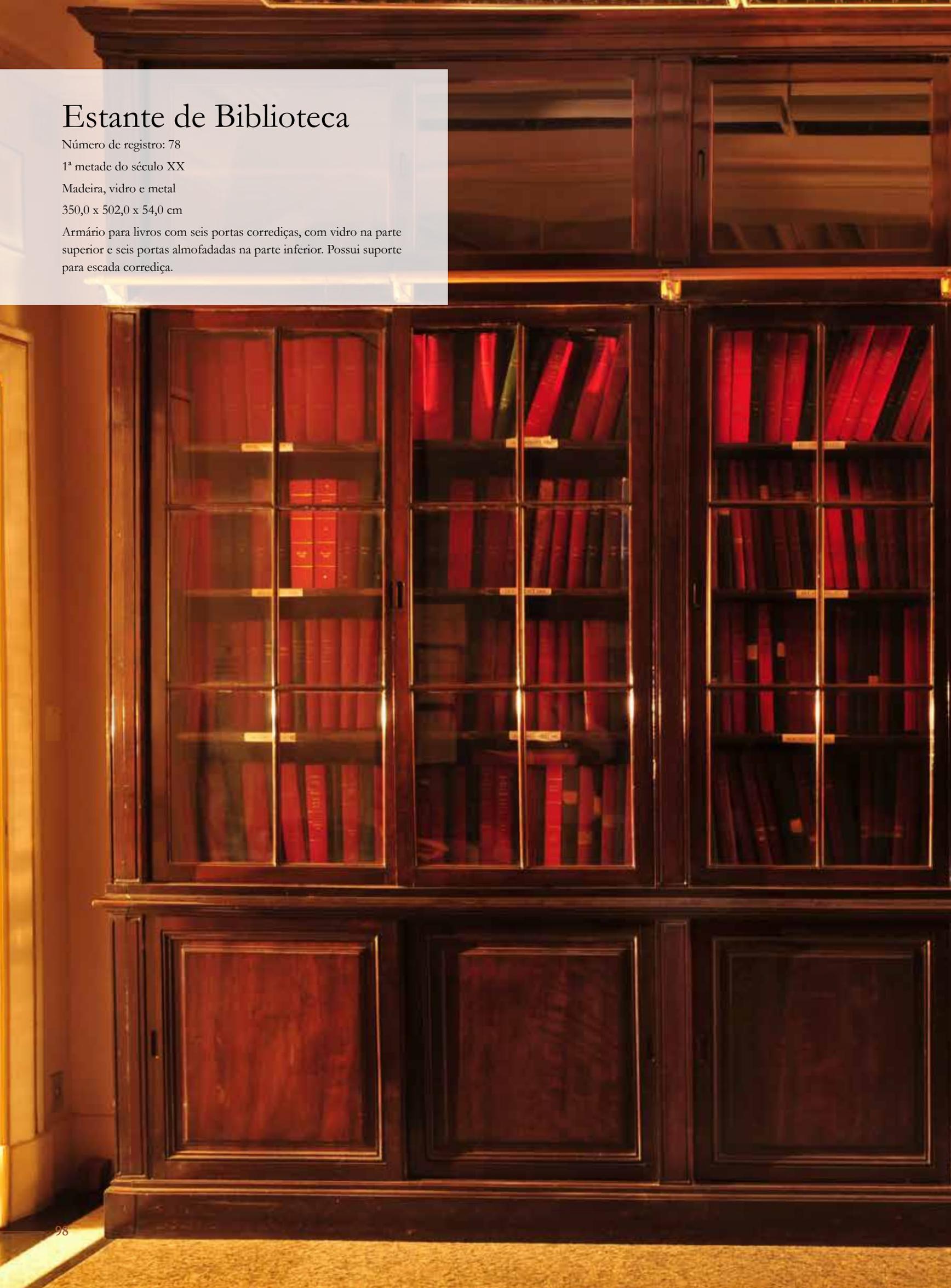
Número de registro: 78

1ª metade do século XX

Madeira, vidro e metal

350,0 x 502,0 x 54,0 cm

Armário para livros com seis portas corrediças, com vidro na parte superior e seis portas almofadadas na parte inferior. Possui suporte para escada corrediça.







Estante de Biblioteca

Número de registro: 79

1ª metade do século XX

Madeira, vidro e metal

350,0 x 502,0 x 54,0 cm

Armário para livros com quatro portas corredeiras, com vidro na parte superior e quatro portas almofadadas na parte inferior. Possui suporte para escada corredeira.



Estante de Biblioteca

Número de registro: 80

1ª metade do século XX

Madeira, vidro e metal

350,0 x 124,0 x 54,0 cm

Armário para livros com duas portas corredeiras, com vidro na parte superior e duas portas almofadadas na parte inferior. Possui suporte para escada corredeira.



Estante de Biblioteca

Número de registro: 81

1ª metade do século XX

Madeira, vidro e metal

350,0 x 185,0 x 54,0 cm

Armário para livros com duas portas corrediças, com vidro na parte superior e duas portas almofadadas na parte inferior. Possui suporte para escada corrediça.



Estante de Biblioteca

Número de registro: 83

1ª metade do século XX

Madeira, vidro e metal

350,0 x 157,0 x 54,0 cm

Armário para livros com duas portas corrediças, com vidro na parte superior e duas portas almofadadas na parte inferior. Possui suporte para escada corrediça.



Estante de Biblioteca

Número de registro: 84

1ª metade do século XX

Jacarandá, vidro e metal

350,0 x 168,0 x 54,0 cm

Armário para livros com duas portas corrediças, com vidro na parte superior e duas portas almofadadas na parte inferior. Possui suporte para escada corrediça.



Cadeira

Número de registro: 93

2ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

104,0 x 45,0 x 47,0 cm

Cadeira com encosto alto e estreito. Pernas traseiras ligeiramente curvadas e lisas. Pernas dianteiras retangulares com pés em forma de bolacha. Assento e encosto de couro com desenho de flores.

Cadeira

Número de registro: 94

2ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

117,0 x 50,0 x 49,0 cm

Cadeira com encosto alto e estreito. Parte superior do encosto possui uma pequena almofada retangular com uma pinha em cada uma das duas pontas superiores. Pernas e amarração simples. Pernas traseiras ligeiramente curvadas e lisas. Pernas dianteiras retangulares com pés em forma de bolacha. Assento e encosto de couro com desenho de flores.





Organizador

Número de registro: 95

1ª metade do século XX

Madeira, metal

142,0 x 128,0 x 53,0 cm

Organizador contendo 24 gavetas almofadadas, com puxadores e suporte para placas de identificação em metal. Laterais almofadadas. Pernas torneadas com base em forma de bolacha. Amarração torneada com um disco central.

Mesa de Pesquisa

Número de registro: 85

1ª metade do século XX

Madeira

78,0 x 152,0 x 80,0 cm

Mesa com tampo emoldurado. Pernas torneadas com disco nas partes superior e inferior. Amarração torneada com disco central.





Mesa de Funcionário

Número de registro: 86

1ª metade do século XX

Madeira

71,0 x 140,0 x 79,0 cm

Mesa com tampo emoldurado, com duas gavetas simples e uma fechadura entre elas. Pernas simples em forma de coluna e pés em forma de bolacha. Amarração simples.





Mesa da Diretoria

Número de registro: 87

1ª metade do século XX

Madeira, metal

76,0 x 161,0 x 84,0 cm

Mesa com tampo emoldurado, com três gavetas simples, sendo as duas das extremidades mais largas com puxadores de metal. Pernas torneadas, com disco nas partes superior e inferior. Amarração torneada com disco central.









Bancada

Número de registro: 96

1ª metade do século XX

Madeira

100,0 x 140,0 x 74,0 cm

Bancada com tampo emoldurado e com a frente e laterais almofadadas.

Organizador

Número de registro: 97

1ª metade do século XX

Madeira, metal

142,0 x 200,0 x 53,0 cm

Organizador contendo 40 gavetas almofadadas, com puxadores e suporte para placas de identificação em metal. Laterais almofadadas. Pernas torneadas com base em forma de bolacha. Amarração torneada com um disco central.









Estante de Biblioteca em “L”

Número de registro: 98

1ª metade do século XX

Madeira, vidro e metal

350,0 x 547,0 x 121,0 cm

Armário para livros em “L” com seis portas corrediças de vidro na parte superior, seis portas corrediças de vidro na parte do meio e seis portas corrediças de madeira almofadada na parte inferior. Possui suporte para escada corrediça.





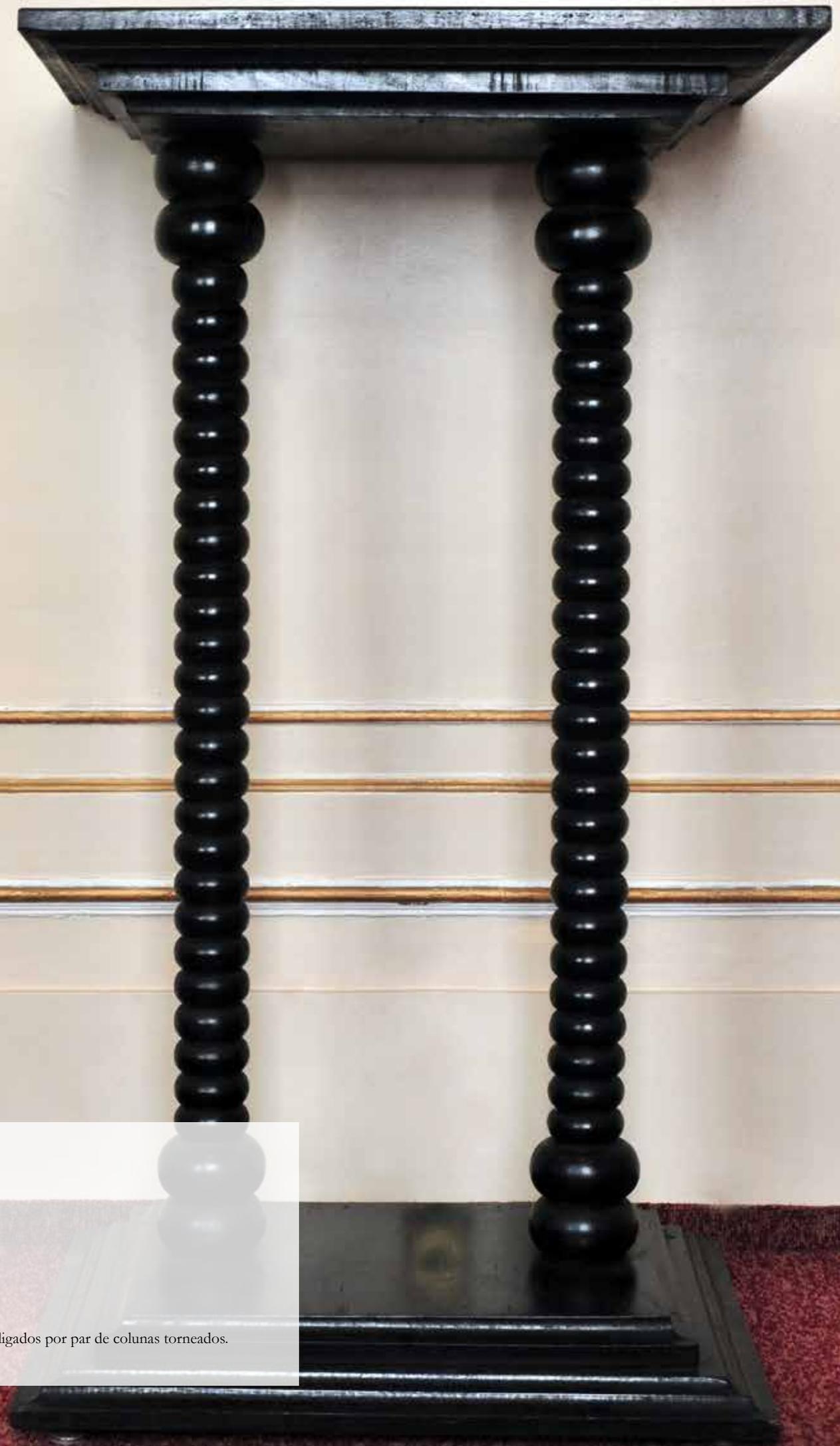
SALA DO PLENO

Nesta sala, reúnem-se os 52 desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco e é nesse espaço que são resolvidas as questões administrativas da instituição. Nela também são celebradas solenidades e ocorrem as escolhas, posses, despedidas, promoções e remoções de desembargadores. Reuniões dos encontros dos colégios de desembargadores e cerimônias de conclusão de cursos da área jurídica oferecidos pelas universidades locais e pela Escola Judicial do TJPE podem ser realizadas na Sala do Pleno, que possui um plenário com capacidade para receber 350 pessoas.

A atual configuração da sala foi concebida durante a administração do desembargador Luiz Belém de Alencar. Nesse período, ocorreu a transferência do Salão do Júri para o edifício que abriga a Corregedoria Geral da Justiça, ou seja, o Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, que está localizado às margens do Rio Capibaribe. O Salão do Júri passou a ser a Sala do Pleno. Foram confeccionados novos móveis pela equipe da extinta Casa Holanda e pela equipe do arquiteto Jorge Passos.

A sala é decorada em arquitetura de estilo eclético, revestida na parte inferior com painéis de madeira. Do lado direito, há duas janelas decoradas com cortinas (dropel de cor vermelha); ao centro da sala, na principal parede do espaço, está exposta a pintura intitulada “A Justiça”, de autoria do pintor alemão Heinrich Moser. A obra de arte se encontra em um nicho de forma abobadada com adornos em motivos ecléticos que dão forma à moldura que margeia a pintura, cujas dimensões são de 3,10m x 2,50m. A parte superior da sala é decorada com arremates em estuque, com motivos fitoformes, que servem de moldura para a representação de livros abertos.





Púlpito

Número de registo: 99

1ª metade do século XX

Madeira

116,0 x 63,0 x 50,0 cm

Tampo e base escalonados ligados por par de colunas torneados.



Crucifixo

Número de registro: 145

2ª metade do século XX

Madeira, gesso/policromia

Cruz de traves retas. Cristo em posição frontal, com cabeça levemente inclinada para esquerda. Cabelo e barba castanhos claros. Braços abertos, em “y”, mãos fechadas presas com cravo, perna direita sobre a esquerda também presa com cravo. Veste perizônio branco. Manchas de sangue nos joelhos e peito.





Divisória da Sala do Pleno

Número de registro: 100

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal/entalhe, pirografia, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

125,0 x 1040,0 x 35,0 cm

Divisória com 13 partes, seis colunas, duas portas e cinco bases. As colunas têm base quadrangular e são ornadas com festão em auto-relevo na parte frontal e um globo de madeira na parte superior. As bases são vazadas e apresentam, ao centro, no total, 41 colunas menores com base em forma de taça. As duas portas estão localizadas nas extremidades da divisória e são decoradas com moldura retangular ao centro e levemente onduladas nas partes superior e inferior.

O projeto foi elaborado pelo diretor de uma das empresas de decoração mais importantes do Rio de Janeiro no período, Lambirsch-Hrth.



Banco com quatro assentos

Número de registro: 101

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal/entalhe, pirografia, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

90,0 x 249,0 x 56,5 cm

Assento e espaldar em couro lavrado com pregaria lisa. Cinco braços levemente ondulados na parte superior. Pernas internas apresentam frisos na parte frontal. Pernas externas com almofadas.

O projeto foi elaborado pelo diretor de uma das empresas de decoração mais importantes do Rio de Janeiro no período, Lambirsch-Hrth.





IMPRESA

IMPRESA

Banco com seis assentos

Número de registro: 103

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal/entalhe, pirografia, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

90,0 x 335,0 x 57,0 cm

Espaldar em couro lavrado e assento em couro liso. Pregaria com friso. Braços levemente ondulados decorados com volutas nas extremidades. Pernas internas apresentam frisos na parte frontal. Pernas externas onduladas. Placa de metal com inscrição “imprensa”, no segundo e terceiro espaldar, da esquerda para a direita.

O projeto foi elaborado pelo diretor de uma das empresas de decoração mais importantes do Rio de Janeiro no período, Lambirsch-Hrth.





Banco com nove assentos

Número de registro: 105

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal/entalhe, pirografia, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

90,0 x 495,0 x 57,0 cm

Espaldar em couro lavrado e assento em couro liso. Pregaria com friso. Braços levemente ondulados decorados com volutas nas extremidades. Pernas internas apresentam frisos na parte frontal. Pernas externas onduladas.

O projeto foi elaborado pelo diretor de uma das empresas de decoração mais importantes do Rio de Janeiro no período, Lambirsch-Hirth.



Cadeira principal

Número de registro: 107

NOZIÈRES, Maurice
Edmond Armand (projeto);
Casa Leandro Martins
e Casa Laubirsch-Hirth
(execução)

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal/
entalhe, pirografia, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

186,0 x 73,5 x 57,0 cm

Espaldar de couro lavrado
com pregaria graúda,
decorado com folhas de
acanto e flores. No centro
a inscrição "Lex". Assento
acolchoado. Braços lisos
levemente curvados,
terminando em voluta.
Pernas traseiras lisas e
curvadas para trás, ligadas a
moldura do espaldar. Pernas
dianteiras torneadas, com
pés arredondados.

O projeto foi elaborado
pelo diretor de uma das
empresas de decoração
mais importantes do Rio
de Janeiro no período,
Lambirsch-Hirth.





Cadeira principal

Número de registro: 108

NOZIÈRES, Maurice
Edmond Armand (projeto);
Casa Leandro Martins
e Casa Laubirsch-Hirth
(execução)

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal/
entalhe, pirografia, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

161,5 x 67,0 x 56,0 cm

Espaldar de couro lavrado com pregaria graúda, decorado com folhas de acanto e flores. Assento reto em couro lavrado. Braços lisos levemente curvados, terminando em voluta. Pernas traseiras lisas e curvadas para trás, ligadas a moldura do espaldar. Pernas dianteiras torneadas, com pés arredondados.

O projeto foi elaborado pelo diretor de uma das empresas de decoração mais importantes do Rio de Janeiro no período, Lambirsch-Hrth.



Cadeira auxiliar

Número de registro: 111

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal/entalhe, pirografia, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

104,0 x 47,0 x 52,0 cm

Espaldar e assento em couro lavrado. Pregaria miúda retorcida com frisos. Pernas traseiras lisas com leve inclinação para trás, formato quadrangular. Pernas frontais, formato quadrangular, retas, com sulcos retos. Armação em “H”.

O projeto foi elaborado pelo diretor de uma das empresas de decoração mais importantes do Rio de Janeiro no período, Lambirsch-Hrth.



Cadeira do Desembargador

Número de registro: 127

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal/entalhe, pirografia, fundição.

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

143,0 x 64,5 x 51,0 cm

Cadeira híbrida. Assento e espaldar com couro lavrado e pregaria.

Espaldar retangular alto com moldura de frisos retos, decorada com flor em alto-relevo em cada lado da parte superior. Braços lisos, levemente curvados com volutas nas extremidades. Pernas traseiras quadrangulares, lisas.

Pernas dianteiras, retas.

O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Lambirsch-Hirth, umas das mais importantes do Rio de Janeiro no início do século XX.





Mesa central

Número de registro: 143

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira/entalhe

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

77,0 x 402,0 x 101,0 cm

Tampo liso com moldura torneada. Possui seis pernas torneadas com extremidades em forma de bolacha. Amarração formando dois "H".

O projeto foi elaborado pelo diretor de uma das empresas de decoração mais importantes do Rio de Janeiro no período, Lambirsch-Hrth.





Relógio de parede

Número de registro: 144

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal/fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

83,0 x 74,0 x 20,0 cm

Relógio de parede em madeira escura, formato quadrangular, apresenta almofada ao centro, onde se encontra o instrumento de marcação da hora, decorado com flores e ramagens.

O projeto foi elaborado pelo diretor de uma das empresas de decoração mais importantes do Rio de Janeiro no período, Lambirsch-Hrth.





Luminária

Número de registro: 146

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Metal, vidro/fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

50,0 cm

Lustre em forma circular que se projeta para baixo formando meio globo. Ao centro base de vidro formando também meio globo. Possui cinco hastes para lâmpadas. Decoração de folhas e volutas.

O projeto foi elaborado pelo diretor de uma das empresas de decoração mais importantes do Rio de Janeiro no período, Lambirsch-Hrth.

Lustre

Número de registro: 148

NOZIÈRES, Maurice
Edmond Armand (projeto);
Casa Leandro Martins
e Casa Laubirsch-Hirth
(execução)

1ª metade do século XX

Madeira, metal, vidro/
fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Base circular, sustentada por
quatro correntes, presas ao
teto num único ponto. Da
base do lustre partem 16
hastes centrais e 12 laterais.
Possui 28 globos de vidro
e moldura decorada com
frisos.

O projeto foi elaborado
pelo diretor de uma das
empresas de decoração
mais importantes do Rio
de Janeiro no período,
Lambirsch-Hirth.





Suporte para mastro bandeira

Número de registro: 150

1ª metade do século XX

Madeira

74,0 x 37,2 cm

Peça quadrangular com laterais almofadadas e detalhe escalonado na base e no topo.



Mesa curva

Número de registro: 154

1ª metade do século XX

Madeira

98,0 x 397,0 x 72,0 cm

Mesa em formato similar a letra "J". Possui seis divisórias com suporte para microfone e tomada. Parte frontal decorada com almofadas retangulares e colunas.







Mesa em “U”

Número de registro: 156

1ª metade do século XX

Madeira

97,0 x 993,0 x 71,0 cm

Mesa em formato “U”. Possui 15 divisórias com suporte para microfone e tomada. Parte frontal decorada com almofadas retangulares e colunas.





Revestimento de parede – Boiserie

Número de registro: 157

1ª metade do século XX

Madeira

275,0 x 4960,0 cm

Revestimento almofadado com três fileiras na horizontal ao longo de toda a sala.



Cortina

Número de registro: 158

2ª metade do século XX

Algodão, linho, veludo

Recife, PE, Brasil

400,0 x 276,0 cm

Lisa na cor creme com
adereços em vermelho.

Pintura

Número de registro: 163

Alegoria à Justiça

MOSER, Heinrich

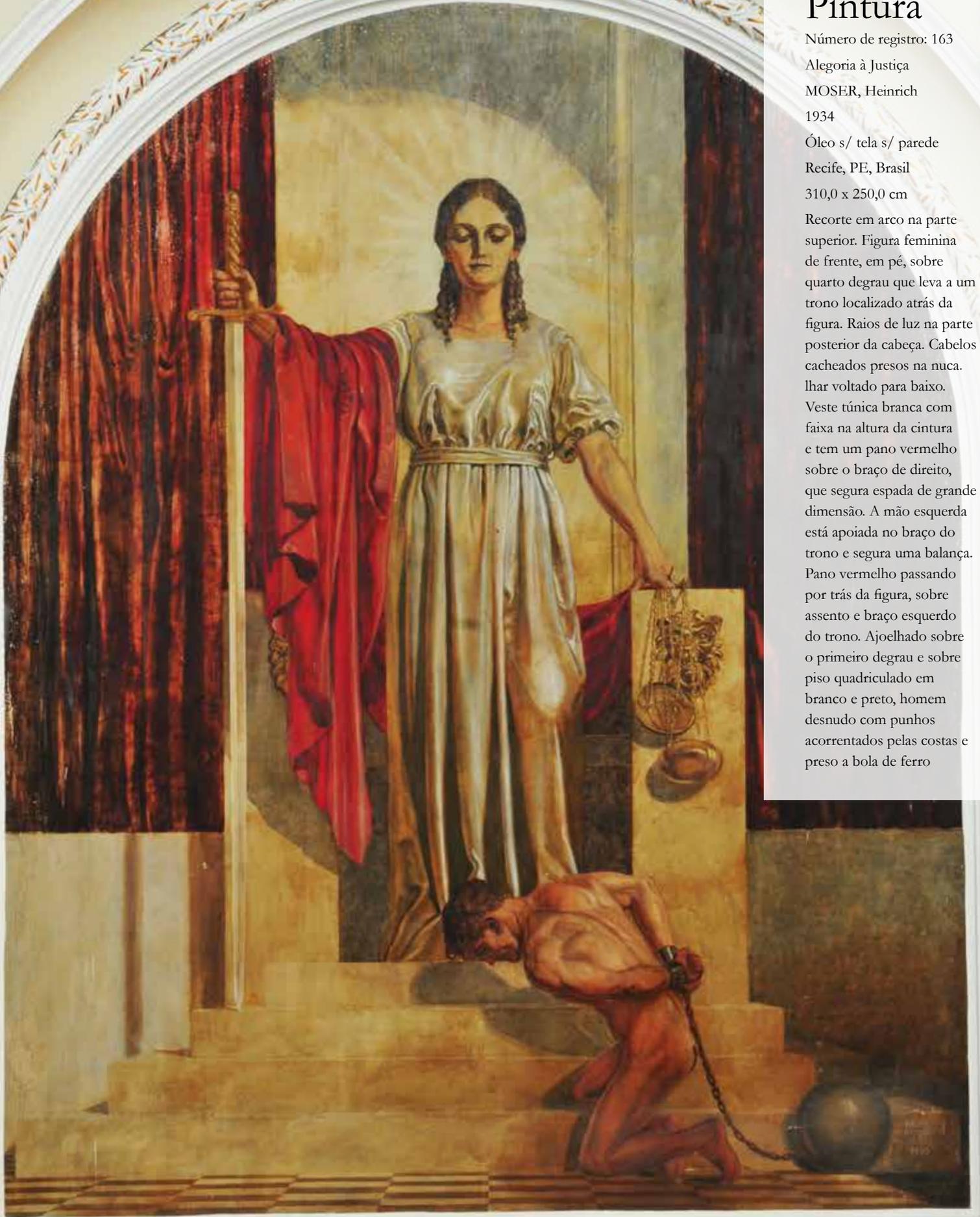
1934

Óleo s/ tela s/ parede

Recife, PE, Brasil

310,0 x 250,0 cm

Recorte em arco na parte superior. Figura feminina de frente, em pé, sobre quarto degrau que leva a um trono localizado atrás da figura. Raios de luz na parte posterior da cabeça. Cabelos cacheados presos na nuca. Lhar voltado para baixo. Veste túnica branca com faixa na altura da cintura e tem um pano vermelho sobre o braço de direito, que segura espada de grande dimensão. A mão esquerda está apoiada no braço do trono e segura uma balança. Pano vermelho passando por trás da figura, sobre assento e braço esquerdo do trono. Ajoelhado sobre o primeiro degrau e sobre piso quadriculado em branco e preto, homem desnudo com punhos acorrentados pelas costas e preso a bola de ferro



Púlpito

Número de registro: 164

1ª metade do século XX

Madeira

108,0 x 94,0 x 66,0 cm

Base com degraus e dois pés longos em forma de bolacha, tampo segue a forma da base. Revestimento com almofada.





LEX

Mesa

Número de registo: 165

1ª metade do século XX

Madeira/entalhe

147,0 x 517,0 x 94,0 cm

Mesa dividida em três partes, destacando-se a do centro, mais alta, com entalhe formando o símbolo da justiça. Parte frontal decorada com almofadas intercaladas por pares de colunas.





“Ovelhas”

Número de registro: 363

ROMANELLI, Armando.

1986

Óleo s/ tela

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

60,0 x 60,0 cm

Pintura na cor ocre, siena e branco de zinco, apresentando rebanho de ovelhas em direção para a esquerda, estando uma voltada para frente. Se misturando com o fundo, figura humana atrás do rebanho.

Artista carioca, impressionista, renomado nacional e internacionalmente pelas séries D. Quixote, Feira de Flores e Arte Sacra. Em 1973 foi convidado para sua 1ª exposição internacional em Londres. O pintor retratou todos os presidentes do Superior Tribunal Federal até 1972.



“Maré Baixa”

Número de registro: 364

CAVALCANTE

1ª metade do século XXI

Óleo s/ tela.

48,0 x 103,0 cm

Pintura na cor branca, azul ciano, sombra natural, verde, terra e azul ultramar, apresentando imagem do encontro do céu, mar e terra.

Água com pequenos barcos e arrecifes. Areia com rochas. Ao fundo pequenas montanhas.



Fotografia de 28 desembargadores de Pernambuco

Número de registro: 365

Primeira metade do século XXI

Fotografia colorida.

Recife, PE, Brasil

50 x 75cm

Fotografia de 28 desembargadores tirada no interior do Palácio da Justiça, na escadaria da Sala dos Passos Perdidos.









SALA DE SESSÃO CÍVEL

Nesta sala, que está situada no primeiro piso do Palácio, reúnem-se a Corte Especial, que é composta por quinze desembargadores, as Câmaras Cíveis e as Câmaras de Direito Público. As Seções Cíveis já não acontecem mais neste local, pois foram extintas pela Resolução N° 296, de 23 de agosto de 2010.

O ambiente é composto por uma arquitetura de estilo eclético, com traços de hibridismo.

Todas as portas de entrada da sala têm umbrais adornados em estilo neoclássico, com elementos abobadados, que servem de sustentação à parte superior da sala. A sanca tem motivo neoclássico e é decorada com arremates em estuque, com motivos fitoformes nas cores bege, branca e dourada. O teto tem frisos com douramento e nos quatro cantos (nas quinas), onde terminam as linhas douradas, foram confeccionadas figuras fitoformes com detalhes dourados envoltas em uma moldura quadrangular com frisos também dourados.

Os móveis da sala são feitos em madeira de jacarandá. As paredes têm revestimento almofadado, com três fileiras na horizontal ao longo de toda a sala. Os lustres são de ferro, com douramento e figuras fitoformes vazadas. O piso é de taco.







Lustre

Número de registro: 171

1ª metade do século XX

Latão e ferro

170,0 x 140,0 cm (diâmetro)

Lustre dividido em três anéis em ordem crescente. O primeiro anel possui quatro braços com um gancho que se prende ao teto. O segundo anel possui tocheiros com lâmpadas. O terceiro anel possui doze tocheiros com lâmpadas. Os anéis se prendem por correntes e são circundados por uma faixa dourada. Os dois maiores anéis são vazados com flores.



Armário

Número de registro: 173

1ª metade do século XX

Madeira e entalhe

180,0 x 200,0 x 145,0 cm

Armário com quatro portas almofadadas. Nas duas extremidades e no centro coluna torneada com flores entalhadas na parte superior.



Cadeira central

Número de registro:175

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

156,0 x 62,0 x 62,0 cm

Assento e espaldar em couro com pregaria e decorado com temas florais. Detalhe em concha e volutas sobre o espaldar. Braços levemente ondulados. Suportes de braços e pernas torneados.

Cadeira principal

Número de registro: 178

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

174,0 x 65,0 x 72,0 cm

Assento e espaldar em couro com pregaria e decorado com temas florais. Detalhe em curvas e ramos nas laterais do espaldar. Braços levemente ondulados. Suportes de braços e pernas torneados.



Cadeira centro de sala

Número de registro: 180

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

125,0 x 50,0 x 50,0 cm

Assento e espaldar em couro com pregaria decorado com temas florais.

Espaldar em arco. Pernas dianteiras e amarrações torneadas. Pés em forma de bolacha.



Suporte para mastro de bandeira

Número de registro: 181

2ª metade do século XX

Madeira

74,0 x 37,2 cm

Peça quadrangular com laterais almofadadas e detalhe escalonado na base e no topo.





Cadeira

Número de registro: 199

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

143,0 x 50,0 x 62,0 cm

Cadeira com encosto alto, arqueado, em couro decorado com brasão e fixado com rebites dourados. Braços levemente ondulados. Pernas torneadas.

Banco longo

Número de registro: 184

1ª metade do século XX

Madeira

Recife, PE, Brasil

95,0 x 329,0 x 55,0 cm

Banco longo dividido em três partes com quatro braços. Cada parte acomoda duas pessoas. Encosto e assento feitos de uma única peça.









Revestimento de parede- Boiserie

Número de registro: 208

1ª metade do século XX

Madeira

Recife, PE, Brasil

224,0 x 4224,0 cm

Forro de parede dividido em três faixas almofadas retangulares. As superiores e inferiores são menores que a central. Extremidades com colunas em estilo Romano.



Divisória aberta

Número de registro: 209

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto), Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira/entalhe e encaixe

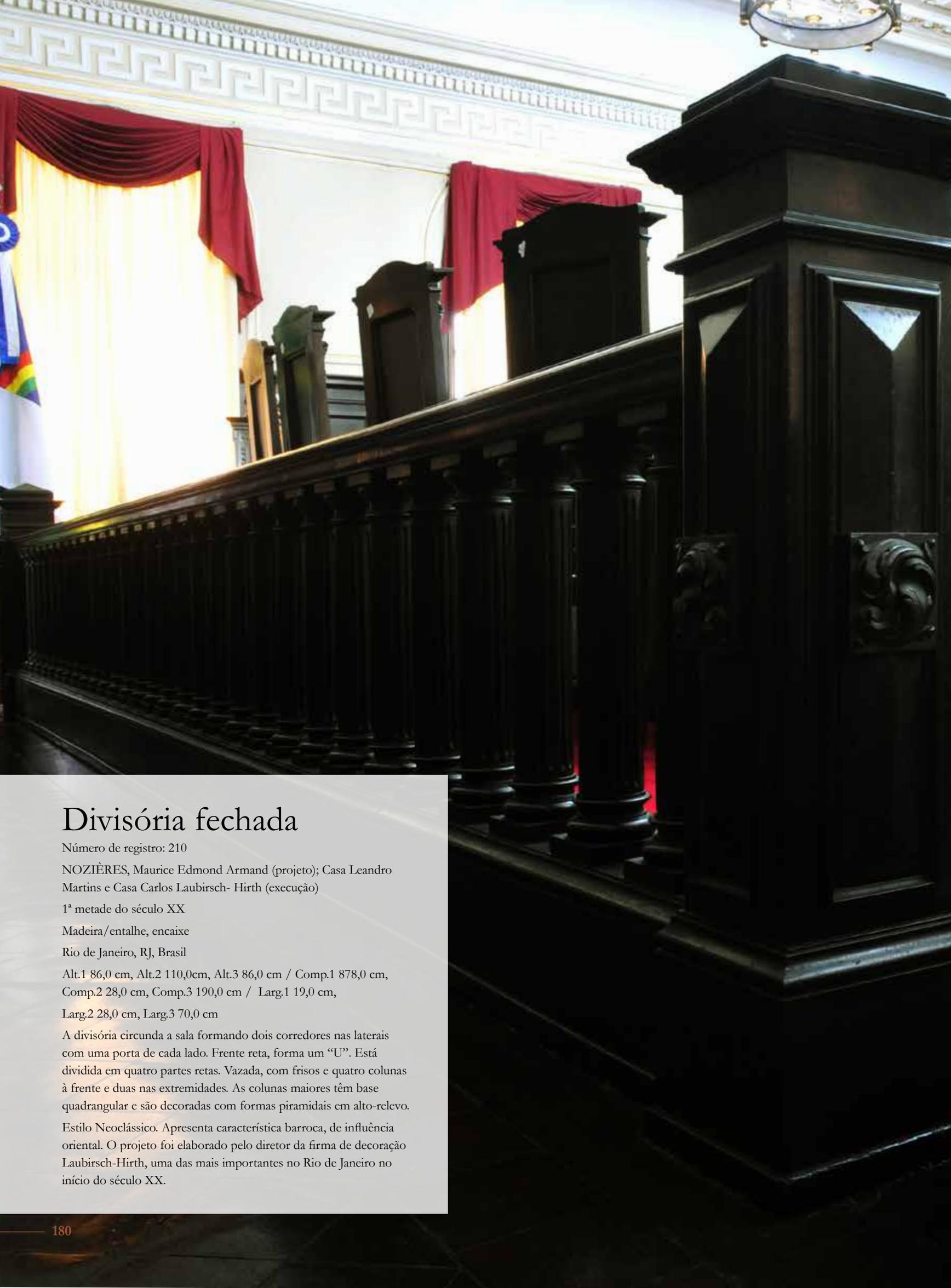
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Alt.1 86,0 cm, Alt.2 110,0 cm / Comp.1 859,0 cm, Comp.2 28,0 cm / Larg.1 19,0 cm, Larg.2 28,0 cm

Divisória com abertura central e duas portas nas laterais. Vazada com trinta e duas colunas, sendo quatro maiores com base quadrangular. As colunas maiores apresentam decoração de formas piramidais em alto-relevo.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes do Rio de Janeiro no início do século XX.





Divisória fechada

Número de registro: 210

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch- Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira/entalhe, encaixe

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Alt.1 86,0 cm, Alt.2 110,0cm, Alt.3 86,0 cm / Comp.1 878,0 cm, Comp.2 28,0 cm, Comp.3 190,0 cm / Larg.1 19,0 cm,

Larg.2 28,0 cm, Larg.3 70,0 cm

A divisória circunda a sala formando dois corredores nas laterais com uma porta de cada lado. Frente reta, forma um “U”. Está dividida em quatro partes retas. Vazada, com frisos e quatro colunas à frente e duas nas extremidades. As colunas maiores têm base quadrangular e são decoradas com formas piramidais em alto-relevo.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.



Relógio da Sala de Sessão

Número de registro: 216

NOZIÈRES, Maurice

Edmond Armand (projeto);

Casa Leandro Martins e

Casa Carlos Laubirsch-

Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, metal, vidro/
entalhe, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

211,0 x 60,0 x 36,0 cm

Relógio dividido em três partes. Parte superior em formato quadrangular com o marcador da hora, fundo em metal dourado decorado com folhas de acanto.

Parte central com porta de vidro mostrando pêndulos dourados. Parte inferior almofadada. Pés torneados.

Estilo Neoclássico.

Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX. Colunas torneadas.





Púlpito da Sala de Sessão

Número de registro: 211

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch- Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, alcatifa/entalhe, encaixe

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Alt.1 107,0 cm, Alt.2 107,0 cm / Comp.1 87,0 cm, Comp.2 90,0 cm
/ Larg.1 60,0 cm, Larg.2 120,0 cm

Púlpito composto por duas partes separadas. Piso e contorno em formato de “U” com pequena prateleira na parte interna. Apresenta frisos na parte frontal e traseira. À frente e nas laterais, moldura. Ao centro, almofadas retangulares.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.



Balcão central

Número de registro: 212

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch- Hirth (execução)

Madeira/entalhe, encaixe

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

130,0 x 611,0 x 90,0 cm

Balcão formado por cinco partes decoradas com almofadas retangulares e colunas com frisos retos. Entre os pares de colunas, moldura em quatro partes triangulares, tendo ao centro decoração em forma de losango. Cada uma das partes internas apresenta uma gaveta. Acima dos tampos, vidro.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.



Balcão lateral

Número de registro: 214

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch- Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, metal/entalhe, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

100,5 x 500,0 x 70,0 cm

Balcão em curva com moldura entalhada. Parte frontal decorada com almofadas retangulares no centro. Intercala as molduras dois pares de colunas com frisos retos. A parte de trás do móvel apresenta sete gavetas com puxador em metal.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.









Mesa central

Número de registro: 215

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch- Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, metal/vidro, entalhe, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

79,0 x 149,5 x 79,5 cm

Mesa retangular com duas gavetas de cada lado, com puxadores triangulares em metal e moldura entalhada. Pernas retas com frisos retos. Possui um cubo na extremidade inferior de onde parte a amarração em “H”, reta e lisa. Pés torneados com base em forma bolacha.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.



Cortina

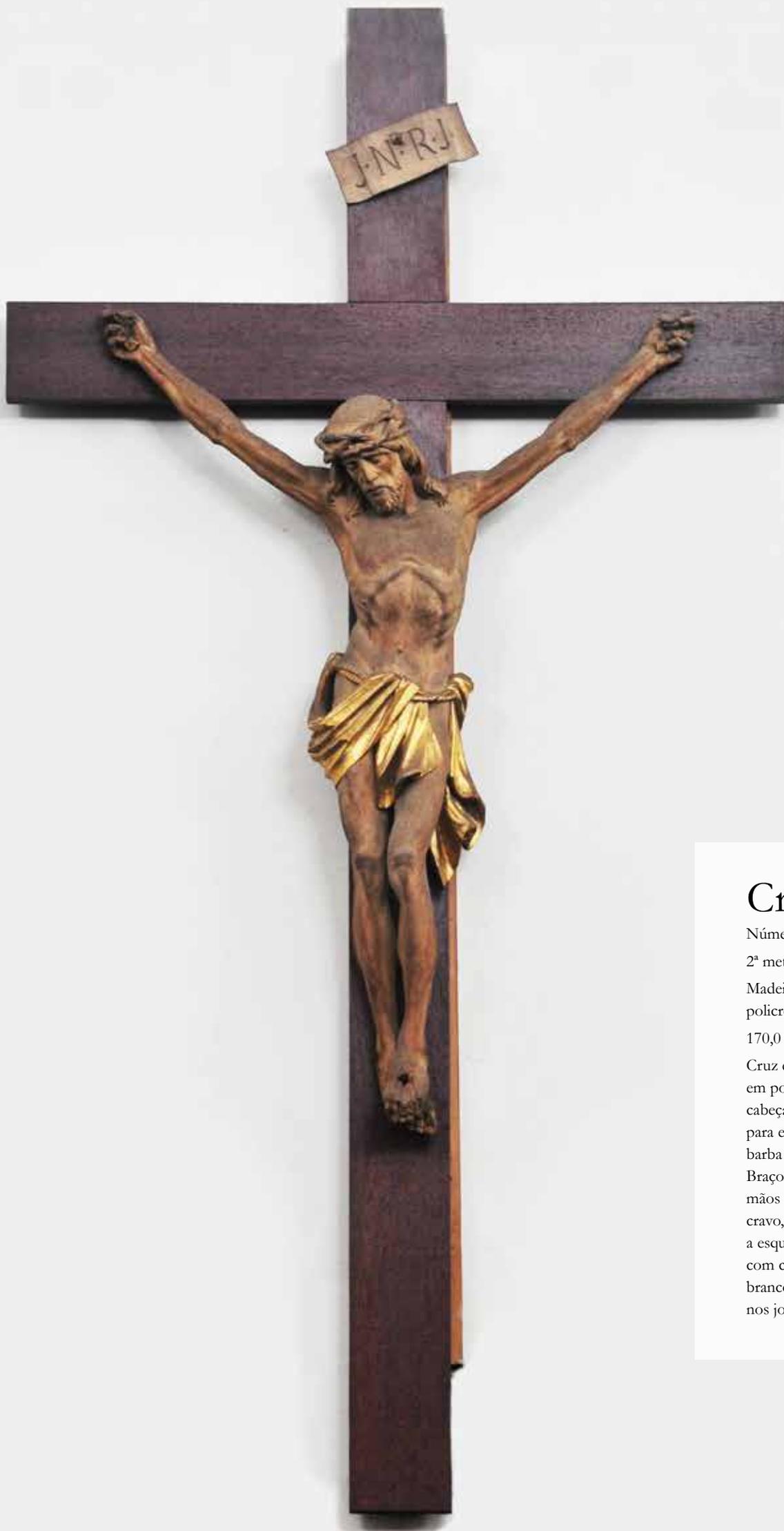
Número de registro: 217

2ª metade do século XX

Tecido/costura

338,0 x 450,0 cm

Lisa na cor amarela com
adereços em vermelho.



Crucifixo

Número de registro: 220

2ª metade do século XX

Madeira, gesso, metal/
policromia

170,0 x 90,0 x 25,0 cm

Cruz de traves retas. Cristo em posição frontal, com cabeça levemente inclinada para esquerda. Cabelo e barba castanhos claros. Braços abertos, em “y”, mãos fechadas presas com cravo, perna direita sobre a esquerda também presa com cravo. Veste perizônio branco. Manchas de sangue nos joelhos e peito.





SALA DOS DESEMBARGADORES



Nesta sala, os desembargadores vestem as suas togas, organizam a agenda do dia e discutem assuntos que irão tratar nas sessões cíveis. O ambiente apresenta arquitetura de estilo eclético, com mobiliário proveniente do Tribunal da Relação, que é utilizado pelos desembargadores. Nas paredes do entorno da sala encontra-se a galeria de imagens dos ex-presidentes do TJPE. As fotografias estão expostas em molduras de madeira em forma ovalada e com proteção de vidro.

Do conjunto de bens integrados da sala constam: quatro janelas em vidro e madeira que margeiam a sala, todas com umbrais adornados em estilo neoclássico apresentando elementos abobadados que servem de sustentação, decorados com cortinas em veludo com dropel de cor vermelha. Na parte superior da sala, pé direito, sanca e teto são decorados com arremates em estuque trançados em molduras quadrangulares dentro das quais se destacam motivos fitoformes com douramento. O restante do teto tem motivos nas cores bege e branca.





Cabideiro

Número de registro: 221

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, espelho, metal/entalhe, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

180,0 x 108,0 x 27,0 cm

Móvel retangular com frisos nas laterais. Ao centro, na parte superior, um espelho retangular tendo, abaixo, caixa retangular com tampa. Três suportes de cada lado. Embaixo suporte em formato circular, dourado. Parte inferior almofadada.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.



Armário com portas de vidro

Número de registro: 226

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, metal/vidro, entalhe, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

179,5 x 129,0 x 48,5 cm

Armário com duas portas com vidro na parte superior e almofadas com símbolo da justiça na parte inferior. Colunas torneadas. Pés em forma de bolacha.

Armário com quatro portas

Número de registro: 223

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, metal/entalhe, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

181,0 x 264,0 x 51,0 cm

Armário encimado por moldura com dois pares de portas almofadadas. Entre os pares de portas colunas torneadas com flores na parte superior.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.







Armário com seis portas

Número de registro: 224

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

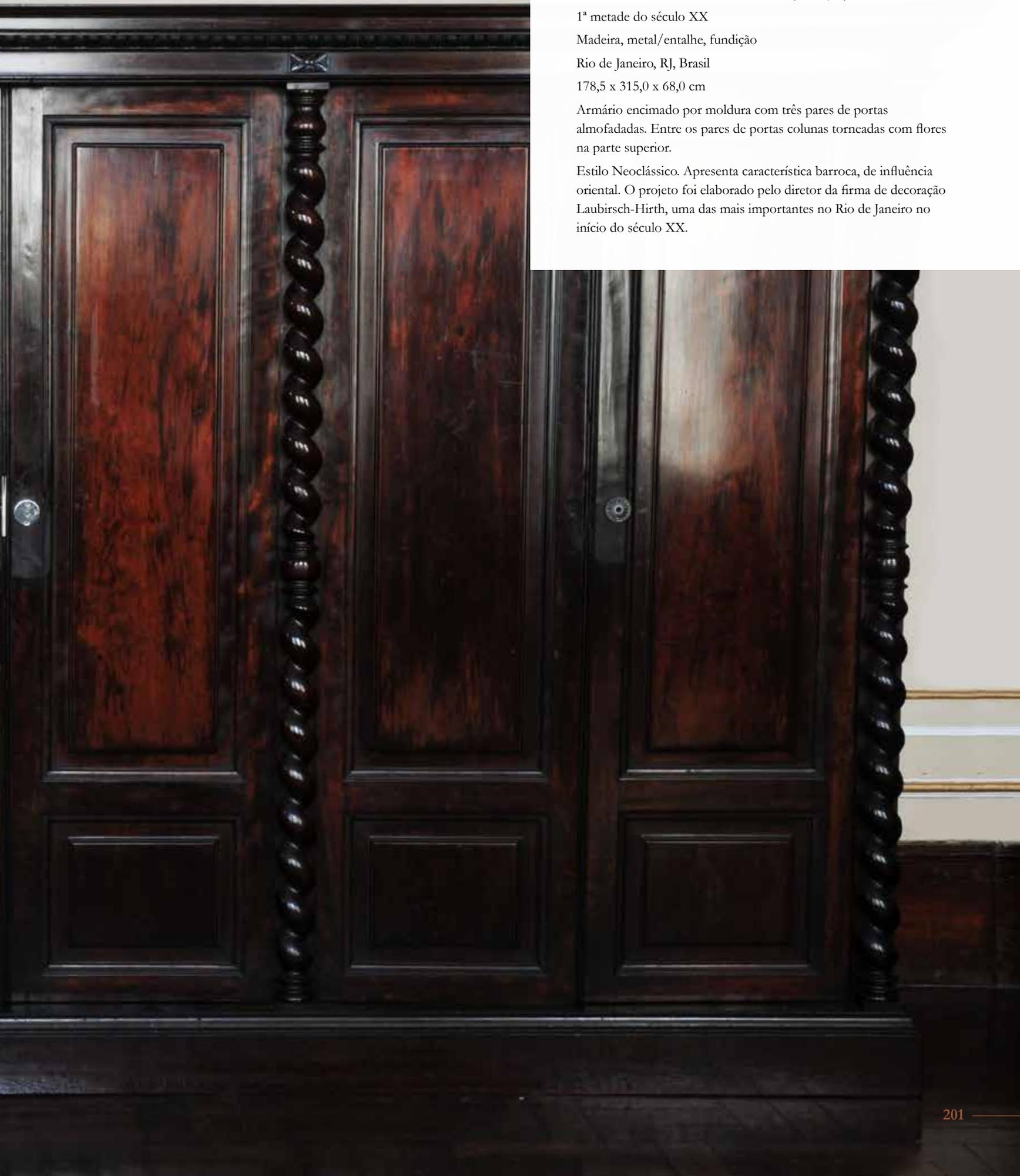
Madeira, metal/entalhe, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

178,5 x 315,0 x 68,0 cm

Armário encimado por moldura com três pares de portas almofadadas. Entre os pares de portas colunas torneadas com flores na parte superior.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.



Gaveteiro

Número de registro: 225

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, metal, vidro/fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

111,0 x 203,0 x 84,5 cm

Gaveteiro com 15 gavetas, cada uma com placa de metal com inscrição com o nome do desembargador. Parte frontal com moldura lisa. Laterais almofadadas. Pernas torneadas.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.





Cabideiro

Número de registro: 227

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, metal/entalhe, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

182,0 x 76,5 x 28,0 cm

Cabideiro com moldura torneada. Espelho com moldura com delicado entalhe em voluta. Quatro suportes de cada lado. No centro, decoração de folhas em alto relevo. Abaixo, bengaleiro.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.

Cadeira

Número de registro: 230

1ª metade do século XX

Madeira, tecido/entalhe
Estofamento

125,0 x 70,0 x 80,0 cm

Cadeira com espaldar com moldura torneada decorada com folhas e frutos. Ao centro, entalhe "TR".

Extremidade dos braços em forma de cabeça de dragão.

Amarração em "H". Presume-se que seja uma réplica de mobiliário do Tribunal da Relação, extinto em 1891, ou peça original com grande número de intervenções que passam a caracterizá-la como uma peça do século XX.



Mesa de canto

Número de registro: 235

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, metal/entalhe, fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

58,0 x 75,0 cm (diâmetro)

Mesa de canto circular com um único apoio central torneado.

Moldura vazada.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.







Sofá

Número de registro: 232

1ª metade do século XX

Madeira, tecido/entalhe, estofamento

125,0 x 200,0 x 90,0 cm

Sofá com encosto com moldura torneada decorada com flores e frutos. Ao centro, entalhe “TR”. Pés torneados. Amarração em “H”. Presume-se que seja uma réplica de mobiliário do Tribunal da Relação, extinto em 1891, ou peça original com grande número de intervenções que passam a caracterizá-la como uma peça do século XX.



Mesa de centro

Número de registro: 233

2ª metade do século XX

Madeira, mármore

40,0 x 80,0 x 50,5 cm

Mesa retangular com pernas retas e lisas e tampo em mármore.

Estado de conservação: Bom





Espelho

Número de registro: 236

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira, espelho/entalhe

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

210,0 x 76,5 x 28,0 cm

Espelho retangular com moldura decorada na parte superior com folhagens e volutas.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.

Suporte para mastro de bandeira

Número de registro: 239

NOZIÈRES, Maurice
Edmond Armand (projeto);
Casa Leandro Martins e
Casa Carlos Laubirsch-
Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira/entalhe

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

79,0 x 40,0 x 40,0 cm

Suporte para mastro com
base quadrangular e corpo
cilíndrico decorado com
frisos retos.

Estilo Neoclássico.

Apresenta característica
barroca, de influência
oriental. O projeto foi
elaborado pelo diretor
da firma de decoração
Laubirsch-Hirth, uma das
mais importantes no Rio de
Janeiro no início do século
XX.



Estante auxiliar do espelho

Número de registro: 237

Autoria: NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Madeira/entalhe

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

52,0 x 118,0 x 41,0 cm

Localizada na parte inferior do espelho é formada por duas bases retangulares decoradas com entalhes de volutas. Pés torneados.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.







Pintura

Número de registro: 238

Casa no campo

NEVES, Daltro

03/05/1930

óleo s/ tela

Alt.1 68,0 cm, Alt.2 85,0 cm / Comp.1 100,0 cm, Comp.2 107,0 cm

/ Larg.1 4,0 cm, Larg.2 9,0 cm

Casa no campo. Árvore, grama, lago e céu com nuvens. Predominam as cores azul, branco, terra e verde.



Cortina

Número de registro: 243

2ª metade do século XX

Tecido/costura

310,0 x 230,0 cm

Lisa na cor bege com adereços em vermelho.





Mesa

Número de registro: 240

1ª metade do século XX

Madeira/entalhe

84,0 x 433,0 x 139,0 cm

Mesa composta por três partes. Tampo com moldura decorada. Sua extensão é formada por treze gavetas e painéis com motivos florais. Possui oito pernas torneadas e amarração em “H”. Presume-se que seja uma réplica de mobiliário do Tribunal da Relação, extinto em 1891, ou peça original com grande número de intervenções que passam a caracterizá-la como uma peça do século XX.

Cadeira com braços

Número de registro: 257;

1ª metade do século XX

Madeira, entalhe; 152,5 x
66,0 x 76,0 cm

Cadeira com moldura do encosto, braços, pernas e amarração em “H” torneados. Espaldar vazado, entalhado com forma de ramagens de folhas e frutos. Ao centro, no alto, as iniciais “TR”. Assento em palha. Extremidades dos braços com entalhe em forma de cabeça de dragão. Pés traseiros com rodinhas. Presume-se que seja uma réplica de mobiliário do Tribunal da Relação, extinto em 1891, ou peça original com grande número de intervenções que passam a caracterizá-la como uma peça do século XX.





Arandela

Número de registro: 261

Metal, vidro/fundição

25,0 x 40,0 x 45,0 cm

Arandela em metal dourado. Base circular com frisos. Moldura decorada com folhas. Haste decorada com frisos e folhas partindo do centro da base e se dividindo em duas. Proteção da lâmpada em vidro com formato de flor.



Relógio chinês

Número de registro: 264

2ª metade do século XX

Madeira, vidro, metal, porcelana/entalhe, fundição, policromia

60,0 x 60,0 x 13,0 cm

Relógio em estilo chinês, com fundo decorado com arabescos, nas cores branca, azul, vermelha e dourada. Ao centro, moldura circular dourada em metal, fundo marmorizado. Números em algarismos romanos na cor azul em base de porcelana. Ponteiros em metal dourado.



Lustre de Teto

Número de registro: 263

NOZIÈRES, Maurice Edmond Armand (projeto); Casa Leandro Martins e Casa Carlos Laubirsch-Hirth (execução)

1ª metade do século XX

Metal, vidro/fundição

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

260,0 x 110,0 cm (diâmetro)

Lustre em metal dourado sustentado por corrente no centro. Corpo em formato de três globos. Da parte mais baixa, partem 12 hastes com copos na extremidade com lâmpadas em forma de velas. Em cada haste, um pingente pendurado. Na parte de cima seis hastes lâmpadas em forma de velas.

Estilo Neoclássico. Apresenta característica barroca, de influência oriental. O projeto foi elaborado pelo diretor da firma de decoração Laubirsch-Hirth, uma das mais importantes no Rio de Janeiro no início do século XX.





SALA DA SESSÃO CRIMINAL



No segundo piso, está a sala da Sessão Criminal, onde são apreciados os casos de competência criminal trazidos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, como, por exemplo, homicídios, calúnias e roubos. A sessão criminal é composta por quatro câmaras criminais, cada uma delas com três desembargadores. Esses 12 magistrados formam a Seção Criminal, que se reúne no Palácio da Justiça nas tardes de quinta-feira.

Sua disposição é praticamente idêntica à da sala de Sessão Cível, mas tem como diferencial, em seu conjunto arquitetônico, duas colunas situadas no plenário, que remetem ao estilo arquitetônico greco-romano. A decoração idealizada por Giacomo Palumbo para as colunas traz o estilo jônico, com ornamentos dourados e brancos nos capitéis que sustentam o arremate do teto, sanca e folhas de acanto na parte superior. Do meio para a base, a coluna está envolta por frisos. Os lustres são de metal, com seus 22 braços em forma de S.



Revestimento de parede

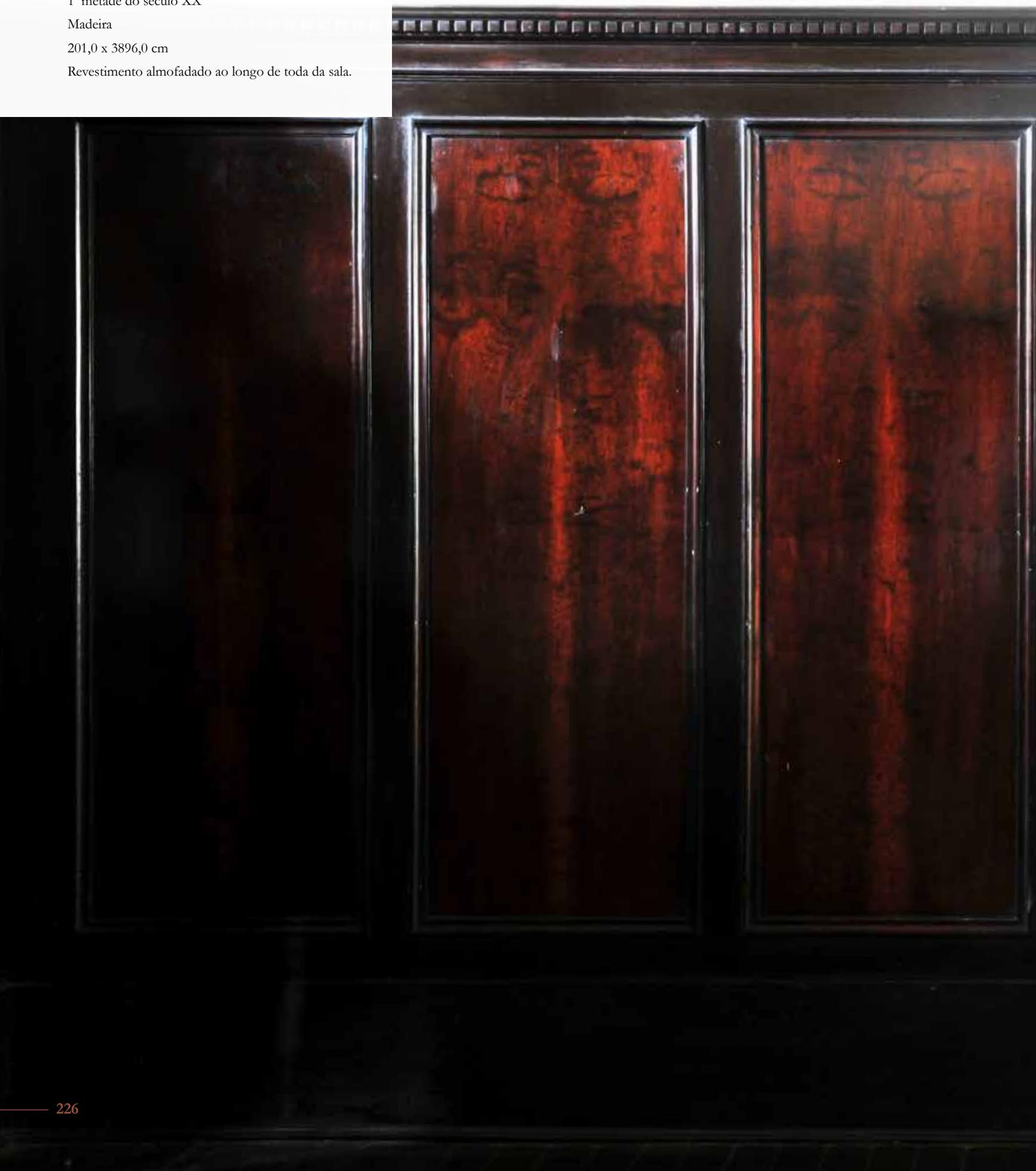
Número de registro: 265

1ª metade do século XX

Madeira

201,0 x 3896,0 cm

Revestimento almofadado ao longo de toda da sala.





Suporte para mastro de bandeira

Número de registro: 268

1ª metade do século XX

Madeira

74,0 x 37,2 x 37,2 cm

Revestimento almofadado.



Suporte para mastros de bandeira

Número de registro: 269

1ª metade do século XX

Madeira

86,0 x 40,0 x 40,0 cm

Base para mastros de
bandeira quadrangular
almofadado.



Suporte para mastro de bandeira

Número de registro: 270

1ª metade do século XX

Madeira

78,0x 40,0 cm (diâmetro)

Suporte em forma de coluna romana.





Armário

Número de registro: 271

1ª metade do século XX

Madeira, vidro, metal

179,5 x 159,5 x 49,0 cm

Armário de duas portas almofadadas e com vidro fosco. Na parte inferior de cada porta encontra-se uma almofada para dentro. Colunas torneadas nas laterais.



Mesa em arco

Número de registro: 272

1ª metade do século XX

Madeira, metal

112,0 x 387,5 x 71,0 cm

Mesa em arco com seis divisórias com suporte para microfone e tomada e seis gavetas com puxadores de metal. Parte frontal, almofadada com colunas.



Cadeira

Número de registro: 280

Casa Hollanda

1ª metade do século XX

Madeira, couro

Recife, PE, Brasil

129,0 x 68,0 x 63,0 cm

Encosto alto e estreito.

Braços curvos, com volutas na extremidade.

Assento com um leve acolchoamento. Pernas traseiras simples e dianteiras torneadas com um disco e pés em forma bolacha.

Amarração torneada.

Encosto e assento com detalhes florais e presos com rebites de metal.





Púlpito

Número de registro: 288

1ª metade do Século XX

Madeira

108,0 x 81,0 x 60,0 cm

Púlpito com suporte de apoio circular, almofadado na parte frontal e laterais, tampo vazado e quinas em formato de coluna.





Gradil

Número de registo: 286

1ª metade do século XX

Madeira

Alt.1 112,0 cm / Comp.1 386,0 cm, Comp.2 472,0 cm /

Larg.1 27,5 cm

Gradil com uma porta de acesso lateral. Nas duas extremidades, encontra-se uma pilastra com almofadas em estilo meia cana triangular nos três lados externos e uma almofada para dentro no lado interno. No centro das almofadas externas, encontra-se um detalhe entalhado. Ao longo da peça, encontramos 14 colunas.





Gradil

Número de registo: 287

1ª metade do século XX

Madeira

Alt.1 112,0 cm / Comp.1 2022,0 cm, Comp.2 2122,0 cm / Larg.1 27,5 cm

Gradil com duas portas de acesso nas laterais. Contém seis pilastras, uma em cada quina, com almofadas em estilo meia cana triangular nos lados externos e almofadas para dentro nos lados internos. No centro das almofadas externas, encontra-se um detalhe entalhado. Ao longo da peça, encontram-se setenta e oito balaústres. O centro do gradil é em arco, onde se encaixa um púlpito.



Banco longo

Número de registro: 289 a 294

1ª metade do século XX

Madeira

94,0 x 237,0 x 63,0 cm

Banco longo dividido em duas partes com três braços. Em cada parte, acomodam-se duas pessoas. O encosto e o assento são feitos de uma única peça.





Banco longo

Número de registro: 295 e 296

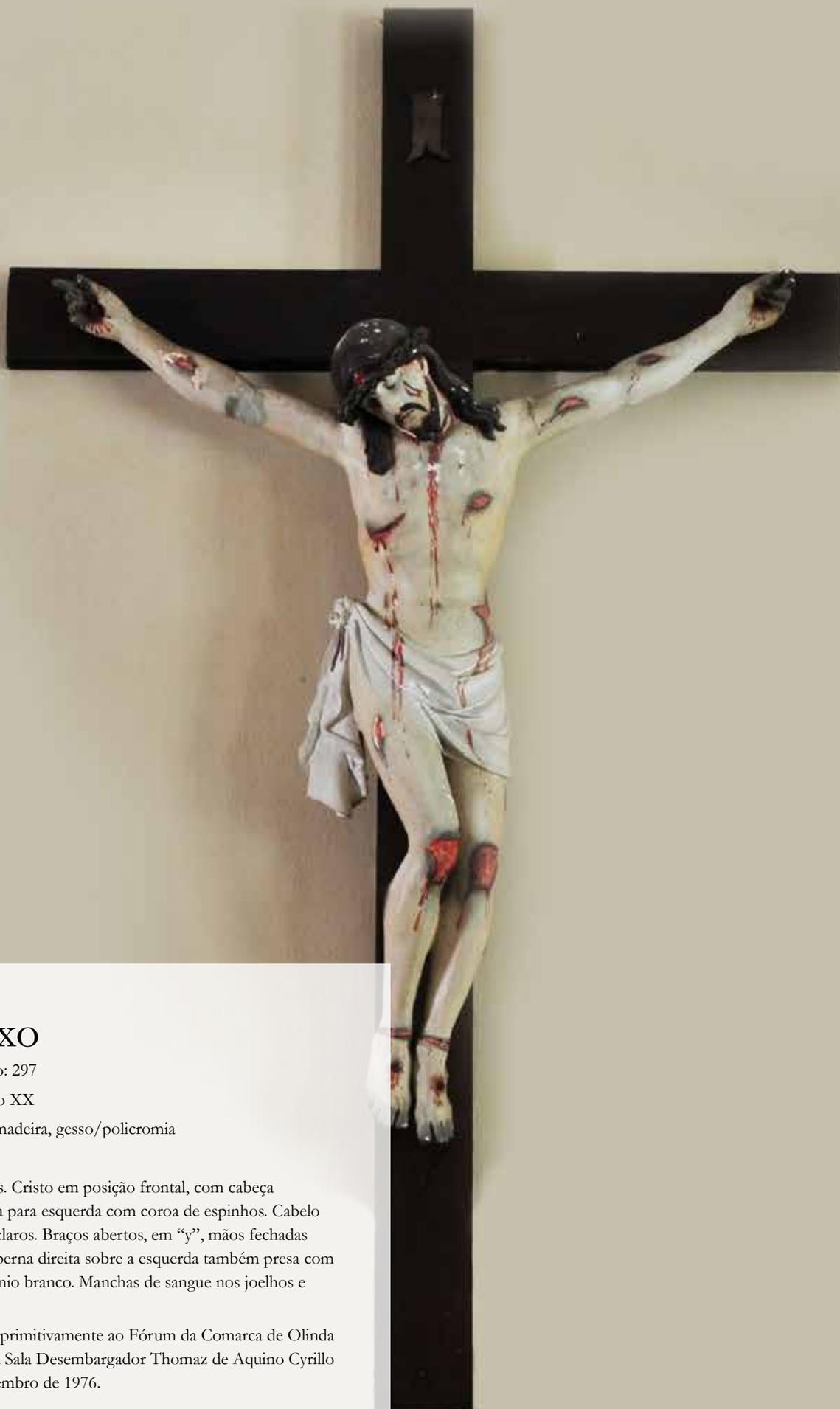
1ª metade do Século XX

Madeira

94,0 x 402,0 x 63,0 cm

Banco longo dividido em três partes com quatro braços. Cada parte acomoda duas pessoas. O encosto e o assento são feitos de uma única peça.





Crucifixo

Número de registro: 297

2ª metade do século XX

Técnica/material: madeira, gesso/policromia

120,0 x 50,0 cm

Cruz de traves retas. Cristo em posição frontal, com cabeça levemente inclinada para esquerda com coroa de espinhos. Cabelo e barba castanhos claros. Braços abertos, em “y”, mãos fechadas presas com cravo, perna direita sobre a esquerda também presa com cravo. Veste perizônio branco. Manchas de sangue nos joelhos e peito.

Crucifixo ofertado primitivamente ao Fórum da Comarca de Olinda e transferido para a Sala Desembargador Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley em dezembro de 1976.

Luminária

Número de registro: 298

1ª metade do século XX

Vidro, metal

40,0 cm

Luminária em forma de tulipa sustentada por uma grande corrente.





Arandela

Número de registro: 300

1ª metade do século XX

Metal

60,0 cm

Arandela com suporte para três lâmpadas “S” e um globo na parte inferior.



Relógio de pé

Número de registro: 306

Tempus Fugit

1ª metade do século XX

Madeira, metal, vidro

196,0 cm x 47,0 cm x 25,0 cm

Descrição: Relógio com duas portas, uma menor na parte onde se encontram os ponteiros e uma maior onde estão os pêndulos. Parte de cima em arco com um globo na parte de cima com a inscrição "Tempus Fugit". Nas laterais, detalhes em metal.

Lustre

Número de registro: 307

1ª metade do século XX

Metal

450,0 cm

Lustre com quinze braços na área mais larga, e sete braços na mais estreita. Embaixo globo. Todos os vinte e dois braços são em forma de "S".





Armário

Número de registro: 309

1ª metade do século XX

Madeira, vidro e metal

239,0 x 105,0 x 49,0 cm

Armário com duas portas
com vidro e almofadadas.
Possui três prateleiras.



Balcão

Número de registro: 310

1ª metade do século XX

Madeira, vidro

113,0 x 122,0 x 59,0 cm

Na parte da frente, uma almofada central retangular para dentro e, no centro desta, uma almofada para fora. Nas laterais duas colunas e, na parte detrás, tela. Tampo protegido por vidro.

Tapete

Número de registro: 313

Tapete Avanti

2ª metade do século XX

Poliamida, polipropileno

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

300,0 x 320,0 cm

Tapete composto por três cores: bordas externas em vinho, bordas internas em bege e parte central em creme.





Mesa central

Número de registro: 311

1ª metade do século XX

Madeira, metal

127,0 x 413,0 x 90,0 cm

Mesa dividida em três partes. Parte central mais alta. Na frente da parte central, encontra-se uma almofada para dentro onde, nesta, existe uma almofada em losango para fora, com ramos entalhados, com duas colunas em cada lado da almofada central. Nas duas frentes da parte menor, uma almofada retangular na vertical para dentro e, no centro desta, duas almofadas para fora com duas colunas na quina. Possui três gavetas com puxadores de metal.



Mesa

Número de registro: 312

1ª metade do século XX

Madeira, metal

77,0 x 150,0 x 79,0 cm

Mesa com pernas em forma de coluna retangular, com quatro linhas entalhadas ao longo do seu comprimento, pés em forma de bolacha, amarração das pernas simples e lisa. Duas gavetas retangulares e estreitas com puxadores e proteção da fechadura em metal. Possui um vidro protegendo o tampo.







Mesa do Escrivão

Número de registro: 314

1ª metade dos século XX

Madeira

80,0 x 142,0 x 71,0 cm

Mesa em meio-arco para fora. Uma parte do tampo pode ser removida. Laterais em almofadas para fora e com uma coluna de cada lado. A almofada central é quadrada e com duas colunas de cada lado. Na base de cada coluna, folhagens entalhadas.



Cortina

Número de registro: 315 a 318

2ª metade do século XX

Tecido, costura

400,0 x 276,0 cm

Lisa na cor creme com adereços em vermelho.



Cadeira principal

Número de registro: 319

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

162,0 x 70,0 x 59,0 cm

Assento e espaldar em couro. Couro decorado com temas florais. Pregaria de metal. Assento trapezoidal. Espaldar alta, retangular, com moldura com detalhes em curva na parte superior e entalhe de três ramos nas laterais. Braços curvados. Pernas traseiras simples e curvadas. Suporte dos braços e pernas dianteiras em balaústre.

Cadeira secundária

Número de registo: 321

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

158,0 x 70,0 x 59,0 cm

Assento e espaldar em couro. Couro decorado com temas florais. Pregaria de metal. Assento trapezoidal.

Espaldar alto, retangular, com moldura e detalhes em curva na parte superior.

Braços curvados. Pernas traseiras simples e curvadas.

Suporte dos braços e pernas dianteiras em balaústre.





Cadeira do escrivão

Número de registro: 322

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

125,0 x 50,0 x 50,0 cm

Assento e espaldar em couro decorado com temas florais.

Espaldar alto recortado em arco. Pregaria em metal.

Assento trapezoidal. Pernas dianteiras torneadas com pés em forma de bolacha.

Amarração torneada.

Cadeira do auxiliar

Número de registro: 324

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

112,0 x 52,0 x 55,0 cm

Assento e espaldar em couro decorado com tema floral. Assento em formato quadrangular. Pregaria de metal. Pernas e amarração simples.





Cadeira do 2º auxiliar

Número de registro: 325

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

112,0 x 52,0 x 55,0 cm

Assento e espaldar em
couro decorado com três
losangos. Pregaria em metal.
Pernas e amarração simples.





SALA DA PRESIDÊNCIA

O gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está localizado no quarto andar do Palácio. É composto por três ambientes: sala de recepção, chefia de gabinete e gabinete do presidente. No gabinete, o presidente do TJPE celebra acordos, despacha demandas e recebe autoridades. A Cúpula, onde se localiza o gabinete da chefia do Poder Judiciário pernambucano, é considerada a maior do Brasil. Ela é de concreto e ferro, com base quadrangular, medindo 256m², fica a 45m do solo e tem altura de 14m. Tal formação permite um panorama dos quatro cantos da cidade do Recife.

As esculturas que adornam a fachada central do Palácio da Justiça, próximas à Cúpula, foram confeccionadas pelo escultor pernambucano Bibiano da Silva e representam a Justiça e a Ciência do Direito. No interior do edifício, na sala da recepção situada também na fachada principal, há um painel de vidro jateado, com desenhos de pássaros e suporte de sustentação em metal dourado.

Na sala da Presidência, as paredes estão pintadas de bege e o teto de branco, com sanca também branca. No canto esquerdo da sala, partindo da mesa do presidente, está um biombo de vidro jateado com desenhos de pássaros e formas abstratas, formas contemporâneas em relevo de metal dourado e suportes de sustentação também em metal dourado. Tanto o biombo como o painel da sala de recepção foram confeccionados pela artista plástica Marianne Peretti.



Cadeira

Número de registro: 328

Peça de mobiliário / cadeira

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

111,0 x 47,0 x 46,0 cm

Assento e espaldar em couro decorado com tema floral. Pregaria de metal.

Espaldar alto em arco.

Assento trapezoidal. Pernas

traseiras simples e curvadas.

Pernas dianteiras torneadas

com pés em forma de disco.

Amarração em balaústre.





Cadeira

Número de registro: 332

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

109,0 x 67,0 x 68,0 cm

Assento e espaldar em couro decorado com tema floral. Espaldar alto em arco. Pregaria de metal. Assento trapezoidal. Pernas traseiras simples e curvadas. Pernas dianteiras torneadas com pés em forma de disco. Amarração simples.

Cadeira

Número de registro: 334

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

106,0 x 58,0 x 53,0 cm

Assento e espaldar em couro decorado com tema floral. Espaldar alto em arco. Pregaria de metal.

Assento trapezoidal. Pernas traseiras simples e curvadas.

Pernas dianteiras torneadas com pés em forma de disco.

Amarração simples.





Cadeira

Número de registro: 344

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

104,0 x 47,0 x 53,0 cm

Assento e espaldar em couro decorado com tema floral. Espaldar alto em arco. Pregaria de metal.

Pernas traseiras simples e curvadas. Pernas dianteiras torneadas e pés em forma de disco. Amarração simples.





Sofá

Número de registro: 336

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal

128,0 x 157,0 x 57,0 cm

Sofá de três lugares em couro decorado com tema floral. Encosto em arco.

Pregaria em metal. Braços com discos. Suporte dos braços, amarração e pernas dianteiras em balaústre.

Pernas traseiras simples e curvadas.

Cadeira

Número de registro: 345

1ª metade do século XX

Madeira, couro e metal.

139,0 x 55,0 x 60,0 cm

Assento e espaldar em couro decorado com tema floral. Espaldar alto em arco. Pregaria de metal. Suporte dos braços curvados. Pernas traseiras simples e curvadas. Pernas dianteiras torneadas e com pés em forma de disco. Amarração em balaústre.





Cadeira

Número de registro:
346

1ª metade do século XX

Madeira, couro, metal
158,0 x 70,0 x 59,0 cm

Assento e espaldar em couro decorado com tema floral. Espaldar alto em arco. Pregaria de metal. Suporte dos braços curvados. Pernas traseiras simples e curvadas. Pernas dianteiras torneadas com pés em forma de disco. Amarração em balaústre.



Mesa de Centro

Número de registro: 347

1ª metade do século XX

Madeira, mármore/entalhe

46,0 x 120,0 x 80,0 cm

Mesa de centro com tampo em mármore e moldura entalhada. Pernas torneadas com entalhes de flores. Amarração torneada em "H".





Mesa de Canto

Número de registro: 348

1ª metade do século XX

Madeira, mármore/entalhe

77,0 x 169,0 cm (diâmetro)

Mesa de canto redonda com tampo em mármore. Moldura do tampo torneada. Pernas torneadas. Pés em forma de disco. Amarração torneada em “X”.



Mesa retangular média

Número de registro: 349

Autoria: Não identificada

1ª metade do século XX

Madeira, mármore

74,0 x 72,0 x 52,0 cm

Mesa de centro com tampo em mármore e moldura torneada. Pernas torneadas com pés em forma de disco. Amarração torneada em "H".



Mesa pequena

Número de registro: 351

1ª metade do século XX

Madeira, mármore/entalhe

71,0 x 60,0 x 35,5 cm

Mesa de madeira com duas prateleiras. Tampo em mármore e moldura torneada. Pernas torneadas com pés em forma de disco. Amarração torneada em "H".



Mesa de centro

Número de registro: 350

1ª metade do século XX

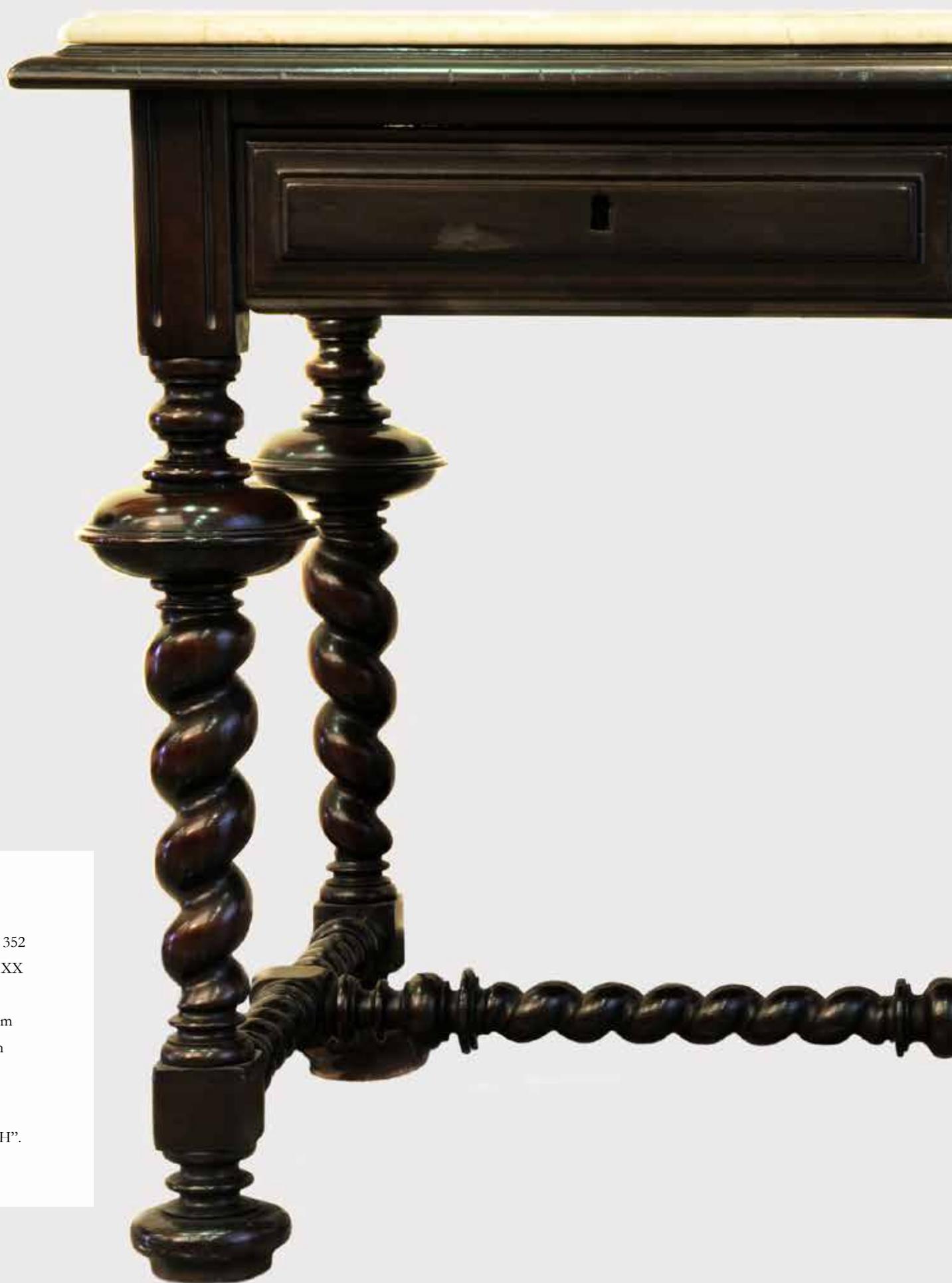
Madeira, mármore

80,0 x 151,0 x 80,0 cm

Mesa de centro com tampo em mármore e moldura torneada. Pernas torneadas com pés em forma de disco. Amarração torneada em "H".







Mesa

Número de registro: 352

1ª metade do século XX

Madeira, mármore

79,0 x 120,0 x 80,0 cm

Mesa com tampo em

mármore e laterais

almofadadas. Pernas

torneadas. Amar-

ração torneada em “H”.

Duas gavetas.



Mesa de reunião

Número de registro: 353

1ª metade do século XX

Madeira, mármore

78,0 x 277,0 x 97,0 cm

Mesa com tampo de mármore com colunas retangulares, pés em forma de disco e amarração em "H".





Mesa do Presidente

Número de registro: 354

1ª metade do século XX

Madeira, mármore, metal

80,0 x 180,0 x 100,0 cm

Mesa com tampo em mármore com molduras torneadas. Possui uma abertura no centro. Três gavetas com puxadores de metal de cada lado. Laterais internas almofadadas. Quinas torneadas. Oito pés em forma de disco.







Lustre

Número de registro: 355

1ª metade do século XX

Metal

80,0 x 180,0 x 100,0 cm

Lustre com vinte e duas hastes em “S”. Globo na parte inferior.



Supote para mastros de bandeira

Número de registro: 356

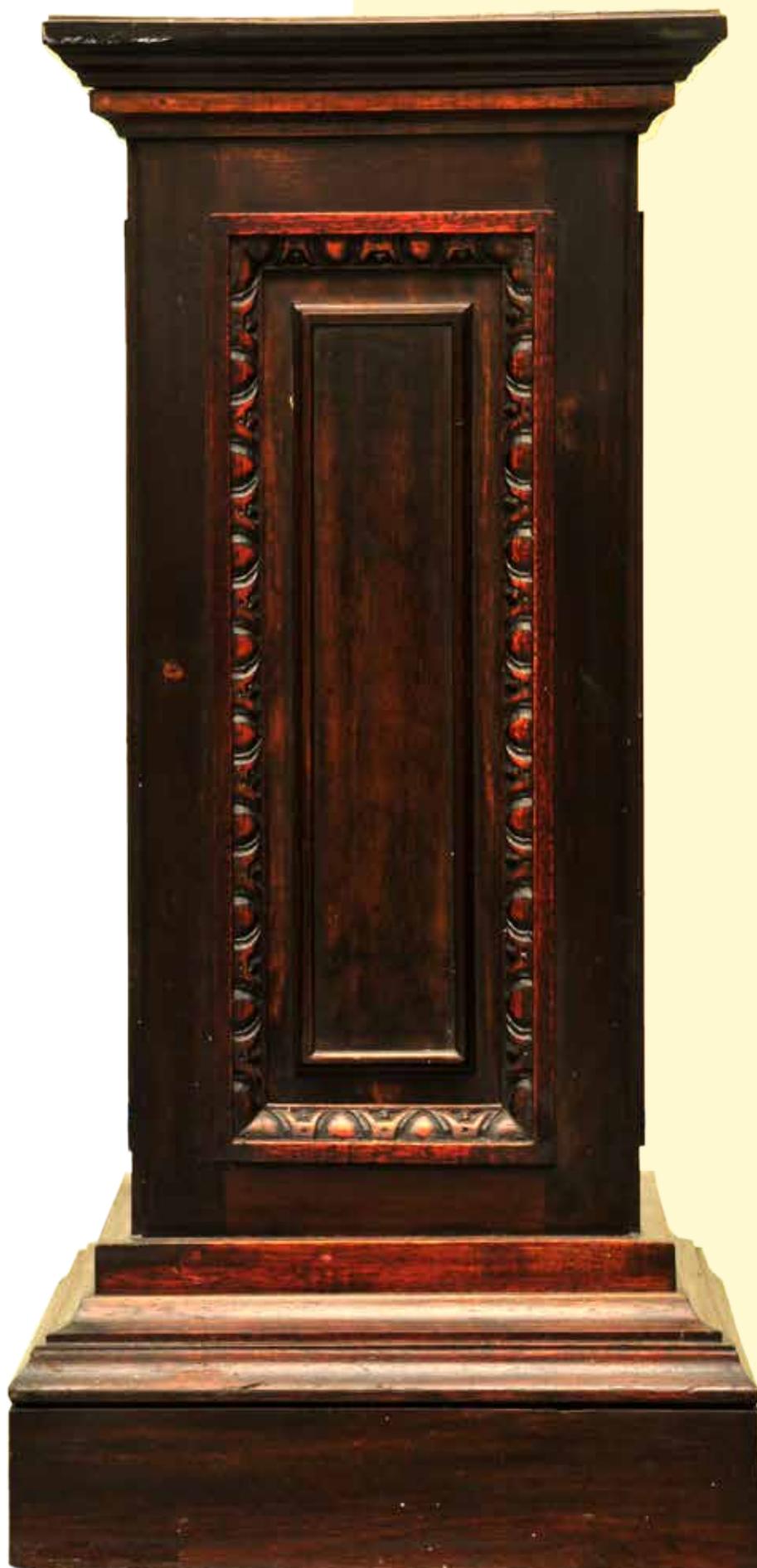
1ª metade do século XX

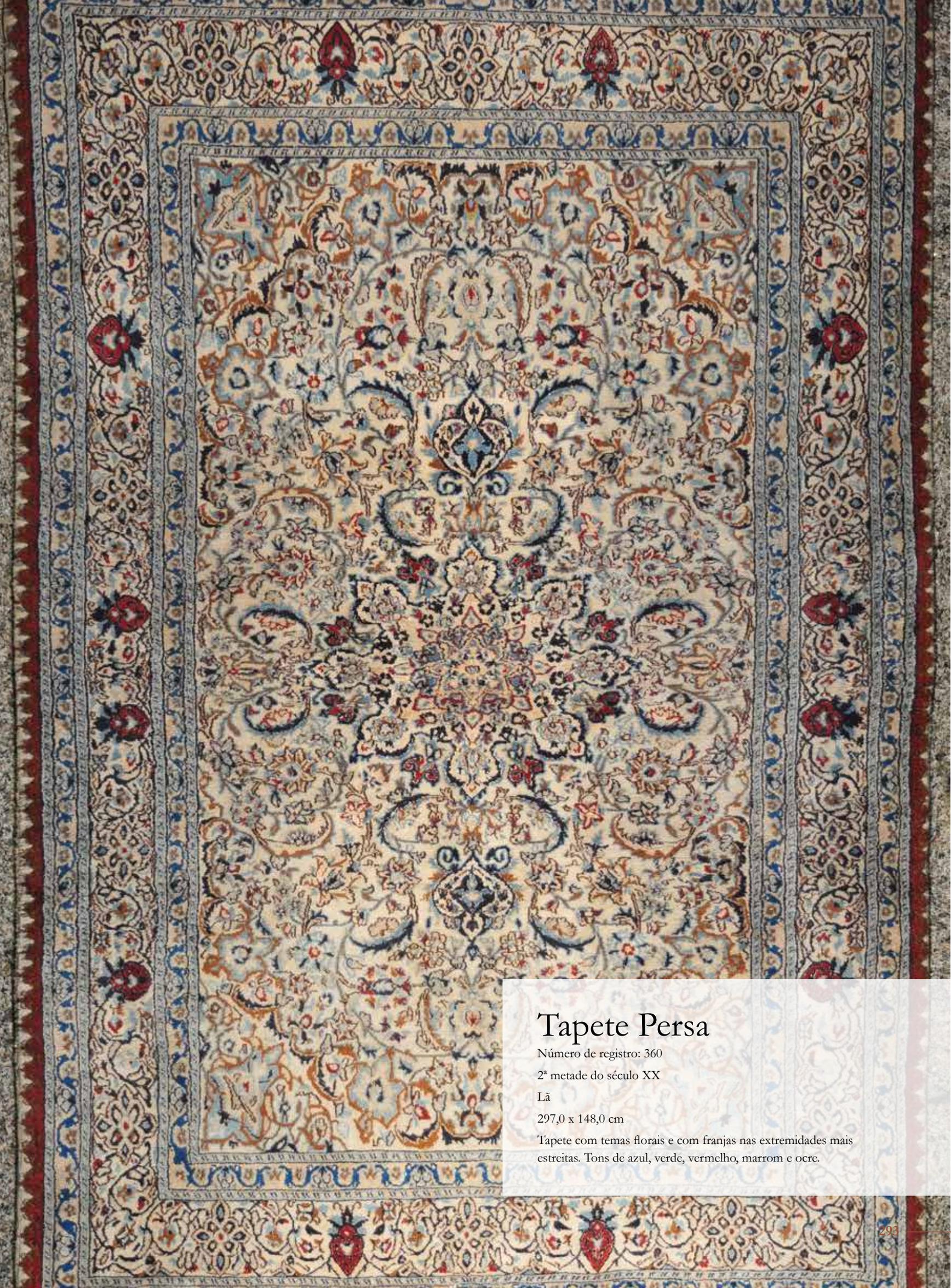
Madeira

47,0 x 37,2 x 37,2 cm

Suporte quadrangular
almofadado.

1º Bandeira Pernambuco,
2º Bandeira do Brasil,
3º Bandeira do
Tribunal.





Tapete Persa

Número de registro: 360

2ª metade do século XX

Lã

297,0 x 148,0 cm

Tapete com temas florais e com franjas nas extremidades mais estreitas. Tons de azul, verde, vermelho, marrom e ocre.



Vitral

Número de registro: 359

PERETTI, Marianne

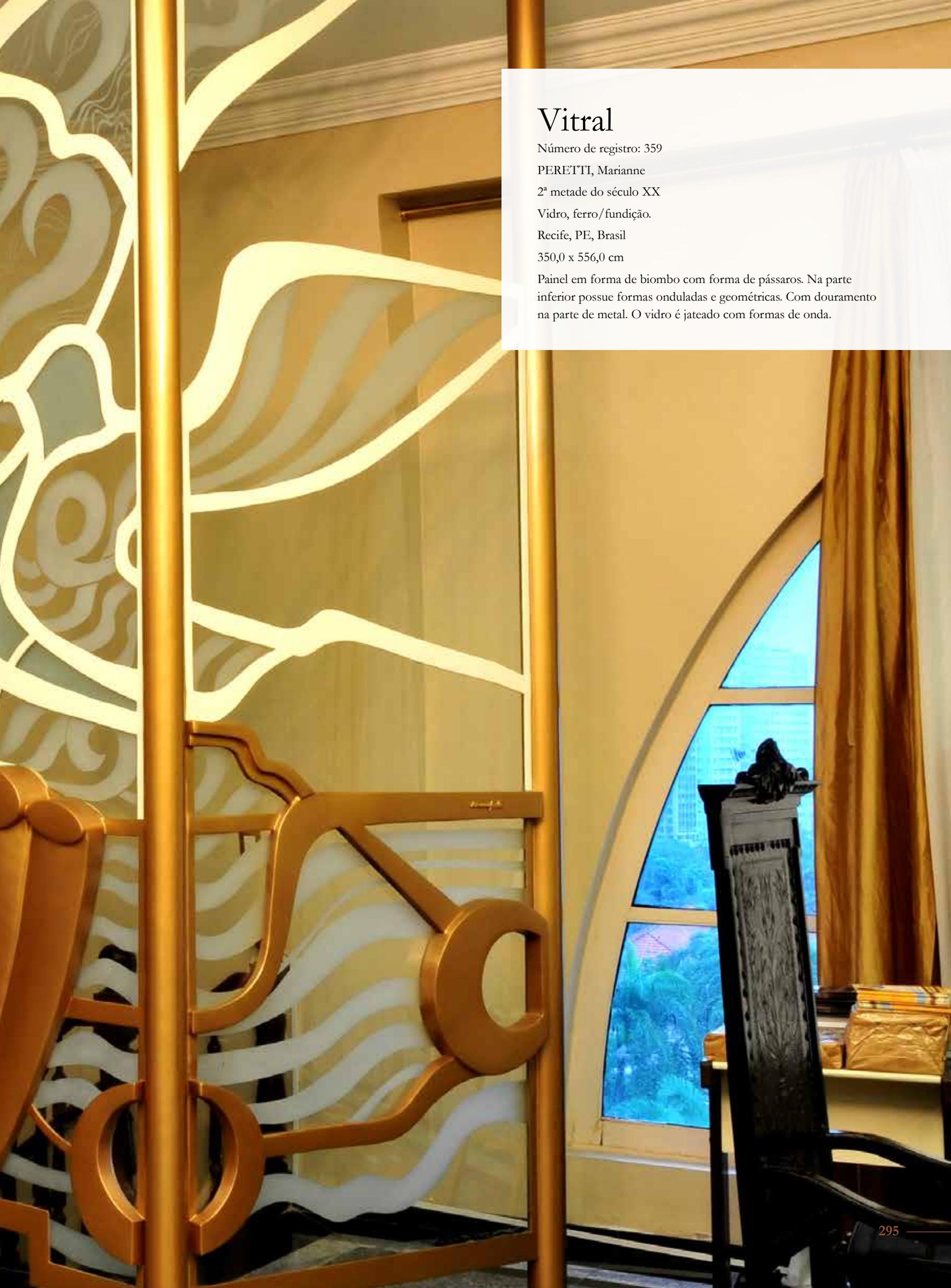
2ª metade do século XX

Vidro, ferro/fundição.

Recife, PE, Brasil

350,0 x 556,0 cm

Painel em forma de biombo com forma de pássaros. Na parte inferior possui formas onduladas e geométricas. Com douramento na parte de metal. O vidro é jateado com formas de onda.





Crucifixo

Número de registro: 361

Casa Nova Roma

1ª metade do século XX

Madeira e gesso/
policromia.

Recife, PE, Brasil

100,0 x 50,0 x 10,5 cm

Cruz de traves retas apresenta cartela retangular na parte superior com a inscrição "INRI". Imagem do Cristo ao centro, em posição frontal, com a cabeça com coroa de espinhos levemente inclinada para a direita, olhos fechados, cabelos e barba longos. Braços abertos com as mãos fechadas presas por cravos. Pé esquerdo sobre o direito presos por cravo. Veste pano branco nos quadris, preso por nó. Manchas vermelhas pelo corpo.

A casa Nova Roma foi fundada em 1920 pelos irmãos Schettini, funcionando por muitos anos na Rua Imperatriz. Em 1980 se tornou Schettini Laroca – Cia. Nova Roma, funcionando na Rua Siqueira Campos, bairro de Santo Antonio.



A Justiça

Número de registro: 362

2ª metade do século XX

Bronze, mármore e madeira.

86,0 x 38,0 cm

Estatueta de mulher com cabelos curtos em pé, pernas juntas e os olhos vendados. Veste uma capa e um pano que cobre o seio esquerdo e a parte inferior do corpo e calça sandálias de tiras. Segura espada com balança junto ao tórax.

Representação da Deusa Têmis, que era filha de Gaia e Urano, da mitologia grega. O correspondente de Têmis na mitologia romana era a Deusa Iustitia. A espada simboliza o poder da justiça. A balança representa o equilíbrio entre as partes envolvidas numa relação de Direito. Os olhos vendados, criação de artistas alemães no século XVI, simboliza a imparcialidade da justiça que não vê os lados, mas o que é justo, tudo isso para afirmar: SUUM CUIQUE TRIBUERE, - que se atribua a cada um o que é seu – isso é justiça (no sentido grego do termo).

Pintura

Número de registro:

366

“Julgamento Salomão”

AMARAL, Maria Salete

22-01-2003

Acrílica s/ madeira

Recife, PE, Brasil

Alt.1 120,0 cm, Alt.2

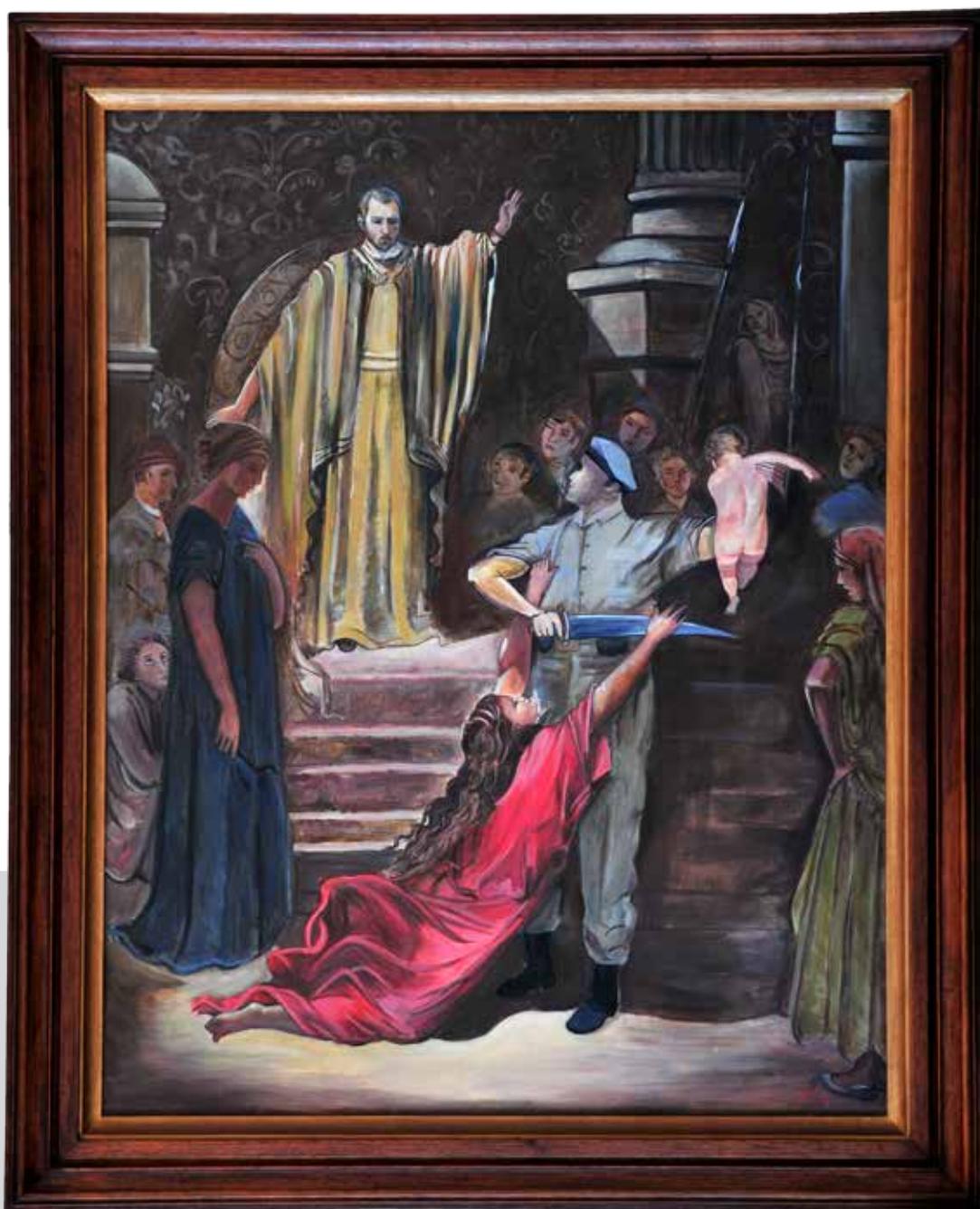
147,0 cm / Comp.1

94,0 cm,

Comp.2 116,0 cm

Retrata a passagem bíblica do Julgamento de Salomão. No primeiro plano, uma mulher ajoelha-se frente a um soldado, onde segura na mão esquerda uma faca na altura da barriga, com a outra mão sustenta uma criança. Outra mulher veste túnica azul e assiste a cena com a mão esquerda sobre o peito. Em segundo plano, acima de uma escadaria, Salomão com a mão esquerda estendida acima da cabeça. Várias outras pessoas assistem a cena.

A autora Maria Salete Amaral compõe o quadro de servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco.



Pintura

Número de registro: 367

“Barcos no Porto”

PINTO, Silvio.

1986

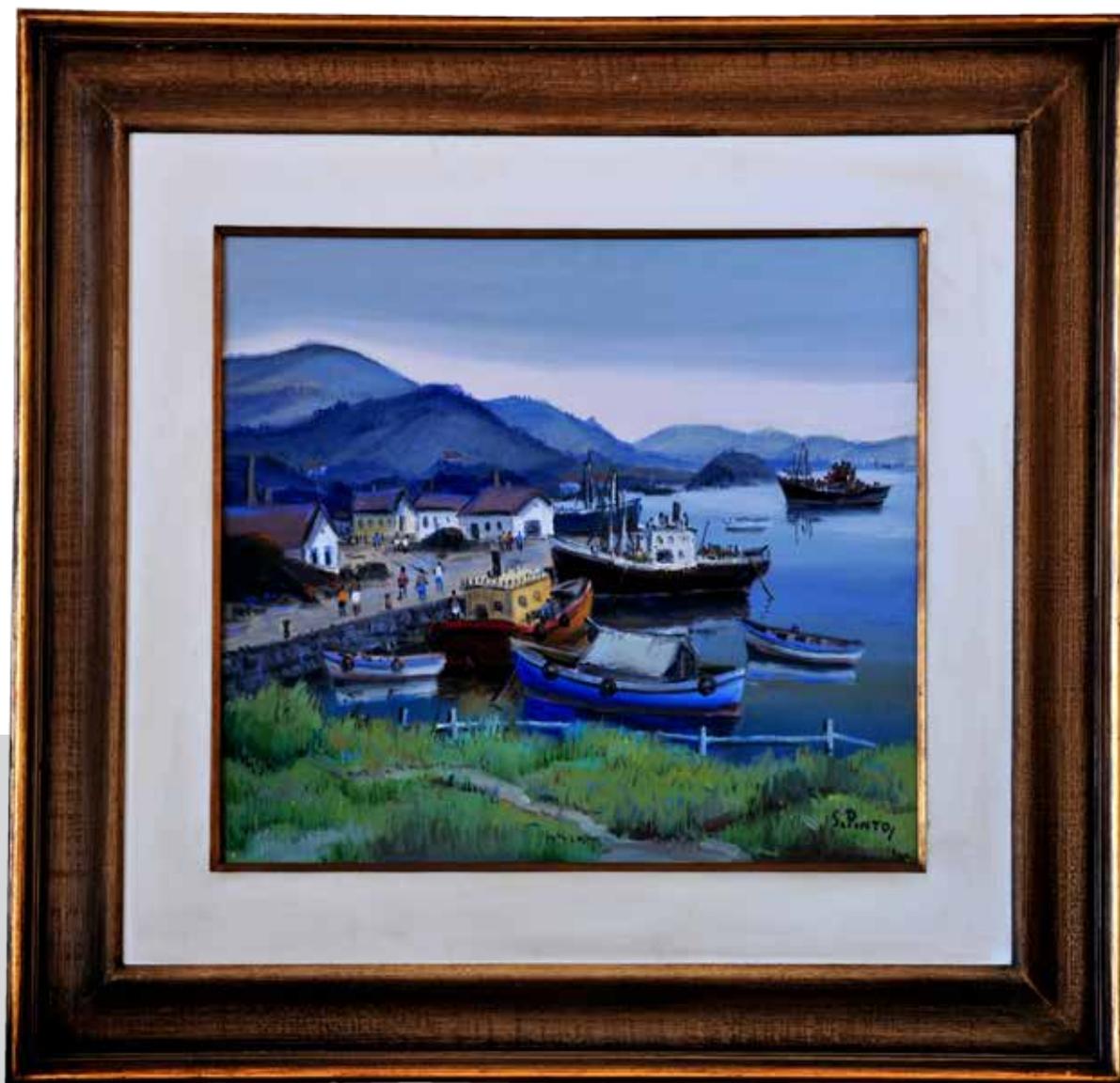
Óleo s/ tela

Recife, PE, Brasil

Alt.1 58,0 cm, Alt.2 86,0 cm
/ Comp.1 67,5 cm, Comp.2
95,5 cm

Imagem de Porto com cinco planos. À frente se encontra gramíneas com cerca branca, ao centro o porto com casas e pessoas transitando e barcos ao mar. Ao fundo montanhas e céu. Predomina as cores: verde, azul, branco e marrom.

Dados históricos: o autor da obra foi pintor, cineasta e professor. Participou do Movimento artístico Bernardelli no RJ na década de 1980. Em 1939 fez cenários para peças teatrais e alegorias para escolas de samba. Em 1974 realizou exposição no EUA. Suas obras retratam a “Alma Fluminense”, o povo, as marinas e festas populares cariocas.



Pintura

Número de registro: 368

“Os últimos fanáticos de Canudos”

LA GRECA, Murillo

1925

óleo s/ tela

Roma, Itália

Alt.1 160,0 cm, Alt.2 187,0 cm /

Comp.1 256,0 cm, Comp.2 286,0 cm

Retrata um Arraial com pessoas e crianças com vestes simples. Dois homens com armas. À frente, à esquerda, uma mulher de idade avançada está ajoelhada com criança no colo e leva crucifixo no pescoço. À direita uma mulher segura um homem deitado, provavelmente morto, com uma arma na mão esquerda. Homem sentado com a cabeça coberta pelo braço esquerdo. Homem em pé segura um crucifixo. Tela marcada pelo sofrimento e religiosidade.

O pintor Murilo La Greca (1899 – 1985), nasceu na cidade de Palmares, filho de pais italianos. Foi estudar no Rio de Janeiro aos 18 anos. Entre 1919 e 1925 viveu em Roma, voltando ao Brasil em 1926. Com o quadro “Os últimos fanáticos de Canudos”, ganhou medalha de prata no Salão Oficial de Belas Artes, RJ. Alcançou seu sonho em construir um museu com as suas obras, no mesmo ano de sua morte, com apoio da Prefeitura da Cidade do Recife. Destacou-se por pintar temas históricos, como o fuzilamento de Frei Caneca.

Estado de conservação: regular



Pintura

Número de registro: 369

“ Mauritsstad ”

LEÃO, Tânia Carneiro.

1988

Acrílica s/ madeira

Recife, PE, Brasil

134,0 x 149,0 cm

Mapa da Cidade Maurícia. Na parte inferior o mar com os arrecifes. Ao centro as Ilhas Santo Antonio. Destaca o Forte das Cinco Pontas e o Palácio de Friburgo.

A pintora, nascida e criada em Olinda, cresceu entre escritores e poetas, como Mauro Mota, Ascenso Ferreira e Carlos Pena Filho, de quem é viúva. Assumiu sua face artística na década de 1980.



Pintura

Número de registro: 370

“ Vila D’Olinda ”

LEÃO, Tânia Carneiro.

1988

Acrílica s/ madeira

Recife, PE, Brasil

Alt.1 127,0 cm, Alt.2 133,0 cm /

Comp.1 142,0 cm, Comp.2 149,0 cm

Mapa da Vila D’Olinda. Ao centro a Praça do Carmo. Na parte superior são retratados Filipe Camarão, André Vidal de Negreiros e Henrique Dias. Acima dois anjos segurando a bandeira com nome: Vila D’Olinda. À esquerda o varadouro e a Igreja Nossa Senhora do Carmo. Pergaminho com poema de Carlos Pena. À direita o Alto da Sé.

A pintora, nascida e criada em Olinda, cresceu entre escritores e poetas, como Mauro Mota, Ascenso Ferreira e Carlos Pena Filho, de quem é viúva. Assumiu sua face artística na década de 1980.



Pintura

Número de registro: 371

“Palácio da Justiça”

LICCO

Novembro de 1995

Óleo s/ tela

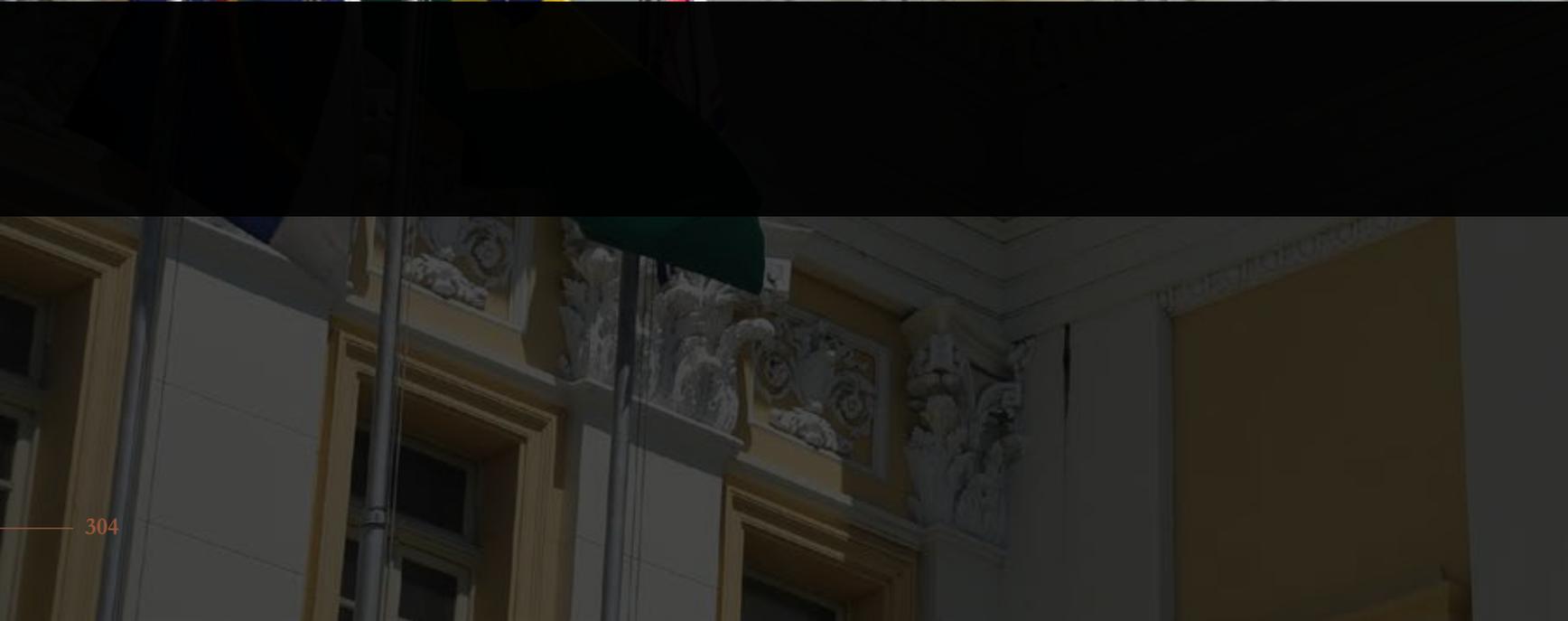
Recife, PE, Brasil

Alt.1 70,0 cm, Alt.2 87,0 cm /

Comp.1 122,0 cm, Comp.2 138,0 cm

Imagem de frente do Palácio da Justiça, com destaque para a cúpula e os dois pares de pilastras.







ANEXOS



Manual da ficha de catalogação

Albino Barbosa de Oliveira Jr.

Introdução

O Palácio da Justiça de Pernambuco foi construído no final da década de 1920. Situado na Praça da República, é um importante patrimônio para a cidade do Recife, assim como os seus vizinhos, Teatro Santa Isabel, Convento de São Francisco e Palácio do Campo das Princesas.

Com um acervo eclético, colecionado ao longo dos anos e sem obedecer a uma política sistemática de aquisição, o prédio sede do Tribunal de Justiça de Pernambuco reúne peças de categorias, épocas e estilos diversos que necessitam ser controladas por meio de um instrumento técnico adequado, a fim de que se possa intervir para a sua efetiva preservação.

Consenso entre todos os profissionais que se dedicam à preservação de bens culturais, a documentação museológica do acervo de uma instituição é fator imprescindível para seu conhecimento e comunicação.

O Palácio da Justiça, como museu vivo que precisa ser preservado, não é só um depósito de objetos que devem ser admirados por seu valor estético, histórico e científico, mas, principalmente, por seu valor educacional. E, para que cada objeto possa cumprir o papel de elemento comunicador, é necessário que o museu possua informações sistematizadas de cada objeto/documento.

Apoiada em uma bibliografia básica que deve ser consultada por todos os envolvidos neste trabalho, foi desenvolvida uma ficha de catalogação que abarca as informações relevantes para o inventário dos bens móveis do Palácio do Poder Judiciário de Pernambuco, a saber:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Global, 2009.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu: aquisição-documentação**. Rio de Janeiro: Eça, 1986.

FERREZ, Helena Dodd. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

BRASIL. Ministério da Cultura; MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Cultura. **Caderno de diretrizes museológicas**. Belo Horizonte, 2006.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. **Manual de catalogação de pinturas, esculturas, desenhos e gravuras**. Rio de Janeiro, 1995.

Metodologia

- a) Identificação preliminar dos locais do Palácio da Justiça de Pernambuco onde estão presentes os bens móveis a serem inventariados.
- b) Elaboração de um levantamento da quantidade de objetos para definição da tipologia.
- c) Acompanhamento e orientação a fotógrafo do Palácio da Justiça de Pernambuco para execução do registro fotográfico de cada peça.
- d) Definição das categorias dos objetos, da classificação das coleções e do sistema de numeração a ser adotado.
- e) Identificação, por meio de pesquisa, da procedência e da autoria de cada bem móvel.
- f) Análise e cadastramento em banco de dados informatizado sobre o atual estado de conservação de cada bem móvel.
- g) Elaboração da ficha de catalogação para consulta e controle do acervo.
- h) Marcação de todo o acervo inventariado com material adequado, tecnicamente indicado, sem que prejudique a conservação do acervo.
- i) Organização de um livro de tombo a partir da encadernação das fichas de catalogação preenchidas manualmente.
- j) Cadastramento em base de dados informatizada do levantamento documental das coleções, incluindo sua descrição, histórico, reprodução, localização, estado de conservação e demais informações complementares, em formato de dados compatível com SGDB (Sistema Gerenciador de Banco de Dados) Oracle 10G.
- k) Realização de pesquisa histórica e elaboração de textos sobre a história do Palácio da Justiça de Pernambuco e dos bens móveis inventariados.

Regras gerais para preenchimento

A fonte principal de informação sempre será a peça em si e as inscrições nela existentes. Caso as informações necessárias não se encontrem na fonte principal, pode-se retirá-las de documentos produzidos quando de sua aquisição, fontes de referência como livros e catálogos de exposição e outras fontes como inventários realizados anteriormente.

Somente será permitido o uso de abreviaturas e siglas quando permitido pelo campo.

Quando a informação for transcrita da fonte principal, sempre usar aspas e escrever no idioma e ortografia em que aparece. Portanto, não atualize a grafia.

Ao preencher os campos, a primeira letra deve ser sempre em caixa alta, salvo os casos específicos.

1. N° DE REGISTRO MUSEOLÓGICO:

Código de registro individual de identificação e controle do objeto dentro do acervo, combinando as letras “TJPE – Museu” com o número sequencial, com cinco dígitos. De 00001 até 99.999.

Objetos compostos de mais de uma parte, como, por exemplo, um pote com tampa, receberão um único número de registro em cada uma das partes. Neste caso, será preenchida somente uma única ficha de catalogação e, no campo descrição sucinta, será feita uma referência aos complementos da peça.

2. OUTROS NÚMEROS:

Números vigentes do controle de patrimônio do Tribunal de Justiça e quaisquer outros números que eventualmente estejam marcados nos objetos. Ao preencher o campo, após o número, colocar entre parênteses a origem do número.

Ex.: 1253-90 (Patrimônio)

3. CLASSE:

Classificação específica do objeto, segundo critérios estabelecidos no *Caderno de diretrizes museológicas* e *Thesaurus para acervos museológicos* e disponibilizados em listagem anexa.

Ex.:

Artes visuais

Interiores

4. SUBCLASSE/OBJETO:

Subdivisão da classificação principal, onde o acervo estará reunido por classe funcional/objeto, segundo critérios estabelecidos no *Caderno de diretrizes museológicas* e *Thesaurus para acervos museológicos* e disponibilizados em listagem anexa.

Ex.:

Pintura

Peça de mobiliário

5. TÍTULO:

Pode ser transcrito da fonte principal de informação ou de outras fontes, ou ainda ser atribuído pelo catalogador.

O título, quando for original (estiver inscrito na obra ou for descoberto por pesquisa), será apresentado entre aspas, respeitando a grafia original, mesmo que esta esteja errada ou desatualizada. Quando for atribuído pelo catalogador,

entrará sem aspas. Sempre será preenchido com a primeira letra em caixa alta e o restante em caixa baixa.

Ex.:

“O último de Canudos”.

Cadeira em couro com braços e pés torneados.

6. AUTORIA:

Nome das pessoas físicas ou jurídicas que contribuíram para o conteúdo criativo e intelectual da obra, atualizando a grafia de vocábulos brasileiros e portugueses e obedecendo à grafia original de nomes estrangeiros, como por exemplo: *Ciro* e não *Cyro*, *Manuel* e não *Manoel*, *Jean Baptiste Debret* e não *João Batista Debret*. Consultar *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, obra constante da bibliografia básica listada ao final da introdução deste manual. O campo autoria sempre será preenchido começando pelo último nome em caixa alta, seguido do nome e sobrenomes. Caso se saiba somente um nome, este entrará em caixa alta.

Autores conhecidos por apelidos os terão escritos em caixa alta, seguido do nome completo, finalizado por “dito”.

Quando a autoria for desconhecida, coloca-se: **Não identificada.**

Ex.:

AZEREDO, Raimundo Machado.

NUCA, Manuel Gomes da Silva, dito.

LUCIANO.

7. DATA:

Registrar, preferencialmente, a data completa da confecção da peça, seguindo a ordem: dia, mês, ano. Em caso de não haver esta informação, registrar s/r (iniciais de sem referência). Informações, mesmo que parciais (mês e ano ou somente o ano), devem ser registradas, ficando os demais espaços em branco.

Ex.:

10-05-1930

08-1950

2002

8. DATA ATRIBUÍDA:

Este campo deverá ser preenchido somente se o anterior (campo 7) estiver preenchido com as iniciais da expressão “sem referência” (s/r), ou seja, se não houver informação exata sobre a data de confecção do objeto. Registrar, conseqüentemente, uma datação aproximada, baseada em critérios tais como: informações históricas, características técnicas e/ou estilísticas, etc. Seu preenchimento deve ser padronizado, aproximando a datação, segundo uma das três formas previstas neste manual:

1ª – com uma aproximação de 100 anos (século XIX, século XX, século XXI);

2ª – com uma aproximação de 50 anos (2ª metade século XIX; 1ª metade século XX);

3ª – com uma aproximação de 33 anos (princ. século XX, meados século XX, fins século XX).

Pode-se fazer as seguintes abreviações: século – sec., metade – met., princípios – princ.

9. TÉCNICA/MATERIAL:

Registrar o(s) material(ais) e técnica(s) empregados na fabricação do objeto. Em caso de dúvida quanto à especificidade do material empregado na feitura do objeto, é preferível a adoção de um termo mais genérico, para se evitar o risco de erro. Por exemplo, se há dificuldade em se identificar se o material é prata ou não, registrar “metal prateado”; se há dúvida quanto à espécie da madeira empregada na confecção de uma mobília, registrar apenas “madeira”; se há dúvida quanto ao nome específico de uma pedra, registrar simplesmente “pedra”.

Deve-se colocar uma barra, separando os materiais das técnicas. Quando uma obra possui mais de três tipos de técnicas, identificadas ou não, usar o termo técnica mista.

As informações neste campo sempre serão preenchidas em caixa baixa.

Ex.:

madeira / escultura, policromia, douramento

madeira / entalhe, recorte, encaixe

porcelana / cozedura, pintura

prata / martelagem, burilagem

10. ORIGEM:

Indicação na seguinte ordem, separada por vírgulas, da cidade, estado e país onde a obra foi realizada. Esta informação pode ser retirada da própria obra (inscrição) ou pode ser preenchida a partir de pesquisa sobre local onde o artista desenvolveu ou desenvolve seus trabalhos. Não é necessário preencher os três níveis de informação.

Ex.:

Salvador, BA, Brasil.

11. DIMENSÕES:

A medição das obras é uma atividade de extrema importância. As medidas devem ser registradas com os objetivos de identificação e segurança; dimensionamento do espaço para sua exposição, guarda em reserva técnica e transporte;

e confecção de embalagem. Uma mesma obra requer, às vezes, mais de uma medição que diferencie o seu tamanho daquele acrescido da moldura/base/passe-partout etc. ou do seu suporte secundário.

Obras de formatos excepcionais (circular, triangular, oval, irregular e losângico) receberão uma sigla (C, T, O, I, L, respectivamente) entre parênteses junto à medida.

As dimensões sempre serão registradas em centímetros, na seguinte ordem: altura, largura e profundidade. No caso específico de obras circulares, será registrado apenas o diâmetro e nas obras irregulares serão registradas a altura e a largura máximas.

Ex.:

60,0 x 72,5 cm - c/ moldura: 65,0 x 77,5 cm

83,0 x 42,7 x 37,8 cm - c/ base: 150,0 x 70,0 x 70,0 cm

30,5 cm (C)

12. DESCRIÇÃO SUCINTA:

Deve ser objetiva e apresentar características e/ou detalhes que particularizam e distinguem a peça, do geral para o particular. O texto deve criar um referencial de leitura, indicando direções e sentidos de olhar, tendo o observador como ponto de partida.

Pode-se ainda fazer um detalhamento sobre os materiais e os processos técnicos utilizados na confecção do objeto, assinalando o número de partes, os tipos de encaixes, revestimentos, tonalidades (em caso de pinturas, esculturas), etc.

Ex.:

- Escultura

Figura feminina de pé, com cabelos presos em coque e vestido comprido. Confeccionada em três blocos de madeira entalhada, recortada e policromada, fixada por encaixes (figura humana) e por pregos (base). Policromia em tons de rosa (carnação), marrom (cabelos), vermelho (indumentária) e verde (base).

- Pintura

Paisagem urbana, marcada por terrenos íngremes, arruamentos irregulares, onde se destacam conjuntos edificadas térreos, assobradados e igrejas esparsas. Predomínio das cores azul (céu), verde (vegetação) e branco (casario).

13. DADOS HISTÓRICOS:

Referências sobre a vida e formação do autor, seguidas de informações específicas, de natureza histórica, sobre o objeto. A mesma recomendação é válida nos casos de autoria atribuída.

Ex.:

- Pintura

Obra datada de 1934, assinada por Renato de Lima, artista mineiro nascido em Ouro Preto/MG em 1893 e falecido em Belo Horizonte em 1978. Pintor auto-didata, realizou inúmeras exposições individuais e coletivas de 1933 a 1977, especializando-se nas técnicas de pintura a óleo, aquarela e bico-de-pena. Inicialmente identificado com o academismo, aproximou-se depois do impressionismo. Tinha especialmente a cidade de Ouro Preto como tema, sendo esta aquarela um exemplar expressivo da referida temática.

- Piano

Peça de origem inglesa, conforme inscrição do fabricante existente na parte interna da tampa, onde se lê: 'Great Exhibition Prize Medal – Awarded 1851 – nº 18. Soho Square, London, England'.

14. ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

Estado de conservação em que se encontra a peça apresentado em três níveis:

Bom – Apresenta excelentes condições de conservação, estando totalmente íntegra. Aceitam-se também obras com características físicas e estéticas originais em boas condições, mesmo que já tenha sido restaurada. Pode também estar necessitando de uma pequena intervenção ou troca de algum elemento anexo (moldura, vidro, base, etc.).

Regular – Apresenta sujeira aderida, pequenas perdas e/ou passa por processo inicial de deterioração (ataque de insetos, desenvolvimento de fungos, perdas de policromia, rachaduras, escurecimento de verniz, etc.). Neste estado, mesmo que apresentando problemas, a leitura estética é legível.

Ruim – Apresenta processos graves de degradação, tais como grandes e irreversíveis perdas, descaracterizações, partes apodrecidas, alterações provocadas por intervenções inadequadas, intenso ataque de insetos, etc. Neste estado, a obra necessita de intervenção definida por um profissional especializado em conservação.

15. NOTAS DE CONSERVAÇÃO:

Detalhamento do estado físico do objeto, devendo ser identificadas as condições de conservação de seus elementos estruturais e estéticos, os possíveis processos de degradação existentes e/ou ocorridos e as suas causas.

Ex.:

- Pintura

O chassi apresenta orifícios e perdas características de ataques de insetos. A tela possui distorções e manchas. A camada pictórica apresenta sujeira aderida, craquelês e perdas.

16. LOCALIZAÇÃO:

Nome da sala onde o objeto se encontra.

17. NOTAS GERAIS:

Espaço reservado para registrar qualquer informação de natureza complementar sobre o objeto cujo conteúdo não se enquadre nos campos disponíveis.

Há peças que formam um conjunto, embora recebam identificação individual no inventário. Esta informação é importante e deve constar neste campo, conforme o exemplo abaixo.

Ex.:

- Cadeira em couro pirogravado

Esta peça faz conjunto com as de registro

18. PREENCHIMENTO/DATA:

Registro do nome do técnico responsável pelo preenchimento da ficha e a data do referido preenchimento, em que deve constar dia, mês e ano.

Ex.:

Eduardo Portela / 30-10-2010

19. REVISÃO/DATA:

Registro do nome do técnico responsável pela revisão da ficha e a data de execução, em que deve constar dia, mês e ano. Igual ao exemplo acima.

20. DIGITAÇÃO/DATA:

Registro do nome do técnico responsável pela digitação da ficha e a data de execução, em que deve constar dia, mês e ano. Igual ao exemplo acima.

Índice

Nº de Registro	Sub-classe/Objeto	Título	Página
001	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
002	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
003	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
004	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
005	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
006	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
007	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
008	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
009	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
010	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
011	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
012	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
013	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
014	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira Luís XVI	38-39
015	Peça de mobiliário / marquesão	Marquesão Luís XVI	40-41
016	Peça de mobiliário / marquesão	Marquesão Luís XVI	40-41
017	Peça de mobiliário / aparador	Aparador Luís XVI	42-43
018	Peça de mobiliário / aparador	Aparador Luís XVI	42-43
019	Peça de mobiliário / mesa	Mesa Luís XVI	44-45
020	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de apoio Luís XVI	46-47
021	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de apoio Luís XVI	46-47
022	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de apoio Luís XVI	46-47
023	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de apoio Luís XVI	46-47
024	Acessório de interiores / jarro	Vaso	48
025	Acessório de interiores / jarro	Vaso	48
026	Acessório de interiores / jarro	Vaso	49
027	Acessório de interiores / jarro	Vaso	49
028	Objeto de iluminação / toqueiro	Toucheiro	50
029	Objeto de iluminação / toqueiro	Toucheiro	50
030	Objeto de iluminação / toqueiro	Toucheiro	50
031	Objeto de iluminação / toqueiro	Toucheiro	50
032	Objeto de iluminação / Arandela	Arandela	51
033	Objeto de iluminação / Arandela	Arandela	51
034	Objeto de iluminação / Arandela	Arandela	51
035	Objeto de iluminação / Arandela	Arandela	51
036	Objeto de iluminação / Arandela	Arandela	51
037	Objeto de iluminação / Arandela	Arandela	51
038	Objeto de iluminação / luminária	Luminária	52
039	Objeto de iluminação / luminária	Luminária	52
040	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	53
041	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	53
042	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	53
043	Acessório de interiores / tapete	Tapete Persa	54-55
044	Acessório de interiores / cortina	Cortina	56
045	Acessório de interiores / cortina	Cortina	56
046	Acessório de interiores / cortina	Cortina	56

047A	Fragmentos de construção / vitral	Abertura do primeiro Parlamento Democrático da América (Tríptico)	60
047B	Fragmentos de construção / vitral	Abertura do primeiro Parlamento Democrático da América (Tríptico)	60
047C	Fragmentos de construção / vitral	Abertura do primeiro Parlamento Democrático da América (Tríptico)	61
048	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	62
049	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	63
050	Escultura / busto	Gervásio Campelo Pires Ferreira (1880 – 1893)	68
051	Escultura / busto	Francisco de Paula Batista (1811- 1881)	69
052	Escultura / busto	Bíbiano Silva	70
053	Peça de mobiliário / balcão	Balcão	72-73
054	Peça de mobiliário / balcão	Balcão	72-73
055	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	71
056	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	71
057	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	71
058	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	71
059	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	71
060	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	71
061	Insígnia / placa	Placa de inauguração do edifício	74
062	Insígnia / placa	Placa de Posse 2002	75
063	Insígnia / placa	Placa de Posse 2007	76
064	Insígnia / placa	Placa de Posse 2008	77
065	Insígnia / placa	Placa de Posse 1997	78
066	Insígnia / placa	Placa de Posse 1982	79
067	Insígnia / placa	Placa de Posse 1972	80
068	Mobiliário / cadeira	Cadeira Oratório	86
069	Mobiliário / cadeira	Cadeira Oratório	86
070	Escultura / imagem religiosa	Nossa Senhora de Fátima	87
071	Escultura / imagem religiosa	São José	88
072	Mobiliário / genuflexório	Genuflexório	89
073	Mobiliário / genuflexório	Genuflexório	89
074	Mobiliário / mesa	Mesa	90-91
075	Objeto de culto / suporte para Bíblia	Suporte para Bíblia	92
076	Objeto de culto/ crucifixo	Crucifixo	93
077	Fragmento de construção / vitral	Vitral	94
078	Peça de mobiliário / estante	Estante de Biblioteca	100-101
079	Peça de mobiliário / estante	Estante de Biblioteca	102
080	Peça de mobiliário / estante	Estante de Biblioteca	103
081	Peça de mobiliário / estante	Estante de Biblioteca	104
082	Peça de mobiliário / estante	Estante de Biblioteca	104
083	Peça de mobiliário / estante	Estante de Biblioteca	105
084	Peça de mobiliário / estante	Estante de Biblioteca	106
085	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de Pesquisa	110-111
086	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de Funcionário	112-113
087	Peça de mobiliário / mesa	Mesa da Diretoria	114-115

088	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	107
089	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	107
090	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	107
091	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	107
092	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	107
093	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	107
094	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	108
095	Peça de mobiliário / organizador	Organizador	109
096	Peça de mobiliário / bancada	Bancada	116-117
097	Peça de mobiliário / organizador	Organizador	118-119
098	Peça de mobiliário / estante	Estante de Biblioteca em “L”	120-121
099	Peça de mobiliário / púlpito	Púlpito	126
100	Peça de mobiliário / divisória	Divisória da Sala do Pleno	128-129
101	Peça de mobiliário / banco	Banco com quatro assentos	130-131
102	Peça de mobiliário / banco	Banco com quatro assentos	130-131
103	Peça de mobiliário / banco	Banco com seis assentos	132-133
104	Peça de mobiliário / banco	Banco com seis assentos	132-133
105	Peça de mobiliário / banco	Banco com nove assentos	134-135
106	Peça de mobiliário / banco	Banco com nove assentos	134-135
107	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira principal	136
108	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira principal	137
109	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira principal	137
110	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira auxiliar	138
111	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira auxiliar	138
112	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira auxiliar	138
113	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira auxiliar	138
114	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
115	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
116	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
117	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
118	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
119	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
120	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
121	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
122	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
123	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
124	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
125	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
126	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
127	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
128	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
129	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
130	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
131	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
132	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
133	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
134	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
135	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
136	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
137	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
138	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139

139	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
140	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
141	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
142	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do Desembargador	139
143	Peça de mobiliário / mesa	Mesa central	140-141
144	Instrumento de precisão ótico / relógio	Relógio de parede	142-143
145	Objeto de culto / crucifixo	Crucifixo	127
146	Objeto de iluminação / lustre	Luminária 5 pontos	144-145
147	Objeto de iluminação / lustre	Lustre de teto	146
148	Objeto de iluminação / lustre	Lustre de teto	146
149	Objeto de iluminação / lustre	Lustre de teto	146
150	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	147
151	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	147
152	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	147
153	Peça de mobiliário / mesa	Mesa curva	148-149
154	Peça de mobiliário / mesa	Mesa curva	148-149
155	Peça de mobiliário / mesa	Mesa em “U”	150-151
156	Peça de mobiliário / mesa	Mesa em “U”	150-151
157	Fragmento de construção / revestimento	Revestimento de parede (Boiserie)	152-153
158	Acessório de interiores / cortina	Cortina	154
159	Acessório de interiores / cortina	Cortina	154
160	Acessório de interiores / cortina	Cortina	154
161	Acessório de interiores / cortina	Cortina	154
162	Acessório de interiores / cortina	Cortina	154
163	Pintura	Alegoria à Justiça	155
164	Peça de mobiliário / púlpito	Púlpito	156
165	Peça de mobiliário / mesa	Mesa	158-159
170	Acessório de interiores / cortina	Cortina	*
171	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	168-169
172	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	168-169
173	Peça de mobiliário / armário	Armário	170
174	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira central	171
175	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira central	171
176	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira central	171
177	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira central	171
178	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira principal	172
179	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira centro de sala	173
180	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira centro de sala	173
181	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	174
182	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	174
183	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	174
184	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	176-177
185	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	176-177
186	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	176-177
187	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	176-177

188	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	176-177
189	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	176-177
190	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	176-177
191	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	176-177
192	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	176-177
193	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	176-177
194	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
195	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
196	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
197	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
198	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
199	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
200	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
201	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
202	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
203	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
204	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
205	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
206	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
207	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	175
208	Fragmento de construção / revestimento	Revestimento de parede (Boiserie)	178-179
209	Peça mobiliário / divisória	Divisória aberta	180-181
210	Peça mobiliário / divisória	Divisória fechada	182-183
211	Peça de mobiliário / púlpito	Púlpito da Sala de Sessão	185
212	Peça de mobiliário / balcão	Balcão central	186-187
213	Peça de mobiliário / balcão	Balcão lateral	188-189
214	Peça de mobiliário / balcão	Balcão lateral	188-189
215	Peça de mobiliário / mesa	Mesa central	190-191
216	Instrumento de precisão ótico / relógio	Relógio da Sala de Sessão	184
217	Acessórios de interiores / cortina	Cortina da Sala de Sessão	192
218	Acessórios de interiores / cortina	Cortina da Sala de Sessão	192
219	Acessórios de interiores / cortina	Cortina da Sala de Sessão	192
220	Objeto de culto / crucifixo	Crucifixo da Sala de Sessão	193
221	Peça de mobiliário / cabideiro	Cabideiro	198
222	Peça de mobiliário / cabideiro	Cabideiro	198
223	Peça de mobiliário / armário	Armário com quatro portas	200-201
224	Peça de mobiliário / armário	Armário com seis portas	202-203
225	Peça de mobiliário / gaveteiro	Gaveteiro	204
226	Peça de mobiliário / armário	Armário com portas de vidro	199
227	Peça de mobiliário / cabideiro	Cabideiro	205
228	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira acolchoada	206
229	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira acolchoada	206
230	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira acolchoada	206
231	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira acolchoada	206
232	Peça de mobiliário / sofá	Sofá	208-209
233	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de centro	210-211
234	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de canto	207
235	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de canto	207
236	Acessório de interiores / espelho	Espelho Sala dos Desembar- gadores	212

237	Peça de mobiliário / estante	Estante auxiliar do espelho	214-215
238	Pintura	Casa no campo	216
239	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	212-213
240	mobiliário / mesa	Mesa	218-219
241	Acessório de interiores / cortina	Cortina	217
242	Acessório de interiores / cortina	Cortina	217
243	Acessório de interiores / cortina	Cortina	217
244	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
245	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
246	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
247	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
248	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
249	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
250	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
251	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
252	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
253	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
254	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
255	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
256	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
257	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
258	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira com braços	220
259	Objeto de iluminação / arandela	Arandela	221
260	Objeto de iluminação / arandela	Arandela	221
261	Objeto de iluminação / arandela	Arandela	221
262	Objeto de iluminação / arandela	Arandela	221
263	Objeto de iluminação / lustre	Lustre de teto	223
264	Instrumento de precisão ótico / relógio	Relógio chinês	222
265	Fragmento de construção / revestimento	Revestimento de parede (Boiserie)	228-229
266	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	230
267	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	230
268	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	230
269	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	231
270	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	232
271	Peça de mobiliário / armário	Armário	233
272	Peça de mobiliário / mesa	Mesa em arco	234-235
273	Peça de mobiliário / mesa	Mesa em arco	234-235
274	Peças de mobiliário / cadeira	Cadeira	236
275	Peças de mobiliário / cadeira	Cadeira	236
276	Peças de mobiliário / cadeira	Cadeira	236
277	Peças de mobiliário / cadeira	Cadeira	236
278	Peças de mobiliário / cadeira	Cadeira	236
279	Peças de mobiliário / cadeira	Cadeira	236
280	Peças de mobiliário / cadeira	Cadeira	236
281	Peças de mobiliário / cadeira	Cadeira	236

282	Peças de mobiliário / cadeira	Cadeira	236
283	Peças de mobiliário / cadeira	Cadeira	236
284	Peças de mobiliário / cadeira	Cadeira	236
285	Peça de mobiliário / divisória	Gradil	238-239
286	Peça de mobiliário / divisória	Gradil	238-239
287	Peça de mobiliário / divisória	Gradil	240-241
288	Peça de mobiliário / púlpito	Púlpito	237
289	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	242-243
290	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	242-243
291	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	242-243
292	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	242-243
293	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	242-243
294	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	242-243
295	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	244-245
296	Peça de mobiliário / banco	Banco longo	244-245
297	Objeto de culto / crucifixo	Crucifixo	246
298	Objeto de iluminação / luminária	Luminária	247
299	Objeto de iluminação / luminária	Luminária	247
300	Objeto de iluminação / arandela	Arandela	248
301	Objeto de iluminação / arandela	Arandela	248
302	Objeto de iluminação / arandela	Arandela	248
303	Objeto de iluminação / arandela	Arandela	248
304	Objeto de iluminação / arandela	Arandela	248
305	Objeto de iluminação / arandela	Arandela	248
306	Instrumento de precisão ótico / relógio	Relógio de pé	249
307	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	250
308	Peça de mobiliário / armário	Armário	251
309	Peça de mobiliário / armário	Armário	251
310	Peça de mobiliário / balcão	Balcão	252
311	Peça de mobiliário / mesa	Mesa central	254-255
312	Peça de mobiliário / mesa	Mesa	256-257
313	Acessórios de interiores / tapete	Tapete	253
314	Peça de mobiliário / mesa	Mesa do Escrivão	258-259
315	Acessórios de interiores / cortina	Cortina	260
316	Acessórios de interiores / cortina	Cortina	260
317	Acessórios de interiores / cortina	Cortina	260
318	Acessórios de interiores / cortina	Cortina	260
319	Peça de Mobiliário / cadeira	Cadeira principal	261
320	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira secundária	262
321	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira secundária	262
322	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do escrivão	263
323	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do escrivão	263
324	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do auxiliar	264
325	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira do 2º auxiliar	265
326	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	270
327	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	270
328	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	270
329	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	270
330	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	270
331	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	270
332	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	271

333	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	271
334	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	272
335	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	272
336	Peça de mobiliário / sofá	Sofá	274-275
337	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	273
338	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	273
339	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	273
340	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	273
341	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	273
342	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	273
343	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	273
344	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	273
345	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	276
346	Peça de mobiliário / cadeira	Cadeira	277
347	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de Centro	278-279
348	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de Canto	280-281
349	Peça de mobiliário / mesa	Mesa retangular média	282
350	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de centro	284-285
351	Peça de mobiliário / mesa	Mesa pequena	283
352	Peça de mobiliário / mesa	Mesa	286-287
353	Peça de mobiliário / mesa	Mesa de reunião	288-289
354	Peça de mobiliário / mesa	Mesa do Presidente	290-291
355	Objeto de iluminação / lustre	Lustre	292-293
356	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	294
357	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	294
358	Peça de mobiliário / suporte para mastro	Suporte para mastro de bandeira	294
359	Fragmento de construção / vitral	Vitral	296-297
360	Acessório de interiores / tapete	Tapete	295
361	Objeto de culto / crucifixo	Crucifixo	298
362	Escultura / estatueta	A justiça	299
363	Pintura	Ovelhas	160
364	Pintura	Maré Baixa	161
365	Documento / fotografia	Fotografia de 28 desembargadores de Pernambuco	162
366	Pintura	Julgamento Salomão	300
367	Pintura	Barcos no Porto	301
368	Pintura	Os últimos fanáticos de Canudos	302
369	Pintura	Mauritsstad	303
370	Pintura	Vila D'Olinda	304
371	Pintura	Palácio da Justiça	305

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO À ÉPOCA DA PRIMEIRA EDIÇÃO (2011)

Presidente

Des. José Fernandes de Lemos

Vice-Presidente

Des. Jovaldo Nunes Gomes

Corregedor Geral da Justiça

Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

Diretor Geral

Leovegildo Mota

Assessora de Comunicação Social

Rosa Miranda

Assessor de Cerimonial

Silas da Costa e Silva

Secretário Judiciário

Carlos Gonçalves da Silva

Secretário Judiciário Adjunto

Ângela Carolina Porto Ribeiro

Diretora de Documentação Judiciária

Maria José Alves

Diretor Adjunto de Documentação Judiciária

André Fabiano Oliveira

Chefe do Memorial da Justiça

Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha

DESEMBARGADORES do TJPE

Des. Jones Figueirêdo Alves

Des. José Fernandes de Lemos - Presidente

Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

Des. Jovaldo Nunes Gomes

Des. Fernando Eduardo de Miranda Ferreira

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

Des. Leopoldo de Arruda Raposo

Des. Sílvio de Arruda Beltrão

Des. Alderita Ramos de Oliveira

Des. Marco Antonio Cabral Maggi

Des. Roberto Ferreira Lins

Des. Adalberto de Oliveira Melo

Des. Antônio Fernando Araújo Martins

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes

Des. Alberto Nogueira Virgínio

Des. Romero de Oliveira Andrade

Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

Des. Antonio de Melo e Lima

Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Des. José Carlos Patriota Malta

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Des. Eurico de Barros Correia Filho

Des. Mauro Alencar de Barros

Des. Fausto de Castro Campos

Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos

Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

Des. Antônio Carlos Alves da Silva

Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Des. Itabira de Brito Filho

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

PROJETO DE INVENTÁRIO

Organização

Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha

Rosa Miranda

Silas da Costa e Silva

Coordenação Geral

Albino Barbosa de Oliveira Jr.

Coordenação Técnica

Gabriela Severien

Pesquisa Histórica

Dirceu Marroquim

Maria de Lourdes Bezerra Cordeiro

Textos

Albino Barbosa de Oliveira Jr.

Carlos Alberto Vilarinho Amaral

Gabriela Severien

Maria de Lourdes Bezerra Cordeiro

Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha

Sandro Vasconcelos

Técnicos Inventariantes

Monica Karoline Alexandre

Priscila de Moraes

Sandro Vasconcelos

Tainá Saturnino

Produção

Ruff Comércio e Serviço Ltda.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASCOM/TJPE

Chefe do Núcleo de Publicidade Institucional

Luciano Costa

Fotografia

Assis Lima

Marcos Costa – Foto do Presidente do TPE

Projeto Gráfico

Núcleo de Imagem da Ascom/TJPE

Fernando Gonçalves

Design e Tratamento de Imagem

Fernando Gonçalves

Carolina Alves

Othon César

Rafaella Lopes

Revisão de Texto

Ivone Veloso

Micarla Xavier

Francisco Shimada

Revisão Geral

Rosa Miranda

IMPRESSÃO

CCS Gráfica

AGRADECIMENTOS

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Biblioteca da Fundação do Patrimônio Histórico

e Artístico de Pernambuco/Fundarpe

Maria de Fátima Estevão de Oliveira

Museu do Estado de Pernambuco/Fundarpe

Reginaldo Pereira da Costa



Ficha técnica – Inventário 2016

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO

Presidente

Des. Leopoldo de Arruda Raposo

1º Vice-Presidente

Des. Adalberto de Oliveira Melo

2º Vice-Presidente

Des. Antônio Fernando Araújo Martins

Corregedor-Geral da Justiça

Des. Roberto Ferreira Lins (in memoriam)
Des. Antonio de Melo e Lima

Ouvidor

Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos

Diretor-geral

Ricardo Lins

Assessora de Comunicação Social

Andréa Pessoa

Assessor de Cerimonial

Silas da Costa e Silva

Secretário Judiciário

Carlos Gonçalves da Silva

Diretora de Documentação Judiciária

Maria José Alves

Chefe do Memorial da Justiça

Mônica Maria Pádua de Souto da Cunha

Esmape – Escola Judicial

Diretor Geral

Des. Eurico de Barros Correia Filho

Vice-Diretor

Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto

Supervisor

Juiz Saulo Fabianne de Melo Ferreira

Equipes responsáveis pela edição 2016

Assessoria de Cerimonial

Projeto

Silas da Costa e Silva
Sônia Maria Freitas Silva

Esmape / Escola Judicial

Revisão

Michelliny Freitas Pessoa

Memorial da Justiça de Pernambuco

Coordenação

Mônica Maria Pádua Souto da Cunha

Revisão

Anna Santoro
Carlos Alberto Vilarinho Amaral
Gabriela Severien
Jamerson Aquino de Andrade
Suzane Cavalcanti de Almeida

Assessoria de Comunicação Social

Fotografia

Assis Lima

Banco de Imagem

Geni Dantas

Diagramação e Tratamento de Imagens

Fernando Gonçalves
Marcos Costa
David Jansen
Helder Carapeba

Supervisão

Luciano Costa

Revisão Geral

Francisco Danilo S. dos S. Shimada

DESEMBARGADORES DO TJPE

Jones Figueirêdo Alves

José Fernandes de Lemos

Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

Jovaldo Nunes Gomes

Fernando Eduardo de Miranda Ferreira

Frederico Ricardo de Almeida Neves

Eduardo Augusto Paurá Peres

Leopoldo de Arruda Raposo - Presidente

Marco Antônio Cabral Maggi

Adalberto de Oliveira Melo - 1º Vice-Presidente

Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Alberto Nogueira Virgínio

Antônio Fernando Araújo Martins - 2º Vice-Presidente

Ricardo de Oliveira Paes Barreto

Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes

Antônio de Melo e Lima - Corregedor Geral da Justiça

Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello

Antenor Cardoso Soares Júnior

José Carlos Patriota Malta

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Eurico de Barros Correia Filho

Mauro Alencar de Barros

Fausto de Castro Campos

Francisco Manoel Tenório dos Santos - Ouvidor

Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Antônio Carlos Alves da Silva

Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto

José Ivo de Paula Guimarães

Josué Antônio Fonseca de Sena

Agenor Ferreira de Lima Filho

Itabira de Brito Filho

Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Roberto da Silva Maia

Jorge Américo Pereira de Lira

Erik de Sousa Dantas Simões

Stênio José de Sousa Neiva Coêlho

André Oliveira da Silva Guimarães

Odilon de Oliveira Neto

Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

Itamar Pereira da Silva Júnior

Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo

Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

Eudes dos Prazeres França

Carlos Frederico Gonçalves de Moraes

Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima

Márcio Fernando de Aguiar Silva

Humberto Costa Vasconcelos Júnior

Waldemir Tavares de Albuquerque Filho

José Viana Ulisses Filho

Sílvio Neves Baptista Filho

Demócrito Ramos Reinaldo Filho

Roberto Ferreira Lins (in memoriam)



TJPE

Tribunal de Justiça
de Pernambuco

